



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 100**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, terça-feira, 2 de julho de 2019**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Marta Matos e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Manuel Pereira e Marco Costa)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 21 minutos.*

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, foram apresentados diversos votos que, aquando da sua votação, foram aprovados por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos 150 anos da abolição da escravatura em Portugal**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*) e Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelo 150.º aniversário da Filarmónica “Clube União Instrução e Recreio”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Jorge Paiva (*CDS-PP*) e André Rodrigues (*PS*).

- **Voto de Congratulação campeão açoriano – Grupo Desportivo das Fontinhas**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*).

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

- **Voto de Congratulação a Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL pelo seu 75.º Aniversário**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do

CDS-PP, mais precisamente pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação – Centenário do Clube Português de Hudson**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra sobre o voto as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*), para fazer a sua apresentação, e Elisa Sousa (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelos vinte anos de direção artística de Joaquim Salvador em espetáculos teatrais na Ilha das Flores**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), para interpelar a Mesa, e Manuel Pereira (*PS*), para fazer uma intervenção.

- **Voto de Saudação pelos 150 anos do nascimento de Francisco de Lacerda**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usando de seguida da palavra os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e Jorge Paiva (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Fundação Faialense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo a apresentação do referido voto ficado a cargo do Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*).

- **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Fundação Faialense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

- **Voto de Congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, pela conquista das Medalhas de Prata nas categorias de Classe A Masculinos e Cadetes Masculinos, na edição de 2019 dos Concursos Nacionais de Manobras**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. António Vasco Viveiros (*PSD*).

- **Voto de Congratulação à organização do Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento e conquista do 1.º, 2.º e 3.º lugar na vertente trauma**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

- **Voto de Congratulação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória e à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico pela classificação alcançada no Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

- **Voto de Congratulação à atleta Leónia Odília da Silva Braga pela conquista da Medalha de Prata no Campeonato Abu Dhabi Grand Slam Jiu – Jitsu World Tour 2018-2019 em Londres**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*), usando de seguida da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelo título de campeão nacional de vela alcançado por Rui Silveira na classe Laser Standard**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*).

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela, na Classe de Laser Standard, pelo velejador açoriano Rui Silveira, no recente Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

- **Voto de Congratulação aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa de Povo de Santo António de Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kikboxing na categoria de Point - Figthing**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra sobre o mesmo os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*) e Marco Costa (*PSD*).

- **Voto de Congratulação a André Silva – Campeão da Macaronésia em Kickboxing**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra sobre o voto a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*) e o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*).

- **Voto de Congratulação – Kairós premiada na categoria “Inclusão Económica e Criação de Emprego”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

- **Voto de Congratulação pela realização de uma das semifinais dos Emmy Awards na Ilha do Corvo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), a quem coube a apresentação do voto, Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

- **Voto de congratulação – Gonçalo Rodrigues, campeão mundial de Jet Ski**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobe o voto em apreço usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), para fazer a leitura do mesmo, e o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

Após o intervalo, seguiu-se a tomada de posse da Secretária Regional da Saúde que encontra em Suplemento ao presente Diário.

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019 – “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”**;

Usaram da palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*) e Paulo Mendes (*BE*).

Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Resolução n.º 14/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019”**, apresentada pela Mesa da Assembleia

Seguiu-se o debate da **Proposta de Resolução N.º 10/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2017”**, no qual participaram os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), que fez a leitura do referido relatório, João Paulo Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo dos Açores (*Sérgio Ávila*):

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

**Projeto de Resolução n.º 123/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias de habitabilidade nos bairros “Nascer do Sol” e “Beira-Mar” para os incluir nas atuais respostas de habitação social e no mercado de arrendamento”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE

No debate participaram os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), a quem coube a apresentação do referido projeto, Alonso Miguel (*CDS-PP*), César Toste (*PSD*), Maria de Fátima Ferreira (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo dos Açores (*Sérgio Ávila*).

O diploma foi aprovado por maioria.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 12 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretária da Mesa o favor de fazer a chamada.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**Iasalde Fraga Nunes**  
**João Paulo Lopes Araújo Ávila**  
**João Vasco Pereira da Costa**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**  
**José Manuel Gregório Ávila**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
**Manuel José da Silva Ramos**  
**Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta**  
Maria da **Graça Oliveira Silva**  
**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**  
**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**  
**Mário José Diniz Tomé**  
**Marta Cristina Moniz do Couto**  
**Marta Ávila Matos**  
**Mónica Gomes Oliveira Rocha**  
**Pedro Miguel Medeiros de Moura**  
**Renata Correia Botelho**  
**Ricardo Bettencourt Ramalho**  
**Sónia Cristina Franco Nicolau**  
**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Baptista Soares Marinho**  
**António Manuel Silva Almeida**  
**António Oldemiro das Neves Pedroso**  
**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**  
**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**  
**Catarina** Goulart **Chamacame Furtado**  
**César** Leandro Costa **Toste**  
**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**  
**Elisa** Lima de **Sousa**  
**Jaime** Luís Melo **Vieira**  
**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**  
**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**  
**Luís** Carlos Correia **Garcia**  
**Luís** **Maurício** Mendonça Santos  
**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**  
**Marco** José Freitas da **Costa**  
**Maria** **João** Soares **Carreiro**  
**Mónica** Reis Simões **Seidi**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso** Teixeira **Miguel**  
**Artur** Manuel Leal **Lima**  
**Jorge** Miguel Azevedo **Paiva**  
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**  
**Paulo** José Maio de Sousa **Mendes**

*Partido Comunista Português (PCP/PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**



***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a tomada de posse da Sra. Secretária Regional da Saúde será às 15 horas, pelo que iniciaremos o PTAP esta manhã e, como é normal, com a apresentação dos votos.

O primeiro é de saudação pelos 150 anos de abolição da escravatura em Portugal.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Saudação  
pelos 150 anos da abolição da escravatura em Portugal**

A história da escravatura remonta aos primórdios da nossa civilização. O domínio dos mais fortes sobre os mais fracos assumiu sempre formas de escravidão e domínio por vezes tão absoluto que a vida dos dominados não tinha qualquer valor, antes um preço a pagar com a perda da identidade e da dignidade e até da própria vida. Tempos obscuros que a humanidade não pode nem deve esquecer.

Tempos e modos que por outras formas de escravidão se perpetuam se a memória coletiva esquecer ou negligenciar formas mais ou menos subtis da sua existência.

Portugal tem também uma história para relembrar, não fossemos talvez, na história moderna um dos países responsáveis pela sua implementação. A nossa história imperialista, colonial, marcada também pelo tráfico de escravos vindos de África, este continente que desde o século XVI e durante mais de mil anos foi o epicentro deste comércio de vidas humanas, foi disso um paradigma.

O drama da escravatura instituída e apoiada por Estados soberanos faz parte ainda da memória dos descendentes dos que sobreviveram àquilo que hoje se consubstanciam crimes contra a humanidade.

Com o Marquês de Pombal, em 1761 inicia-se em Portugal este processo lento, mas imparável de abolição da escravatura como comércio e exploração humana, a que se seguiu por decreto em 1854 à proibição do comércio de escravos e total libertação dos restantes.

Mas somente a 25 de fevereiro de 1869 se concretiza a abolição prática da escravatura em Portugal, processo em que fomos pioneiros em relação às outras nações com colónias ultramarinas e dos Estados recém-formados do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Somente a 13 de maio de 1888, 63 anos após termos reconhecido a independência do Brasil, pela mão da princesa Isabel, filha de D. Pedro II; a Lei Áurea abole a escravatura no Brasil, reconhecendo direitos iguais aos negros escravos, pressionada pelo movimento abolicionista iniciado alguns anos antes, encabeçado por Joaquim Nabuco.

Vinte e cinco anos antes, Abraham Lincoln decreta o Ato de Emancipação dos escravos negros. Dois anos mais tarde com a 13.<sup>a</sup> Emenda o Congresso proíbe a escravatura nos Estados Unidos da América.

Proibir não foi o mesmo que acabar, a luta continuou pela conquista dos mesmos direitos e deveres de cidadania, até à abolição completa dos “black codes”.

A luta continuou e continua porque toda a forma de discriminação, existindo, é uma forma subtil de escravatura.

Este ano em que se comemoram 150 da abolição da escravatura em Portugal e sua consequência na abolição da escravatura em terras de língua portuguesa e no mundo, em memória e admiração por todos os abolicionistas, por todos os defensores dos direitos humanos, congratulamo-nos pela existência de uma Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é um compromisso Universal para que todos sejamos Homens livres e iguais.

Congratulamo-nos pela condenação generalizada de todas as formas de escravatura e discriminação, por uma vitória da Humanidade, esta forma de vermos os humanos como seres tão iguais no direito à partilha da existência na Terra com dignidade.

Congratulamo-nos, mas ao mesmo tempo devemos refletir e atuar sobre este novo fenómeno migratório que, da mesma África que durante tantos séculos roubaram e traficaram os seus nativos, e de outros países em crise humanitária, agora, sob outras formas de aliciamento e também por desespero, se prestam ao arrojo de, mesmo com risco de morrerem noutras embarcações e no mar como nos séculos XVI a XVIII, não venham a ser vítimas de outras formas de escravidão por via das suas diferenças e vulnerabilidades.

Já não é só o clamor de Castro Alves, poeta dos escravos no seu “canto dos aflitos”, em plena decadência do império e da monarquia brasileira de curta duração que nos atormenta, quando escreveu:

*“Negras mulheres... suspendendo às tetas*

*Magras crianças, cujas bocas pretas*

*Rega o sangue das mães:*

*Outras, moças... mas nuas, espantadas,*

*No turbilhão de espectros arrastadas,  
Em ânsia e mágoa vãs.”*

Já não é o canto do poeta, mas sim outros gritos, pedidos de ajuda no acolhimento e partilha de outro mundo, supostamente mais justo e mais abundante.

Já não é o roubo e comércio dos homens, mulheres e crianças por outros homens poderosos, desumanos ao serviço de estados escravagistas, mas a fuga de outros tipos de exploração e de sofrimento aproveitado por outros homens, também desumanos que fazem desta fuga traficância humana.

Já não é a descrição do poeta, mas sim o grito de revolta contra todo o tipo de escravatura e de exploração do homem pelo homem. Daí a necessidade de se olhar para este fenómeno migratório com a mesma atitude que há 150 anos se olhava a escravatura, punindo os traficantes de vidas humanas e ajudando aos países onde os pobres são tão vulneráveis e em fuga pela sobrevivência.

Congratulamo-nos por esta luta contínua, congratulamo-nos pelo reconhecimento e defesa dos direitos universais dos humanos como forma ativa de travar esta batalha, reconhecendo na Organização das Nações Unidas papel importante, contínuo e decisivo nesta batalha e a colaboração de Portugal em missões de socorro, assistência e acolhimento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais aplicáveis, apresenta nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Saudação pela comemoração este ano dos 150 anos da abolição da escravatura em Portugal, marco histórico que também nos libertou; e deste voto se dê conhecimento a Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia da República Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, Sua Ex.<sup>a</sup> Representante permanente de Portugal na ONU, o Embaixador Francisco Duarte Lopes; e a todos os Açorianos.

Disse.

Horta, sala das sessões, 2 de julho de 2019

**Os Deputados:** Dionísio Faria e Maia, José Manuel Ávila e Francisco César

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM acompanha este voto de saudação pela abolição da escravatura em Portugal no âmbito da monarquia constitucional portuguesa.

Devo dizer o seguinte também em relação a esta matéria, embora neste voto, que é um voto equilibrado, penso que não reforça essa vertente como alguma extrema-esquerda em Portugal. Tem sobretudo a ver com o seguinte:

É evidente que o nosso país, como outros, tem que assumir as suas responsabilidades no âmbito das suas responsabilidades históricas, no âmbito da escravatura europeia, nomeadamente a partir da expansão portuguesa para a África, para o continente africano a partir do séc. XV. Mas é bom ter em conta o seguinte:

Não vale a pena reescrever a história. É preciso dizer que esse tráfico negreiro já era pré-existente e que em períodos anteriores, durante a antiguidade, tivemos também uma escravatura que se manteve ao longo do Império Romano, dos impérios clássicos, que era uma escravatura que não afetava apenas a população negra mas era uma escravatura que afetava os territórios conquistados com a independência da etnia e com a independência dos grupos submetidos ao imperialismo da época.

Por isso eu quero aqui fazer referência que a escravatura é um tema complexo, mas é um tema que infelizmente, durante muitos séculos, durante milénios diria, acompanhou a história humana.

Devo dizer também que nesta matéria é evidente que Portugal teve um papel importante. A monarquia constitucional portuguesa teve a coragem de abolir a escravatura e foi um ato absolutamente corajoso no âmbito do contexto da altura.

Portanto, era isto que eu queria aqui referenciar, mas quero dizer também para terminar, o seguinte:

Não vale a pena depois também tentar reescrever a história em relação a esta matéria, porque é uma matéria complexa porque existem grandes responsabilidades.

Só para contextualizar eu diria o seguinte:

Por exemplo, no século XVII, Porto Santo foi atacado por corsários berberes islâmicos que escravizaram quase toda a população. A ilha ficou completamente despovoada.

A própria Ilha do Corvo ficou despovoada e a população foi levada para os mercados norte-africanos no contexto da escravatura.

A mesma coisa, por exemplo, aconteceu ao Corvo, em 1632, que foi atacado também por corsários turcos e o objetivo era a mesma coisa, escravizar a população.

Portanto, é preciso perceber que isto não era próprio, não era específico dos estados europeus, na altura.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD felicita o Sr. Deputado do Partido Socialista, Dionísio Faria e Maia, Sr. Vice-Presidente desta Assembleia, pela apresentação deste voto pelos 150 anos da abolição da escravatura.

A relevância que queremos também dar naquilo que (resultou praticamente disso tudo) parecia haver dito em termos da perspetiva história, da perspetiva pioneira e até, de uma certa forma, diferente com que nós fomos capazes de enfrentar esta questão dos direitos humanos, que foi a abolição da escravatura, e a perspetiva que também foi dada pelo Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico sobre a abolição da escravatura, para nós é, de facto, importante sermos capazes de também fazermos a perspetiva, que é transmitida pelo voto, do momento atual que se vive em termos de tráfico de seres humanos e do drama humano que se vive, na tentativa de alguns povos poderem encontrar alguma felicidade no mundo em que vivemos e nós nisso temos que, talvez na perspetiva do PSD, ser um pouco mais capazes de dizer as coisas tal como elas são, para também sermos capazes de enfrentar a nossa própria realidade europeia e de país do mundo ocidental.

A verdade é que para além da perspetiva histórica a escravatura não acabou no nosso tempo. Continua a ser uma triste realidade de muitos povos que a ela são submetidos, mas em que nós também colaboramos em muita medida através do nosso modelo de sociedade e da perspetiva que damos a esses povos de que podem encontrar também junto da nossa sociedade uma perspetiva de sucesso e de futuro e de serem capazes de realizar os seus sonhos.

Essa nossa autocritica também sem ser capaz de ser feita em momentos que somos elevados a invocar uma problemática tão presente no nosso tempo, tão abundante dos nossos meios de comunicação, mas que ao mesmo tempo é tão nossa culpa, nossa responsabilidade e que temos que ser capazes de enfrentar.

Felicito também por esse aspeto do seu voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso Grupo Parlamentar gostaria de se associar a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um voto que nosso entendimento está repleto de uma riqueza quanto à descrição de algo que não é mais do que (e não é pouco) a história de um ato de desumanidade. A escravatura é um dos atos mais expressivos de desumanidade. É bom que nós nunca nos esqueçamos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas julgo que na Coreia do Norte ainda há escravatura!

**O Orador:** Falando de desumanidade, este voto é também rico porque não se limita a fazer uma descrição histórica da escravatura, e isso é importante que se faça, é verdade, mas faz a ponte para outras formas de desumanidade que se vive atualmente.

Entendemos que todos nós aqui nesta câmara não pretendemos, de forma alguma, reescrever a história, e não foi essa a intenção, de facto, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas também ninguém pretende nesta Casa, julgo eu, branquear a história através de justificações que se devem a atos de desumanidade de gerações anteriores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, não é por seguir aquela que é uma banalidade histórica de desumanidade que justificamos aqueles que são atos de desumanidades atuais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Por falar em desumanidade e desumanidades que existem e coexistem atualmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recordou, e muito bem, e sublinhou, aquilo que acontece hoje em dia no mediterrâneo, onde se assiste a um ato de desumanidade generalizada e a um ato de desumanidade



que tem a ver com uma política europeia de encerramento sobre si própria, sobre o próprio continente europeu e expressa naquela que é a velha máxima, infelizmente, da Europa fortaleza, da Europa que se fecha, da Europa que não quer saber do resto do mundo.

Isso tem sido bastante evidente naquilo que se tem vindo a transformar nos últimos tempos: um mediterrâneo transformado numa autêntica sepultura onde todos os dias morrem...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nunca pensei que fosse concordar consigo!

**O Orador:** ... pessoas que tão somente querem fugir de realidades de conflito, de realidades de desumanidade e que querem alcançar aquilo que merecem e aquilo a que devem ter direito, que é obterem uma vida melhor, uma vida longe de conflitos, uma vida longe de todos os atos de desumanidade.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada do Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto, muito em particular porque nós não podemos esquecer que vivemos numa Europa que se quer humanitária, humanista e demasiado permissiva em relação a formas de escravatura humana que se continuam a verificar com o conhecimento de todos, confortavelmente sentados nos seus sofás e assistindo de forma demasiado passiva a tráfico de órgãos humanos, à utilização de mulheres não só as de raça negra que foram mencionadas ali, mas, hoje, de todas as raças, desde que vindo de países de economias mais fragilizadas que vêm, não para os Estados Unidos, como há muitos anos atrás, à procura do Eldorado, mas hoje à procura de uma humanidade na Europa que afinal não existe e que permite que elas sejam traficadas e utilizadas.

Portanto, este voto, mais que não seja, além de uma lembrança histórica, de um marco que é importante, mais do que isso lembrar que a escravatura não acabou há 150 anos e que temos que estar todos atentos e é uma missão de todos nós continuar a lembrar que isto acontece e acontece na Europa.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelos 150 anos da filarmónica Clube União Instrução e Recreio. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **150.º aniversário da FILARMÓNICA “CLUBE UNIÃO INSTRUÇÃO E RECREIO”**

A Filarmónica Clube União Instrução e Recreio, da Vila do Topo, foi fundada em 1869. Comemora, portanto, este ano, cento e cinquenta anos de existência.

Trata-se de uma das mais antigas bandas filarmónicas dos Açores.

Fundada por um pequeno grupo de pessoas, do qual se distinguia Joaquim Homem da Silveira Noronha, notário e ilustre personalidade de grande referência da história da Vila do Topo, começou por se designar “Harmónica Topense”, posteriormente mudou o nome para “Teatro Topense”, mais tarde

para “Recreio Topense” e finalmente para “Sociedade Filarmónica Clube União”, designação que mantém até hoje.

A sede da Sociedade foi construída apenas em 1956, pelo que durante longos anos a Filarmónica ensaiou ora em casas particulares, ora em sedes de instituições da freguesia.

Esta coletividade tem assumido, desde sempre, à semelhança da maioria das filarmónicas em S. Jorge, uma enorme importância do ponto de vista cultural e social. O seu contributo e a sua influência no desenvolvimento da sociedade onde se encontra inserida, serão inequívocos.

Apesar de ter passado, ao longo do tempo, por grandes dificuldades, da mais diversa ordem, será justo reconhecer e relevar o empenho de todos aqueles que lutaram contra as adversidades, nomeadamente associados, músicos, regentes e órgãos diretivos.

Será também de elementar justiça não esquecer um associado que prestou, durante décadas, um enorme contributo a esta coletividade, no século passado. Trata-se do senhor João da Costa Reis, que foi também músico, regente e diretor.

Muitos outros prestaram o seu prestimoso contributo com enorme dedicação à coletividade, ficando naturalmente com o seu nome registado na história desta Sociedade e da própria freguesia.

A filarmónica Clube União Instrução e Recreio, que concentra a grande maioria da sua atividade nas diversas festas profanas e religiosas da freguesia, e um pouco por toda a ilha, conta também no seu historial com diversas digressões a várias ilhas dos Açores, nas quais sempre representou a nossa terra com grande dignidade.

Em 2003 participou na gravação de um CD, editado pela Câmara Municipal da Calheta, juntamente com todas as bandas do Concelho, num momento particularmente interessante, onde se conseguiu juntar todas as nossas

Filarmónicas e gravar um registo que perdura pelo tempo através do qual, a todo o momento, poderemos verificar o nível artístico do nosso movimento filarmónico concelhio, no início deste milénio.

Foi condecorada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores em 10 de Junho deste ano com a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

Voto de Congratulação à Filarmónica Club União Instrução e Recreio, pela passagem do 150 anos, reconhecendo e relevando o importante papel desta instituição da freguesia do Topo no desenvolvimento cultural do concelho da Calheta, desejando a todos quantos fazem parte desta instituição, as maiores felicidades e o maior sucesso, felicitando também todos os seus elementos e a freguesia do Topo pela dinâmica cultural que as suas instituições têm demonstrado ao longo da sua existência.”

A presente congratulação deve ser comunicada à direção da Filarmónica músicos e sócios da referida instituição, à Assembleia e Câmara Municipal da Calheta.

Horta, 02 de julho de 2019

**Os Deputados:** Luís Maurício, António Pedroso e João Bruto da Costa

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sociedade Clube União, de facto, representa muito para a cultura jorgense, nomeadamente é uma filarmónica com 150 anos. Pela sua história, tem mesmo

de representar muito para a história jorgense e foi um forte contributo para a sua cultura.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do CDS associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo Deputado António Pedroso, da bancada do PSD.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto pelos 150 anos da filarmónica Clube União Instrução e Recreio e como já foi aqui dito pelos dois colegas Deputados da Ilha de São Jorge, é uma instituição que merece todo o nosso reconhecimento, todo o nosso respeito pelos 150 anos de trabalho e dedicação à nossa cultura, às nossas tradições e também à formação de jovens, os nossos futuros homens dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também informa que irá apresentar um voto de semelhante teor, no final deste ano, após a celebração dos 150 anos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD. Refere-se ao campeão açoriano - Grupo Desportivo das Fontinhas. Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos!

## VOTO DE CONGATULAÇÃO

### **CAMPEÃO AÇORIANO – GRUPO DESPORTIVO DAS FONTINHAS**

O Grupo Desportivo das Fontinhas foi fundado a 10 de junho de 1975, tendo como primeira casa o Recinto Desportivo Fernando Brum, que, embora tivesse mais características de um cerrado do que um campo de futebol, viu o emblema ganhar os primeiros títulos.

Em 2005, deu-se a inauguração do Recinto Desportivo Durval Monteiro, aquele que tem sido o palco de todas as emoções e que constituiu até hoje a morada oficial deste Clube.

Ao longo do tempo marcou presença no Campeonato da Inatel, onde conquistou por diversas vezes os títulos de campeão de ilha, campeão regional e campeão nacional de Inatel.

Na época de 2004/2005 deixa o Campeonato da Inatel e ingressa no Campeonato de Futebol da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo em 2016/2017, subido da 1.ª Divisão – Série Terceira da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo para campeonato dos Açores.

No passado dia 12 de maio de 2019, após uma época em que se mostrou ser a equipa mais regular, consagrou-se campeão regional, no campeonato Salsiçor 2018/2019, fazendo com que na próxima época (2019/2020), este clube participe no Campeonato de Portugal. Feito notável e único no nosso concelho para um clube considerado pequeno ou de freguesia. Este feito deve-se essencialmente ao fruto do trabalho desenvolvido, bem como o empenho e dedicação depositados por todo o plantel, direção, equipa técnica e sócios e simpatizantes do clube neste projeto ambicioso e gestão rigorosa.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo das Fontinhas pelo título de Campeão Açoriano.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Grupo Desportivo das Fontinhas, Assembleia e Junta de Freguesia das Fontinhas, Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 2 de julho de 2019

**Os Deputados:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, César Toste, João Bruto da Costa, Luís Rendeiro

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(\*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, só para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no plenário de abril, entregou um voto de igual teor. Portanto, não sei o que é que se passa.

**Presidente:** Sr. Deputado, se o voto não foi lido no mês de abril, teria de ser renovado. Porventura será apresentado quinta-feira, uma vez que na quinta-feira teremos PTAT. Provavelmente deve ter sido dividido nesse sentido.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputado que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelos 75 anos da Finisterra, este apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Pelos 75 anos da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL**

A Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL foi fundada a 22 de maio de 1944, constituindo-se desde essa altura, como uma instituição essencial e fundamental em termos económicos, mas também sociais, assumindo um papel primordial na produção do Queijo São Jorge e na promoção da cultura do cooperativismo junto da comunidade do Topo e de São Jorge.

Teve como fundadores, Germano José Gomes, José Tomás Nunes, Manuel Silveira Gonçalves, António Joaquim dos Reis, Manuel Mendonça e Ávila, João Alves dos Ramos, Guilherme Luís de Oliveira, João Silveira de Azevedo, José Nunes Belo, Manuel Cândido de Matos, Victor Bettencourt Brasil, António Joaquim Francisco, José Brasil Aguiar e António Silveira Leonardo.

Ao longo da sua história, destaque para a deliberação da Assembleia Geral, tomada em 1984, de construir uma nova fábrica na Ribeira das Lixívias, que foi inaugurada a 15 de agosto de 1986.

Entretanto ultrapassada em termos quantitativos e qualitativos, face à dinâmica de produção de leite dos associados e tendo presente a evolução do conhecimento, das tecnologias e das exigências do mercado, a fábrica teve que ser substituída, o que aconteceu a partir de uma nova deliberação da Assembleia Geral, esta de 2005, tendo a nova unidade fabril sido inaugurada a 05 de agosto de 2009.

Com a sua nova unidade fabril, a Finisterra, passa a estar equipada com uma fábrica construída de raiz, projetada com visão de futuro e equipada com



material de ponta indicado para a laboração de leite cru e sua transformação em queijo com garantia máxima de qualidade.

A nova fábrica foi projetada para garantir a produção generalizada de queijo de alta qualidade, capaz não só de competir nos mercados português e europeu, mas também no exigente e interessante mercado norte-americano.

Foram Presidentes da Direção desde a sua fundação: Germano José Gomes, Manuel Mendonça e Ávila, José Joaquim Borges Jr., José Tomás Ramos, José Tomás Nunes, José Luís Coelho, Manuel dos Santos Silveira, Lourenço Ventura da Silveira e José Leovegildo Sousa Azevedo. António Aguiar é o atual Presidente da Direção da cooperativa.

A Finisterra é uma cooperativa da maior importância para a economia de São Jorge e em particular da zona do Topo, onde se insere. É o seu grande motor económico, desempenhando também um papel do maior relevo enquanto entidade social, na medida em que se constitui como um polo agregador de um vasto conjunto de pessoas que formam o corpo vivo da entidade cooperativa.

A Finisterra contribuiu para garantir a manutenção e valorização do território rural, essencial para a manutenção de uma agricultura sustentável, através da transformação do leite de qualidade produzidos pelos seus associados em Queijo São Jorge DOP e Queijo Topo de reconhecida qualidade.

A conjugação de uma gestão adequada e criteriosa dos seus recursos, com uma produção eficiente e de qualidade de queijo, com os investimentos bem dimensionados na sua unidade industrial, apoiados pela União Europeia e pelo Governo dos Açores, permite a esta cooperativa ser um exemplo no pagamento do leite aos seus produtores, permitindo nos últimos anos distribuir mais valias por todos os associados, sendo o exemplo vivo de como pode ser, e deve ser, o modelo do cooperativismo do setor leiteiro em São Jorge e na Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 2 de julho de 2019, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelos 75 anos da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL, que tem contribuído para a manutenção e valorização do Queijo São Jorge e para o equilíbrio sócio económico da zona do Topo e ilha de São Jorge.**

**Esta congratulação é extensiva a todos os fundadores, sócios, direções e funcionários que com a sua dedicação e trabalho continuam a desenvolver um trabalho de excelência no setor cooperativo de São Jorge com resultados positivos para os seus cooperantes.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL e à Assembleia Municipal da Calheta.

Disse.

Horta, 2 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Francisco César, André Rodrigues e José Manuel Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente a este voto e informa que irá apresentar na próxima quinta-feira um voto de igual teor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputado que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação, também é referente aos 75 anos da Cooperativa Finisterra, desta feita apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

**Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, pelo seu 75.º aniversário**

A Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL, foi fundada a 22 de maio de 1944, na zona do Lameiro que funcionou sem estatutos e sem estar legalizada. A cooperativa Finisterra nasce de um grupo de lavradores que se antecipam a executar e aprovar os estatutos, legalizando assim a entidade.

Desde então constitui-se como uma instituição de primeira linha local em termos económicos, mas também sociais e até culturais, assumindo a promoção da cultura do cooperativismo junto da comunidade.

Além de se assumir como motor da economia da Zona do Topo, a Finisterra desempenha também um papel do maior relevo enquanto entidade social, na medida em que se constitui como pólo agregador de um vasto conjunto de pessoas que formam o corpo vivo da entidade cooperativa.

O ano de 2003 é marcante na vida desta instituição uma vez que nessa data é extinto em definitivo o sistema arcaico de recolha de leite baseado em postos espalhados pela Zona do Topo tendo sido substituído pela entrega direta de leite na fábrica que introduz um potencial de ganhos e de qualidade que era impossível com o sistema anterior.

A Finisterra está há 17 anos com resultados líquidos positivos, tendo aumentado a produção e as vendas e conta com contas saudáveis e um preço do leite pago ao produtor que é uma referência a nível regional e nacional.

Em 2018, a quantidade de leite entregue na fábrica ultrapassou os 9,4 milhões de litros, o que representa mais 6,8% em relação ao ano anterior.

O preço médio do litro de leite pago à produção atingiu 30,4 cêntimos. Aos 27 cêntimos/litro que, em média, a cooperativa paga aos produtores de leite, soma-se, assim, uma média de quatro cêntimos a mais de bónus. Foram mais de 2,5 milhões de euros de bónus em nove anos dirigidos aos produtores de leite.

Assim, o resultado antes da valorização do leite à produção superou os 425 mil euros em 2018 e o resultado líquido situou-se em mais de 73 mil euros, em linha com o ano anterior.

A produção de queijo situou-se nas 847 toneladas, mais 3% que em 2017, ao mesmo tempo que as vendas de queijo aumentaram de 765 para 851 toneladas, uma subida de mais de 11%.

Outro destaque foi para o volume de negócios, que apresentou um crescimento de 14,1% e ultrapassa os 4.109 mil euros.

Tudo isto resulta numa “situação financeira equilibrada e robusta”, fruto de uma gestão responsável, elevando a cooperativa de lacticínios Finisterra a um patamar invejável de sustentabilidade.

No passado dia 22 de maio esta Instituição festejou os 75 anos da sua existência, um percurso que muito se devem orgulhar todos os seus associados, funcionários e colaboradores em geral pelo trabalho desenvolvido durante estes 75 anos e permite também encarar os desafios futuros com otimismo.

**Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação a Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL**

**pelo seu 75.º Aniversário, pelo seu papel importante, promovendo sempre a economia leiteira de São Jorge e em particular a Zona do Topo.**

A presente congratulação deve ser comunicada ao Presidente da administração da Cooperativa de Lacticínios da Finisterra, António Aguiar, assim como restante direção da cooperativa, e ao Presidente da Assembleia da Cooperativa de Lacticínios da Finisterra.

Horta, Sala de Sessões, 2 de julho de 2019

**O Deputado, Jorge Paiva**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se ao Centenário do Clube Português de Hudson. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **Centenário do Clube Português de Hudson**

A 4 de maio, o Clube Português de Hudson, de Massachusetts, Estados Unidos da América, comemorou o seu Primeiro Centenário.

O Clube Português de Hudson, uma organização sem fins lucrativos, tem por primordial missão a promoção da língua e da cultura portuguesa, bem como a participação cívica dos membros da comunidade em que se inserem.

Trata-se de uma instituição muito importante para a comunidade de Hudson, onde residem muitos emigrantes açorianos e luso-descendentes, em que é desenvolvido um conjunto de atividades destinadas a sócios e seus familiares, das quais se destaca a lecionação de aulas de português, importante para a continuação da utilização da língua portuguesa, em especial por parte da comunidade que já nasceu nos Estados Unidos, a promoção de eventos de solidariedade social, de carácter desportivo, cultural, musical e religioso, destacando-se a realização das Festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora de Fátima e que permitem uma maior envolvência da comunidade portuguesa de Hudson, mantendo-se assim as tradições açorianas.

Os sócios fundadores do Clube Português de Hudson foram Vasco Couto, António Margado, Joaquim Silva, Augusto Mesquita, António Loureiro, José Paulo, José Ferreira, Adolfo Correia, António Duarte, António Francisco, José Pereira, António Teixeira, Bernardino Augusto, Ricardo Oliveira, José Almeida, Manuel Alves, Feliz Correia, João Pereira do Rio, Francisco Alves, e João Alves.

O primeiro Clube Português, com o nome de “Hudson Sport Club”, foi formado em 1919, completando este ano 100 anos, como já foi referido, e teve como primeiro presidente João Pereira do Rio. Em 1922, o “Hudson Sport Club” juntou-se a outro grupo português, constituindo-se, assim, o que hoje conhecemos como "Clube Português de Hudson".

O atual Presidente da Assembleia Geral é António Dias Chaves.

Permitam-me que refira que o primeiro português imigrante que se estabeleceu em Hudson chegou em 1886 a Boston, no navio “Sarah”, e era proveniente da ilha de Santa Maria. A enorme comunidade mariense que aí reside, não esquece, assim, o Senhor José Maria Tavares, que foi o primeiro mariense e o primeiro açoriano a chegar a essa comunidade.

Assim sendo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um Voto de Congratulação pela passagem do Centenário de existência do Clube Português de Hudson e que deste voto seja dado conhecimento à direção do mesmo Clube.

Sala das Sessões, Horta, 2 de julho de 2019

**Os Deputados:** Bárbara Chaves, José Manuel Ávila e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores associa-se com muito gosto ao voto de congratulação pelos 100 anos do Clube Português de Hudson, como forma de reconhecimento do trabalho desse clube em prol da cultura açoriana e portuguesa.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelos 20 anos de Direção Artística de Joaquim Salvador, em espetáculos teatrais na Ilha das Flores.

É apresentado pelo PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

## **VINTE ANOS DE DIREÇÃO ARTÍSTICA DE JOAQUIM SALVADOR EM ESPETÁCULOS TEATRAIS NA ILHA DAS FLORES**

Foi em 1999 que o encenador Joaquim Salvador chegou à Ilha das Flores para fazer trabalho de direção artística nas peças do Grupo de Teatro A Jangada. Desde então, e nas últimas duas décadas, são quase incontáveis os espetáculos daquele grupo de teatro amador florentino que contaram com o empenho, criatividade e labor de Joaquim Salvador.

Vivendo entre Lisboa, a Ilha das Flores e Samora Correia de onde é natural, o encenador Joaquim Salvador todos os anos estreia quatro a cinco peças com o Grupo de Teatro A Jangada, havendo sempre uma peça infantil, uma revista à portuguesa, uma peça em sala e um espetáculo de rua, conquistando na Ilha das Flores um público fiel e muito exigente, chegando a estar seis a sete dias com o mesmo espetáculo em cena com lotação esgotada.

A aproximação do público florentino ao seu grupo de teatro resulta também da aposta em peças infantis levadas à cena nas escolas e em que os alunos participam elaborando a cenografia. Existem muitos casos de crianças que assistiram às primeiras peças infantis do Grupo de Teatro A Jangada e que posteriormente fazem parte do grupo e participam em outras peças e espetáculos.

O núcleo duro do Grupo de Teatro A Jangada conta com cerca de uma dúzia de atrizes e atores amadores, mas há um elenco flutuante composto sobretudo por professores e outros funcionários públicos colocados na Ilha das Flores por um, dois ou três anos e que assim melhor se integram na sociedade florentina.

A revista à portuguesa, pouco comum nos Açores, é realizada há vinte anos na Ilha das Flores, constituindo o maior desafio que todos os anos o Grupo de Teatro A Jangada se lança. É muitíssimo complicado fazer uma revista à portuguesa na Ilha das Flores, pois tudo tem de ir do continente até lá, seja o



material para os cenários, seja o guarda-roupa para trinta pessoas em vinte e cinco quadros.

Fazer teatro na Ilha das Flores tem tudo para não funcionar: uma ilha pequena e afastada, onde tudo é difícil, onde tudo é mais longe, onde tudo fica mais caro. Poder-se-ia pensar ser um autêntico ato de loucura. E tem sido a genial “loucura” de Joaquim Salvador que desde 1999 tem levado à concretização de imensos espetáculos teatrais na Ilha das Flores.

No rol de espetáculos mais marcantes e envolventes que o Grupo de Teatro A Jangada realizou nestes vinte anos com a direção artística de Joaquim Salvador, merecem especial realce:

- O espetáculo de rua evocativo dos 40 anos do 25 de Abril e da Revolução dos Cravos, que constituiu um marco na vida cultural da Ilha das Flores envolvendo todas as forças vivas, bandas, grupos folclóricos, Associação de Bombeiros, empresários, Agrupamento dos Escuteiros, Clube Naval de Lajes das Flores, Juntas e Câmaras Municipais e as turmas da Escola Básica e Secundária das Flores;
- O espetáculo de rua evocativo da emigração dos Açores, representado nas Lajes das Flores, intitulado “O homem e o mar – à descoberto do novo mundo”;
- O espetáculo de rua “Viagem histórica do Povo dos Açores e a pirataria que saqueou a Ilha das Flores no tempo dos piratas”, com a colaboração das forças vivas e muitas pessoas da Ilha das Flores.

Nos espetáculos de sala e sob direção artística de Joaquim Salvador, o Grupo de Teatro A Jangada levou à cena autores como Federico García Lorca, Bernardo Santareno, Luísa Costa Gomes, Miguel Falabella, Anton Tchekhov, Lucien Lambert, Jean Cocteau, entre outros.

Não menos importante tem sido a extraordinária jornada em que o Grupo de Teatro A Jangada sob a batuta de Joaquim Salvador já levou teatro a oito das nove ilhas dos Açores (estando só em falta a Ilha de Santa Maria), como

também nessa epopeia o grupo de teatro florentino realizou algumas idas ao Continente.

Fruto certamente da notabilização desse excelente trabalho em prol da promoção da cultura na Ilha das Flores em particular, mas também da divulgação dos Açores para além das nossas fronteiras basálticas, o Grupo de Teatro A Jangada foi distinguido em 2012 com a Insígnia Honorífica de Mérito Cívico.

Esta semana estreia, no Auditório do Museu municipal de Santa Cruz das Flores, a revista à portuguesa “Pirataria à florentino” com a direção artística de Joaquim Salvador, contando sempre presente com mordaz crítica social.

**Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelos vinte anos de direção artística de Joaquim Salvador em espetáculos teatrais na Ilha das Flores.**

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Grupo de Teatro A Jangada, à Direção Regional da Cultura dos Açores, à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, à Câmara e Assembleia Municipal de Lajes das Flores e ao Conselho de Ilha das Flores.

**O Deputado do PCP Açores, João Paulo Corvelo**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, peço a palavra para uma interpelação. Para me confirmar se tem sido prática apresentar votos que façam 25, 50, 75, 100, 125, e por aí fora (era sempre de 25 em 25 anos) e se agora se se começa a apresentar votos aos 10, aos 20, aos 40, enfim...

Quero só confirmar isso, porque se for essa a regra, eu também tenho uns votos para apresentar agora aos 10, aos 20 anos. Já não me comove determinadas coisas e o “politicamente correto” também já não me comove há muito tempo. Portanto, ou todos seguimos regras aqui dentro e não fazemos o que nos apetece... Ou há regra ou não há regra.

Quero saber qual a interpretação da Mesa sobre essa questão.

(\*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado, pela sua interpelação.

A regra de facto é aquela que refere, de 25 em 25 anos, mas a verdade também é que a Mesa, porque acontece de forma muito excecional, tem admitido votos que não cumpram esta regra. Penso que ela poderá ser reiterada na próxima Conferência de Líderes para que, a partir daí, se cumpra a regra dos 25 anos, que é aquela que tem sido utilizada até agora, mas a Mesa tem admitido de forma excecional votos e, de facto, tem acontecido uma ou outra vez, que dada a importância também das matérias, possam ficar sinalizadas fora da prática que é aquela que temos vindo a utilizar.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista e importará salientar, primeiro, a forma exaustiva como o Sr. Deputado elencou todo um trabalho que este grupo de teatro tem vindo a realizar na Ilha das Flores e a importância que tem, que me parece que deve ser realçada.

Acho que o realço maior que teve foi o facto de, por esta Assembleia, em 2012, ter sido atribuída a Insígnia de Mérito Cívico, exatamente pelo trabalho que tem feito em prol da cultura da Ilha das Flores.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de saudação pelos 150 anos do nascimento de Francisco Lacerda. É apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### pelos 150 anos do nascimento de Francisco de Lacerda

Nasceu a 11 de maio de 1869 na Freguesia da Ribeira Seca, Concelho da Calheta, Francisco Inácio da Silveira de Sousa Pereira Forjaz de Lacerda, o grande maestro, que projetou o nome do seu concelho, da sua Ilha e dos Açores internacionalmente, nomeadamente em França, onde obteve os seus maiores êxitos e reconhecimento pelo seu trabalho.

Pertencendo a uma das famílias mais antigas e mais influentes da ilha, descendente da velha aristocracia da época do povoamento insular, que detinha fortes raízes musicais, com cantores, violinistas, organistas, organeiros, que certamente influenciaram e fizeram de Francisco Lacerda, o mais ilustre representante de uma vasta tradição musical.

Com os estudos de piano orientados por seu pai, foi com o Padre Manuel Azevedo da Cunha que aprende as primeiras letras. Os estudos secundários decorrem em Angra do Heroísmo de 1833 a 1885.

Em 1888, parte para o Porto a fim de cursar medicina, mas onde finalmente acaba por se dedicar ao estudo de piano. Posteriormente estabeleceu-se em Lisboa, onde se inscreveu no Conservatório Real.

Em 1891, terminou com distinção, o Curso Geral de Piano, tornando-se nesse mesmo ano, Professor provisório do Conservatório.

Em 1895 partiu para Paris como bolseiro da Coroa, onde frequenta primeiramente o Conservatório, e depois, a recém-formada *Schola Cantorum*.

Depois de ter passado o ano de 1899 na sua ilha natal, aproveitando para realizar recolha de música tradicional, regressou a Paris, onde em 1900, fez a sua primeira aparição pública como chefe de orquestra por influência de Vicent d'Indy, que fora seu professor de órgão e composição e descobrira o seu talento de chefe de orquestra.

O êxito que de imediato conseguiu abriu-lhe portas para uma bem-sucedida carreira à frente de algumas das melhores orquestras europeias em importantes concertos, festivais e temporadas musicais.

Foi um musicólogo, compositor e maestro que, para além de produzir uma valiosa obra musical, teve uma notável carreira artística internacional, que atingiu o seu apogeu no período entre 1902 e 1913 onde conviveu com os grandes nomes da música europeia.

O legado de Francisco de Lacerda, o compositor, inclui além das encantadoras Trovas para voz e piano, algumas das quais orquestradas, os quadros sinfónicos Almourol e Alcácer, música de cena para A Intrusa, de Maeterlink, música de bailado, peças para órgão, para piano, para guitarra, para trio e quarteto de cordas.

Em 1914 razões de saúde e questões familiares fazem-no regressar aos Açores, onde se instalou na casa de seus pais, passando grandes temporadas numa pequena casa de veraneio na Fajã da Fragueira.

Voltou a Lisboa em 1921 onde realiza uma série de recitais de música de câmara, sessões de poesia e conferências sob a denominação "Uma hora de Arte". Em 1923 cria a Pró-Arte na qual conta, entre outros, com a colaboração de Teixeira Lopes e Eduardo Brasão, e funda a Filarmónica de Lisboa.

Nos últimos 6 anos da sua vida, forçado pela sua saúde fragilizada, Francisco de Lacerda vê-se obrigado a reduzir a sua atividade, dedicando-se essencialmente à prospeção folclórica na Madeira e no Algarve, acabando por falecer, a 18 de junho de 1934, em Lisboa.

Foi atribuída, recentemente, a título póstumo, a Insígnia Autónomica de Reconhecimento no passado dia 10 de junho na Vila da Calheta.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 2 de julho de 2019, emita o seguinte voto de saudação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelos 150 anos do nascimento de Francisco Lacerda, o grande maestro, que valorizou e prestigiou a Região e o País no estrangeiro pelo seu mérito artístico, deixando um legado que honra todos os Açorianos.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família Lacerda, ao Museu Francisco Lacerda, à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, 2 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Francisco César, André Rodrigues e José Manuel Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente a este voto.

Francisco Lacerda é uma grande figura do mundo artístico e deixou-nos um legado precioso a nível musical.

Um homem do mundo, mas que nunca se desligou da ilha que o viu nascer.

A célebre frase que lhe é atribuída “Ou a Fragueira, ou Paris”, representa esta ligação antagónica entre a simplicidade e uma fajã jorgense e a elitista sociedade parisiense.

Assim é também a sua música, quando umas simples trovas populares se transformam pela pena do compositor em peças musicais únicas de uma beleza suprema.

Bem-haja grande maestro por teres levado o nome de São Jorge tão longe e que a tua música se perpetue por muitos e longos anos.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Francisco Lacerda foi um músico e compositor jorgense muito importante e reconhecido no nosso país e no estrangeiro, nomeadamente em Paris.

É certo que foi em tempos que outrora eram difíceis e ele arriscou pela sua vertente musical, vertente que gostava, que se dedicava e que reconhecidamente tinha muita qualidade. Hoje é um grande representante da cultura jorgense.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo PS.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 25 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 05 minutos.*

Vamos dar continuidade à apresentação dos votos. O próximo é de congratulação pelo 50.º aniversário da Fundação Faialense. É apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### 50.º Aniversário da Fundação Faialense

Fundada a 17 de maio de 1969, a Fundação Faialense surge no seguimento de um encontro de emigrantes com origem ou ascendência na ilha do Faial realizado na sede do Clube União Faialense, em New Bedford, no estado do Massachusetts, dando origem a uma instituição de grande relevância que ao longo dos últimos 50 anos de história tem auxiliado os jovens da ilha do Faial no prosseguimento dos seus estudos nomeadamente os do ensino superior.

Nesse encontro, liderado pelo reverendo padre Manuel Garcia, foi lançado a todos os presentes o repto tendo em vista a constituição de um fundo, que



concedesse bolsas para estudantes com carência financeira na ilha do Faial, tendo nesse mesmo ano o início da ‘Fundação Beneficente Faialense’ tomado forma através de uma comissão instaladora.

Um ano depois, e no contexto do seu primeiro aniversário, foram criadas delegações e filiais em diversas cidades. Além de New Bedford, instituíram-se polos da Fundação em Bristol e em East Providence, no Rhode Island, tendo no mesmo ano sido nomeado um representante na cidade da Horta, com vista ao cumprimento das responsabilidades delegadas.

Em 1971, a Fundação Beneficente Faialense alargou a sua base, criando mais delegações em Boston, no Massachusetts, e formalizado a sua representação na própria cidade da Horta. No ano seguinte, foi concedida a primeira bolsa e em 1973, fora criada outra delegação na Califórnia.

Durante este período, o desenvolvimento da Fundação foi fundamental, bem como os esforços de angariação de fundos para aumentar os seus meios financeiros, como a própria instituição reconhece na informação que disponibiliza no seu sítio oficial na Internet.

Em 1980, a Fundação aproximou-se da juventude luso-americana, iniciando um processo de atribuição de bolsas de estudo aos próprios filhos dos seus membros nos Estados Unidos da América.

Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, a Fundação Faialense concedeu mais de trezentas e setenta e cinco (375) bolsas e dispõe de um fundo de mais de 390.000,00 dólares americanos.

Como a própria organização reconhece “a educação tem sido a preocupação e o desafio das pessoas do Faial e no outro lado do Atlântico, essa preocupação justificou a existência da Fundação Faialense”.

No passado dia 27 de abril, esta Fundação organizou, nos Estados Unidos da América, o seu banquete anual de angariação de fundos, em Swansea, Massachusetts.

Presentemente, a instituição é dirigida por um Conselho Supremo, que integra cinco membros, um Conselho Fiscal, também com cinco elementos e um ‘Quadro de Conselheiros’, igualmente com cinco representantes. Além disso, mantém ativas as delegações de Rhode Island e de Massachusetts.

Ao longo da sua história lideraram a instituição faialenses oriundos das freguesias de Angústias, Praia do Norte, Cedros, Conceição, Castelo Branco, Matriz, Capelo, Flamengos e Pedro Miguel, bem como personalidades com raízes faialenses nascidas em Lisboa, New Bedford, Taunton e Warwick.

Em 2013, por ocasião das comemorações do Dia da Região Autónoma dos Açores, o seu mérito e o trabalho desenvolvido foram igualmente reconhecidos, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através da atribuição da Insígnia Autónomica de Mérito Cívico.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de julho, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do 50.º aniversário da Fundação Faialense, sublinhando todos os cidadãos e instituições que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta organização, que perpetua a sua ligação histórico-cultural com a ilha do Faial, assim como pelo apoio social prestado a jovens com necessidades de ajuda financeira para o prosseguimento dos seus estudos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Fundação Faialense, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Tiago Branco, Francisco César e José Manuel Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto refere-se também aos 50 anos da Fundação Faialense. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### 50.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO FAIALENSE

Em 1969, na sequência de uma reunião realizada no dia 27 de maio no Clube União Faialense, em New Bedford, nasceu nos Estados Unidos da América a Fundação Faialense, uma associação sem fins lucrativos criada por emigrantes açorianos, mormente da ilha do Faial, que tem uma relevante atividade social, com destaque para a atribuição de bolsas de estudo a alunos com bom aproveitamento escolar e dificuldades financeiras para prosseguir os seus estudos universitários.

No processo de criação e percurso subsequente da instituição, teve papel central o Padre Manuel Garcia, nascido em 1934 na freguesia dos Cedros e que em 1965 emigrara para os EUA, tendo sido o responsável pela organização da reunião acima indicada, na qual apresentou a um grupo de faialenses o desafio de criar um fundo para atribuir bolsas a estudantes faialenses com dificuldades económicas. O desafio foi acolhido e concretizado, e o Padre Manuel Garcia manteve-se ligado à instituição até ao dia do seu falecimento, no passado dia 27 de março.

Ao longo do primeiro ano de atividade, a Fundação criou delegações em New Bedford – Massachusetts, Bristol e East Providence - Rhode Island, e um representante no Faial, onde no ano seguinte foi constituída também uma delegação, com a expansão para a Califórnia a acorrer em 1973.

A primeira bolsa de estudo foi atribuída em 1972 a um estudante faialense.

Inicialmente, os apoios eram destinados somente a alunos do Faial, mas em 1980 a Fundação alargou o âmbito de concessão das bolsas também a filhos de emigrantes residentes nos Estados Unidos da América.

Nestes 50 anos de vida, a Fundação Faialense concedeu mais de 400 bolsas de estudo.

Os apoios concedidos, cujo valor global já ultrapassou os 400 mil dólares, constituíram para centenas de jovens o contributo decisivo para acederem à universidade e terem a oportunidade de adquirir qualificações académicas superiores.

No final da década de sessenta do século passado, os estudos superiores estavam ao alcance somente de uma minoria privilegiada da sociedade. O analfabetismo assolava uma grande parte da população e não havia ainda uma perceção generalizada do papel central da educação para o desenvolvimento da sociedade.

Neste contexto, o projeto visionário daquele grupo de emigrantes radicados nos Estados Unidos, que viu na criação de condições para assegurar o prosseguimento dos estudos a alunos com dificuldades financeiras, a oportunidade para promover o crescimento individual e social, constituiu uma verdadeira antecipação do que viria a acontecer algumas décadas mais tarde, com uma maior generalização do acesso ao ensino superior e a progressiva consciência da relevância da educação para quebrar o ciclo da pobreza e potenciar o desenvolvimento da sociedade.

Importa destacar ainda a natureza solidária destes nossos emigrantes, que perante da necessidade de sair da ilha em busca de um futuro melhor, não esqueceram os que ficaram para trás e decidiram fazer algo de concreto para os ajudar, apostando na educação dos seus filhos, cientes também de que com as qualificações alcançadas estes poderiam trabalhar melhor em prol do desenvolvimento do Faial.

A criação da Fundação Faialense é, por tudo isto, uma realização que prestigia a comunidade açoriana radicada nos Estados Unidos da América e que nos deve encher a todos de orgulho, quer pela obra já desenvolvida, quer por nos lembrar permanentemente das capacidades do povo destas ilhas.

Nesta ocasião, reconhecendo o importante trabalho da Fundação Faialense ao longo destes 50 anos de atividade, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo cinquentenário da Fundação Faialense.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais da Fundação Faialense.

Horta, Sala das Sessões, 2 julho de 2019

**Os Deputados Regionais:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Luís Garcia e João Bruto da Costa

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pela conquista das medalhas de prata

nas Categorias de Classe A Masculinos e Cadetes Masculinos, na edição de 2019 dos concursos nacionais de manobras.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande,  
pela conquista das Medalhas de Prata nas categorias de Classe A  
Masculinos e Cadetes Masculinos, na edição de 2019 dos Concursos  
Nacionais de Manobras**

“Somos o que repetidamente fazemos. Deste modo, a Excelência não é um ato, mas um hábito.” A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande é a viva representação do que Aristóteles pretendia dizer. Há 144 anos que servem os cidadãos com o altruísmo, a dedicação e aquela Excelência exigidas a quem entrega, diariamente, a sua vida pela do próximo, sem nada esperar em troca. É esta a natureza de um Bombeiro Voluntário.

Tornou-se quase norma nesta tribuna a apresentação de votos de congratulação a esta corporação de Bombeiros, reconhecimento justamente prestado a estes homens e mulheres. Mais uma vez, permitam-me, com o orgulho pessoal da filha de antigo Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, vimos aqui congratulá-los pela conquista de mais dois galardões nos Concursos Nacionais de Manobras, nos passados dias 15 e 16 de junho, que se realizaram em Rio Maior.

As duas medalhas de Prata, obtidas nas Categorias de Classe A Masculinos e Cadetes Masculinos, vêm juntar-se a um já longo palmarés de condecorações

que inclui mais de quarenta medalhas de Ouro, Prata e Bronze, colocando a equipa de Classe A Masculinos em vantagem para o apuramento do representante português no Concurso Internacional de Manobras que se realizará em 2021, na Suíça.

“Mais seguro, com postura e brio de bombeiro e a desejar sê-lo em breve (...) o rijo açoriano promete voltar para o ano, para fazer ainda melhor”, escrevia o jornal Bombeiros de Portugal sobre os Cadetes dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande em 2018. Em 2019, e representando a essência dos ribeiragrandenses que não vergam e não desistem, os nossos Cadetes voltaram e honraram a sua terra e a sua Corporação de Bombeiros, e o investimento desta nas camadas mais jovens, que aqui também louvamos.

É, por isso, renovado um orgulho que nunca se esgota, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos regimentais aplicáveis, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de julho, um voto de congratulação pela conquista, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, das Medalhas de Prata nas categorias de Classe A Masculinos e Cadetes Masculinos, na edição de 2019 dos Concursos Nacionais de Manobras, realizados a 15 e 16 de junho, em Rio Maior e que deste voto seja dado conhecimento à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

**Os Deputados**, Francisco César, Marta Couto e José Manuel Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao presente voto. Reconhece na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande uma instituição de grande mérito, independentemente deste resultado, mas este resultado só acrescenta aquilo que já é o reconhecimento públicos dos serviços prestados. Portanto, é com muito gosto que nos associamos a este voto de congratulação do Partido Socialista.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação à organização do Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento e conquista do primeiro, segundo e terceiro lugar na vertente de trauma. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGATULAÇÃO

### ORGANIZAÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DE TRAUMA E DESENCARCERAMENTO E CONQUISTA DO 1.º, 2.º E 3.º LUGAR NA VERTENTE TRAUMA

Entre os dias 16 e 19 de maio decorreu na Praia da Vitória o Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento que trouxe até ao nosso concelho da Praia da Vitória 25 equipas de corporações de bombeiros de todo o país, 16 equipas na vertente Trauma e 9 equipas em Desencarceramento.



O referido campeonato contou com a participação de mais de três centenas de bombeiros e teve como finalidade apurar as equipas que vão representar os bombeiros portugueses no Campeonato do Mundo de Trauma que se vai realizar em França, em setembro próximo.

Numa organização da Associação Nacional de Salvamento e Desencarceramento e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória este foi um excelente momento formativo e de troca de experiências.

No final os Bombeiros Açorianos arrecadaram os três lugares do pódio. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória sagrou-se campeã e vice-campeã, na vertente Trauma e os Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico arrecadaram o terceiro lugar.

Um evento que valorizou ainda mais a capacidade de treino e intervenção dos homens da paz e demonstrou a capacidade dos bombeiros açorianos e a excelência da sua missão.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória pela organização e às corporações de bombeiros açorianos pela conquista do 1.º, 2.º e 3.º lugar na vertente de trauma.

Que do presente voto se dê conhecimento às equipas, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Roque do Pico, à Associação Nacional de Salvamento e Desencarceramento e à Proteção Civil dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 2 de julho de 2019

**Os Deputados:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, César Toste, Luís Rendeiro e João Bruto da Costa

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação aos bombeiros açorianos que conquistaram o pódio no campeonato nacional de trauma e desencarceramento. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### **Bombeiros açorianos conquistam pódio no Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento**

O Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento realizou-se pela primeira vez nos Açores, no Concelho da Praia da Vitória, tendo envolvido 25 equipas, 16 de trauma (incluindo 4 dos Açores, provenientes das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, Nordeste e São Roque do Pico) e 9 de desencarceramento.

Esta foi uma prova de alto nível de competição que reuniu equipas de trauma e desencarceramento de todo o país.

O evento, que mobilizou cerca de 300 pessoas ligadas de forma direta ou indireta ao acontecimento, foi organizado pela Associação Nacional de Salvamento e Desencarceramento e pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, em colaboração com o município e com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Este Campeonato mobilizou, ainda, cerca de 500 visitantes para assistirem a uma prova que foi uma demonstração e um teste às técnicas e ferramentas utilizadas no salvamento e socorro de vítimas em situações reais.

Foram três dias de competição salutar e de espírito de partilha de experiências, que a todos orgulha, desde corporações de bombeiros, Proteção Civil, Associações, Governo, até à sociedade civil.

Consideramos que foi uma honra e um prestígio para a Região ter sido escolhida para cenário do Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória ao obter o primeiro e o segundo lugares sagrou-se campeã e vice-campeã, na vertente Trauma, do Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento e o terceiro lugar foi atribuído à equipa da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

Este êxito serviu para o apuramento das equipas que concorrem ao Campeonato do Mundo de Trauma, que irá decorrer nos dias 12 a 15 do próximo mês de setembro, em França, e serviu para confirmar e consolidar a dedicação, capacidade, o conhecimento e a aptidão dos nossos bombeiros, cujo sucesso é bem demonstrativo da aposta que o Governo Regional, através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, tem vindo a efetuar ao longo dos últimos anos na vertente da formação dos bombeiros voluntários.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória e à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico pela classificação alcançada no Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, à Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Senhora Secretária Regional da Saúde.

Horta, Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

**Os Deputados**, Francisco César, Maria Isabel Quinto, Mónica Rocha, António Toste e Maria de Fátima Ferreira

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há alguma inscrição? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação à atleta Leónia Odília da Silva Braga pela conquista da Medalha de Prata no Campeonato Abu Dhabi Grand Slam Jiu – Jitsu Word Tour 2018-2019 em Londres. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira pelo Partido Socialista.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

**À atleta Leónia Odília da Silva Braga pela conquista da Medalha de Prata no Campeonato Abu Dhabi Grand Slam Jiu – Jitsu Word Tour 2018-2019 em Londres**

Leónia Odília da Silva Braga, nasceu em Santa Cruz das Flores em 1980 e após a conclusão do 12.º ano, em 1999, ingressou no Serviço Militar.

Desde aquela data passou a residir no Continente na zona do grande Porto, onde vive e trabalha.

Devido a um acidente de que foi vítima, acabou por ter de abandonar a vida militar, dado que em 2004 foi considerada incapaz para o serviço militar devido às sequelas físicas que o acidente lhe causou, que culminaram com a amputação transbial da perna direita já em 2016.

Com o espírito de sacrifício e a vontade de vencer todas barreiras, características da sua personalidade, nunca se acomodou tendo encontrado no desporto uma forma de superar eventuais dificuldades.

Em 2016, aderiu à modalidade, que sendo uma variedade do judo com a sua maior expressão no Brasil, tendo iniciado a sua prática em 2018, na Equipa Sampaio-BJJ- em Ramalde, Leça da Palmeira, onde treina com atletas com e sem deficiência, sendo a única que participa em competições.

Apesar do pouco tempo de adesão a esta modalidade logo passados meses na sua categoria e peso, alcançou a Medalha de Prata no Campeonato Nacional, realizado a 30 de junho e a 4 de dezembro foi medalha de ouro no Milano Challenge.

No início do passado mês de março, participou no Campeonato de ParaJiu-JiTsui em Londres onde alcançou uma honrosa medalha de Prata.

Desta forma, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de julho de 2019, a aprovação deste voto de congratulação pela conquista da Medalha de Prata na categoria de ParaJiu-Jitsu no Torneio Abu-Dhabi Grand Slam Tour 2018-19, realizado em Londres, pela atleta Leónia Odília da Silva Braga, sendo extensiva à toda equipa, técnicos e dirigentes.

Do presente voto de congratulação, seja dado conhecimento à atleta, à Direção da Equipa Sampaio-BJJ, bem como à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 2 de julho de 2019

**Os Deputados:** Manuel Pereira e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(\*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto, sendo que apresentará um de igual teor na próxima quinta-feira.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pelo título de campeão nacional de vela alcançado por Rui Silveira na classe LASER STANDARD. É apresentado pelo PS. Tem palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO  
PELO TÍTULO DE CAMPEÃO NACIONAL DE VELA ALCANÇADO  
POR RUI SILVEIRA NA CLASSE LASER STANDARD**

Realizou-se, entre os dias 15 e 18 de abril de 2019, o XXX Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto, promovido pela Academia de Vela BBDouro e pela Federação Portuguesa de Vela, no Campo de Regatas do Porto.

Da competição saiu vencedor o atleta do Clube Naval da Horta, Rui Silveira, sagrando-se assim Campeão Nacional de Vela na classe de Laser Standard.

Nas oito regatas realizadas, Rui Silveira venceu três delas, ficando em 2.º lugar noutras três e alcançado um 4.º e um 5.º lugar nas restantes duas.

Rui Filipe Medeiros da Silveira nasceu em 1990, na cidade da Horta, e aos dez anos de idade inscreveu-se na Federação Nacional de Vela, pelo Clube Naval da Horta, na classe Optimist. Um ano depois participava na sua primeira prova nacional.

Em 2005, iniciou a competição na classe Laser Radial, tendo conquistado o título de vice-campeão regional e, no ano seguinte, sagrou-se Campeão Regional na mesma classe.

Em 2008, Rui Silveira participa na sua primeira competição internacional nomeadamente na Europa Cup, em França, obtendo a 35.ª posição entre os 248 participantes, resultado que conferiu ao atleta a entrada no Percorso de Alta Competição.

No ano seguinte, alcançou o estatuto de Alta Competição e foi integrado no Projeto Esperanças Olímpicas, ao posicionar-se em 19.º lugar no campeonato europeu, o primeiro em que participou, o European Championship Laser Radial. No ano 2010, passa a competir na classe Laser Standard.

Do vasto currículo deste atleta faialense constam inúmeras provas internacionais, tais como a sua participação no Campeonato do Mundo de Juniores Laser Standard, em Hayking Island, onde renovou o estatuto de Alto Rendimento, ou no Campeonato do Mundo realizado na Alemanha, tendo contribuído para o apuramento de Portugal para os Jogos Olímpicos de 2012.

Ao nível europeu, destaque, ainda, para a sua participação nos Campeonatos Europeus em 2012 e 2014, que lhe valeram a renovação do Estatuto de Alto Rendimento, bem como nos campeonatos inglês e espanhol, tendo vencido, em 2014, o Campeonato Nacional Belga.

Do enorme palmarés do velejador do Clube Naval da Horta constam vários títulos nacionais, tais como o de campeão de Portugal Absoluto, na Classe Laser Standard, em 2010; campeão de Portugal de Classes Olímpicas, em 2011, e campeão nacional da Classe Laser, também em 2011. Foi, ainda, 1.º classificado na “Cascais Laser Europa Cup” e 2.º classificado na XIV Semana Olímpica Gran Canária, ambas as competições realizadas em 2012.

Em 2015, participou na World Cup Miami, nos Estados Unidos da América, tendo alcançado a 63.ª posição.

Nesta classe, Rui Silveira assegurou a presença de Portugal nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, através da sua excelente prestação – o português melhor classificado – no Campeonato do Mundo das Classes Olímpicas, realizado em Santander, Espanha, em setembro de 2014.

Em 2017, o atleta foi 22.º, entre os 126 atletas, na frota de ouro no Campeonato Europeu de Laser realizado em Barcelona.

Após um ano de 2018 conturbado para o atleta devido a uma grave lesão, o velejador faialense regressou em força à competição, apurando-se para o Campeonato do Mundo, que disputará no Japão, tendo em vista o objetivo de chegar aos Jogos Olímpicos 2020.

Rui Silveira é o exemplo de que o esforço, a dedicação, a perseverança e a vontade de ir mais além são valores fundamentais para a realização dos sonhos, sendo igualmente um modelo para todos os jovens atletas da nossa Região.

O atleta do Clube Naval da Horta já inscreveu o seu nome na história do desporto açoriano e português, contribuindo, simultaneamente, para uma excelente projeção da imagem dos Açores no Mundo.



Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de julho, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Açoriano, natural da ilha do Faial, Rui Filipe Medeiros da Silveira, pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela, na classe Laser Standard.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Clube Naval da Horta, à Associação Regional de Vela dos Açores, à Federação Portuguesa de Vela, ao Governo Regional dos Açores e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Tiago Branco, Francisco César e José Manuel Ávila

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é também de congratulação pelo título alcançado de campeão nacional de vela, por Rui Silveira. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia pelo PSD.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**Rui Silveira - Campeão Nacional de Vela**

O velejador Rui Silveira, do Clube Naval da Horta, sagrou-se Campeão Nacional de Vela, na classe Laser Standard, ao conquistar o primeiro lugar no trigésimo Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto, organizado pelo Clube BBDouro e pela Federação Portuguesa de Vela, no passado mês de abril.

Rui Filipe Medeiros da Silveira nasceu na cidade da Horta, em 1990, e desde cedo demonstrou grandes aptidões para a prática da vela. Aos dez anos como atleta do Clube Naval da Horta, inscreveu-se na Federação Nacional de Vela, na classe Optimist. Aos 11 anos participou pela primeira vez numa prova nacional, no XV Encontro Nacional de Escolas de Vela, realizado em Pinhel.

Em 2005 e já com várias conquistas de títulos regionais, a Federação Portuguesa de Vela reconhece-lhe o estatuto de atleta que reunia condições de progressão. Nessa altura Rui Silveira com o objetivo e ambição de evoluir na sua formação na vela mudou-se para Lisboa.

Em 2008 participa na sua primeira competição internacional, na Europa Cup, em França, obtendo entre os 248 velejadores participantes a 35ª posição. Esta marca conferiu-lhe a entrada no percurso da Alta Competição, estatuto que atingiu no ano seguinte, bem como, a integração no Projeto Esperanças Olímpicas.

O título agora conseguido soma-se a muitos outros regionais, nacionais e internacionais que este velejador de alto rendimento do Clube Naval da Horta tem conquistado, premiando o seu trabalho e a sua dedicação, e contribuindo para consolidar a sua posição cimeira na Vela Ligeira Portuguesa.

Esperamos igualmente que este resultado constitua mais um estímulo para os desafios que o Rui Silveira tem pela frente, desde logo, a sua preparação com vista à participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

Este título de campeão nacional mais uma vez alcançado pelo atleta Rui Silveira e todo o seu percurso desportivo têm prestigiado e projetado os Açores

no mundo, o que é merecedor de reconhecimento pelos representantes do povo dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão Nacional de Vela, na Classe de Laser Standard, pelo velejador açoriano Rui Silveira, no recente Campeonato de Portugal de Juniores e Absoluto.

Mais se propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento ao Rui Silveira, ao Clube Naval da Horta, à Associação Regional de Vela dos Açores e à Federação Portuguesa de Vela.

Horta, Sala das Sessões, 2 de julho de 2019

**Os Deputados Regionais:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Luís Garcia e João Bruto da Costa

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa de Povo de Santo António de Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kikboxing na categoria de Point - Figthing. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa de Povo de Santo António de Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kikboxing na categoria de Point - Figthing**

O Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António e os seus atletas, uma vez mais elevaram o nome da Ilha do Pico e dos Açores pela sexta vez ao mais alto nível do desporto nacional.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, estiveram presentes no campeonato nacional de Kikboxing que decorreu no passado dia 29 e 30 de junho no Pavilhão Jorge Galamba Marques, na cidade da Figueira da Foz.

Competindo na categoria de Point – Fighting as atletas, Érica Jorge, Nikita Fernandes nos escalões de juvenis, Bernardo Silva no escalão de júnior e Cristina Fraga no escalão de sénior sagraram-se campeões nacionais dos seus escalões.

Na categoria de juvenil, Patrícia Silva e Madalena Ourique no escalão de júnior, foram vice-campeãs nacionais.

O Grupo Desportivo da Casa de Povo de Santo António, sagrou-se Campeão Nacional de Kikboxing por equipas entre 130 clubes que participaram no campeonato.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram uma vez mais ao mais alto nível competitivo, demonstrando a excelência desportiva do trabalho que desenvolvem ao serviço desta modalidade e deste Clube.

Na modalidade de Kikboxing, o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, tem sido uma referência do desporto Açoriano a nível nacional e internacional. A excelência do trabalho desenvolvido pelos técnicos Pedro Teles e continuado Hugo Matos e pela Direção do Clube tem sido

extraordinária na formação desportiva dos atletas bem demonstrativo do nível competitivo e dos êxitos já alcançados.

É de enaltecer uma vez mais a conquista alcançada pelos atletas Açorianos da Ilha do Pico e pelo Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, elevando assim o nome dos Açores no mais alto patamar do desporto nacional.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita as Atletas Érica Jorge, Cristina Fraga, Nikita Fernandes e o atleta Bernardo Silva pelos títulos alcançados no campeonato nacional de Kikboxing, assim como o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, constituindo mais um motivo de orgulho e de admiração para todos os Picoenses e Açorianos.**

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Atletas, ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 02 de julho de 2019

**Os Deputados:** Francisco César, Mário Tomé e Marta Matos

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado deixando uma nota aos seus atletas, aos seus dirigentes, aos treinadores, como foi apresentado pelo colega do Partido Socialista, e deixando também uma nota de reconhecimento pela representatividade e pelos êxitos alcançados por este Grupo Desportivo, um Grupo Desportivo formado em redor de uma Casa do

Povo, mas que tem crescido e que tem feito trazer aqui estes títulos e estas representações no exterior do crescimento do desporto nesta freguesia de Santo António.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação, a André Silva – Campeão da Macaronésia em Kickboxing. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **André Silva – Campeão da Macaronésia em Kickboxing**

O Arrifes Kickboxing Clube, fundado em 17 de julho de 2008, na freguesia dos Arrifes, concelho de Ponta Delgada, tem atualmente cerca de 200 atletas a praticar aquele desporto, divididos nas diversas classes de formação, nomeadamente cadetes, iniciados, juvenis, juniores, seniores e veteranos.

A classe mais jovem são os cadetes e iniciados, que vai dos cinco aos doze anos, e os veteranos são os atletas com mais de quarenta anos de idade.

Desde a sua fundação, já passaram pelo Arrifes Kickboxing Clube mais de um milhão de atletas, espalhados pelos três núcleos do Clube – Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada -, e na sua sede nos Arrifes.

O Arrifes Kickboxing Clube foi campeão regional nos anos de 2008 a 2016, e de 2017 a 2019. Foi campeão de Portugal em 2012 (disputando este desporto com mais 104 clubes, incluindo grandes nomes do desporto nacional, como Guimarães, Benfica, Sporting e Futebol Clube do Porto). E foi vice-campeão nacional nos anos de 2013 e 2015.

O Arrifes Kickboxing Clube, sob a distinta direção do Presidente, Nilton Silva, do Vice-presidente, Antero Silva e do Tesoureiro, Marco Raposo, conta com vários atletas campeões nacionais e com títulos internacionais, pois muitos deles têm sido convocados para integrarem a seleção nacional.

Em 2015, nas provas do campeonato do Mundo da World Kickboxing Federation, que teve lugar em Itália, cinco atletas do Arrifes Kickboxing Clube conquistaram uma medalha de ouro, duas de prata, e uma de bronze.

A prova de Kickboxing, que teve lugar no passado dia 25 de maio, na Região Autónoma da Madeira, foi a segunda edição da Gala Internacional da Macaronésia que, como o próprio nome indica, assenta na disputa do título do melhor atleta dos arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde.

A prova foi disputada na variante de k1, a mais completa e “perigosa” do kickboxing. Houve quatro combates, tendo o atleta do Arrifes Kickboxing Clube, André Silva, ganho todos os seus combates, por unanimidade dos juízes. O atleta André Silva nasceu a 19 de novembro de 1998 e começou a praticar Kickboxing com apenas 4 anos de idade, e quando atingiu a idade mínima para poder competir, que é aos 7 anos, foi, logo no primeiro ano, campeão Nacional de Kickboxing.

O atleta do Arrifes Kickboxing Clube, André Silva tem no seu currículo inúmeros títulos nacionais e alguns internacionais, nomeadamente, bicampeão da Macaronésia, campeão do mundo júnior WKF 2015, vice-campeão do mundo ISKA 2017.

O André Silva é atleta da seleção nacional e é o único atleta açoriano neoprofissional de Kickboxing.

André Silva presentemente frequenta a Escola Superior de Polícia.

Assim, pelo que representa a consagração do atleta André Silva, do Arrifes Kickboxing Clube, como campeão da Macaronésia 2019, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Arrifes Kickboxing Clube, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Atleta André Silva e ao Arrifes Kickboxing Clube. Horta, Sala das Sessões, 02 julho de 2019.

**Os Deputados:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, João Bruto da costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma modalidade com cerca de 30 anos na nossa Região; uma modalidade que apesar desses 30 anos e de não ser uma das modalidades com maior expressão na nossa Região, é uma modalidade rica em conquistas e em vitórias fora da nossa Região, várias vezes reconhecida nesta Casa:

Em 2012, um voto apresentado pelo Partido Socialista sobre títulos nacionais;

Em 2013, também pelo Partido Socialista, títulos europeus;

Em 2014, também sobre títulos nacionais e até sobre um título mundial;

Em 2017, também pelo Partido Socialista, títulos nacionais e títulos internacionais novamente;

Em 2018, também pelo Partido Socialista mais títulos nacionais nesta modalidade;



Agora, em 2019, para além do título nacional conquistado ainda este fim-de-semana por um clube do concelho de São Roque do Pico, cá estamos nós em consideração à força, à coragem e ao respeito, que são lemas da Equipa dos Arrifes de Kickboxing, para nos associarmos a este voto de congratulação, desta feita por um título diferente, um título da Macaronésia, que a muitos nos deve orgulhar.

Disse.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação – Kairós premiada na categoria “Inclusão Económica e Criação de Emprego”. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Caras Deputadas, Caros Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Kairós premiada na categoria “Inclusão Económica e Criação de Emprego”**

No dia 7 de junho de 2019, a Kairós foi premiada pelo projeto BioKairós - Produção e Comercialização de Hortícolas e Plantas Aromáticas e Medicinais, em modo produção biológico, na categoria de Inclusão Económica e Criação de Emprego, no âmbito do Caixa Social 2019.

A Kairós - Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária CRL é equiparada a uma Instituição Particular de Solidariedade Social e, como tal, a uma Instituição de Utilidade Pública sem fins lucrativos, criada no dia 3 de novembro de 1995.

A cooperativa desenvolve o seu trabalho, desde os primeiros dias, a partir do trabalho de intervenção social, de luta contra a pobreza e exclusão social.

“Os Prémios Caixa Social são uma iniciativa da Caixa Geral de Depósitos para distinguir e apoiar financeiramente o trabalho desenvolvido pelas entidades do terceiro setor, focado na valorização das pessoas. Inserem-se no âmbito do seu contributo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos 10 Princípios do Pacto Global, ambos das Nações Unidas, que inspiram a sua Estratégia de Sustentabilidade 2018/2020.”

A atribuição deste prémio à Kairós enfoca aquele que é o carácter inovador e a valorização do indivíduo e inclusão na sociedade, que esta cooperativa assume como missão, tendo como objetivo promover a melhoria da sua condição de vida.

A Kairós é uma das cooperativas que, nos Açores e naquele que é o valor social da inclusão do indivíduo, dignifica-o desde logo pela empregabilidade, pelo que a atribuição de um prémio nesta área, na categoria da Inclusão Económica e Criação de Emprego, é uma vitória de anos de trabalho e que aqui congratulamos.

O trabalho da Kairós tem-se afirmado ao longo dos anos pelas parcerias e espírito de cooperação com outras entidades regionais na área da agricultura biológica, procurando rentabilizar recursos físicos, humanos e de conhecimento, em prol da criação e implementação de um projeto inovador que valoriza, acima de tudo, o nosso potencial produtivo e o nosso capital rural.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores emita um Voto de Congratulação pela distinção da Kairós na categoria “Inclusão Económica e Criação de Emprego” na Caixa Social 2019, dando conhecimento à Kairós e à Caixa Geral de Depósitos.

Muito obrigada.

Horta, Sala de Sessões, 02 de julho de 2019

**Os Deputados:** Francisco César, Sónia Nicolau, Carlos Silva e Mónica Rocha

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E ao Vítor Constâncio, julgo!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é também de congratulação pela realização de uma das semifinais dos Emmy Awards na Ilha do Corvo. Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes, pelo PS.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### PELA REALIZAÇÃO DE UMA SEMIFINAL DOS EMMY AWARDS NA ILHA DO CORVO

No passado dia 29 de junho a Ilha do Corvo recebeu uma semifinal dos Prémios Internacionais EMMY. Só o facto de termos sido escolhidos é motivo de congratulação para todos os Açorianos. A ilha do Corvo coloca-se, assim, ao

lado de escolhas como Miami, Viena, Berlim ou Beijing entre outras grandes cidades por este mundo fora.

Até ao momento as três semifinais realizadas em Portugal foram sempre realizadas em Lisboa e talvez por isso o evento tenha sido considerado por muitas pessoas como “inédito”, passando o Corvo a fazer parte da “história da televisão mundial”.

É também motivo de congratulação o facto de que a ilha do Corvo foi a escolhida, de entre 27 semifinais a realizar na edição número 47, para receber uma das mais cobiçadas e prestigiantes categorias: A categoria de Melhor Ator Mundial.

A cerimónia promovida pela Academia Internacional de Televisão colocou a Ilha do Corvo nas manchetes dos jornais, nos ecrãs das televisões e nos ecrãs de telemóveis por esse mundo fora. No passado dia 29 de junho deslocaram-se à ilha atores de renome nacional e elementos da organização, totalizando 30 pessoas.

Para além do impacto, a nível económico para a ilha do Corvo, um evento desta dimensão é extremamente importante na visibilidade e divulgação a nível nacional e internacional, não só da ilha do Corvo, mas de todos os Açores.

O facto de o evento ter sido um sucesso é também motivo de congratulação porque gerou uma reação muito positiva em todos os jurados de renome nacional e na organização, que partilharam o seu agrado e encanto pela ilha do Corvo, quer nas redes sociais, quer nas televisões de todo o mundo. A interação dos visitantes com os corvinos foi outro fator de sucesso que também merece o nosso reconhecimento.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o voto de congratulação pela realização de uma das semifinais dos Emmy Awards na Ilha do Corvo.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à organização deste evento, assim como à Câmara Municipal do Corvo.

Horta, Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Iasalde Nunes, José Manuel Ávila e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para informar esta câmara que o PPM se associa ao voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

Sra. Deputada Maria João Carreiro. Peço desculpa. Não tinha visto que se tinha inscrito. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Um evento de dimensão internacional, que permite também projetar os Açores além-fronteiras, é sempre motivo de satisfação, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao presente voto.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é também de congratulação a Gonçalo Rodrigues, campeão mundial de Jet-Ski. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Gonçalo Rodrigues – Campeão mundial de Jet Ski**

O Clube Náutico de Lagoa foi fundado em 1995, e tem como objetivo “promover as atividades náuticas e outras de interesse para a população do Concelho da Lagoa”.

Ao longo dos anos, o Clube Náutico de Lagoa tem vindo a desenvolver diversas modalidades, com destaque, também, para a motonáutica.

O atleta do Clube Náutico de Lagoa, Gonçalo Rodrigues, natural da Freguesia de Arrifes, Concelho de Ponta Delgada, sagrou-se Campeão Mundial de Ski Division GP3, no passado dia 2 de junho, na ilha de Sardenha, Itália, onde decorreu o Campeonato do Mundo de Aquabike.

Entre os treze atletas competidores nesta prova mundial de Jet Ski, Gonçalo Rodrigues venceu duas das três mangas da prova, terminando a sua participação com setenta e dois pontos, mais doze do que o segundo classificado.

O esforço do atleta de 19 anos, do Clube Náutico de Lagoa, congregando os seus estudos com os treinos, seis dias por semana, merece ser louvado e reconhecido pela comunidade como exemplo a seguir pelos jovens desportistas açorianos.

Assim, pelo que representa a consagração do atleta Gonçalo Rodrigues, do Clube Náutico de Lagoa, como campeão mundial de Jet Ski Division GP3, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Clube Náutico de Lagoa, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Atleta Gonçalo Rodrigues e ao Clube Náutico de Lagoa.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 2 de julho de 2019.

**Os Deputados:** Luís Maurício, António Vasco Viveiros, João Bruto da Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com naturalidade e com gosto ao voto de congratulação pela conquista do atleta Gonçalo Rodrigues, do concelho da Lagoa, por ter sido campeão mundial de Jet Ski, no passado dia 2 de junho, na Sardenha, Itália.

De facto, é aqui de realçar e de louvar o trabalho e o empenho do atleta Gonçalo Rodrigues, mas também do contributo importante que o Clube Náutico de Lagoa tem vindo a desenvolver ao longo de mais 20 anos de atividade.

Portanto, é mais do que justo este reconhecimento pelo trabalho realizado e por elevar e dignificar o nome dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos às 15h00.

*Eram 12 horas e 59 minutos.*

*(A transcrição da tomada de posse da Secretária Regional da Saúde encontra-se em Suplemento ao presente Diário)*

*(Após o intervalo, a Deputada Marta Matos foi substituída na Mesa pelo Deputado Manuel Pereira)*

**Presidente:** Vamos então entrar na Agenda da Reunião.

*Eram 15 horas e 36 minutos.*

Conforme ficou definido pela Conferência de Líderes o ponto n.º 1 da nossa Agenda será debatido na manhã de quarta-feira, portanto, amanhã de manhã. Avançamos assim para o ponto 2: **Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019 – “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”**.

Esta reapreciação faz-se ao abrigo dos artigos 142.º e 143.º do nosso Regimento.

Os tempos ficaram definidos pela Conferência de Líderes desta forma: cada grupo e representação parlamentar assim como o Governo dispõem de um tempo global de 12 minutos, sendo que na generalidade podem intervir apenas uma única vez.



Também cumprindo o disposto do n.º 4 do artigo 143.º, o debate e a votação na especialidade incidem apenas sobre as propostas de alteração apresentadas. Neste caso, e julgo que já está a ser distribuída por todos, a proposta é ao artigo 2.º do diploma, e é uma proposta de alteração apresentada pela CAPAT e subscrita pelo PS, PSD, CDS e Bloco de Esquerda.

Está então aberto o debate na generalidade. Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: O PSD-Açores, em maio deste ano, à menos de dois meses, quando se procedeu à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional que agora se reaprecia, apontou as suas principais fragilidades.

Não nos surpreende assim o veto de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, já que o mesmo incidiu sobre um ponto para o qual o PSD chamou a devida atenção aquando da discussão do diploma em sessão plenária.

Em concreto sobre o artigo 2.º do diploma que se reaprecia, o PSD-Açores questionou se nele não deveria haver referência ao âmbito regional das entidades e organismos abrangidos, e uma vez que se abrangia a Universidade dos Açores, questionou também como seriam acautelados os princípios da autonomia universitária e a demais legislação em vigor sobre o sistema de ensino superior.

Bastava que o Partido Socialista, já que não fez o trabalho de casa e não se desenrascou a copiar e a adaptar o que já existe, tivesse pelo menos tido a capacidade e humildade de ouvir as correções que lhe foram entregues de bandeja pelo bom aluno que estudou a matéria.

Mas o desajustamento ou o descabimento do artigo 2.º da iniciativa não foi a única chamada de atenção ou a única correção efetuada pelo PSD-Açores.

Fizemos inúmeras chamadas de atenção na apreciação do diploma em maio deste ano. Voltaremos a efetuá-las, porque entendemos que o diploma foi elaborado de forma atabalhoada e enferma de vários problemas.

Em relação à abrangência do diploma voltamos a apontar a necessidade de ajustar o relatório energético anual da Região de modo a que nele sejam incluídos todos os serviços e organismos da Administração Pública Regional, bem como, conforme a correção que agora se realiza, as empresas públicas regionais, as fundações públicas regionais e as associações públicas ou privadas regionais com capital maioritariamente público.

Não basta pregar a importância da eficiência energética para a prossecução dos objetivos e compromissos da Região para a descarbonização da economia como se tem efeito.

De igual forma entendemos que não basta pregar o dever que o setor público tem de desempenhar um papel exemplar na implementação de medidas de eficiência energética.

Um compromisso sério, em matéria de eficiência energética, exige mais do que palavras ditas ou escritas.

Por isso mesmo, voltamos a dizer que é lamentável a falta de ambição deste diploma face ao diploma que se revogou. Relembramos que ficaram de fora as vias públicas ou os esforços a implementar pelos municípios que antes eram abrangidos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**A Oradora:** Quanto ao acompanhamento e avaliação da aplicação do diploma também esses aspetos carecem de melhorias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra questão que levantámos prende-se com a periodicidade da atualização da informação sobre os edifícios. Pese embora o Plano Nacional de Ação para a

Eficiência Energética determine que ela será mensal, no diploma essa informação encontra-se omissa.

Mais uma vez chamamos a atenção também para o facto de se encontrarem em falta no diploma as normas transitórias referentes, por exemplo, à plataforma eletrónica ou aos requisitos de informação a que se refere o seu artigo 4.º.

Encontra-se ainda em falta o regime sancionatório, pelo que, por exemplo, ao não disporem as entidades abrangidas pelo ECO.AP de Gestores Locais de Energia com vínculo de emprego público ao não elaborem e disponibilizarem os relatórios energéticos anuais não terão um qualquer tipo de penalização.

Estão assim criadas as condições para novo incumprimento legal em matéria de Eficiência Energética na Administração Pública.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deixámos claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs um Decreto Legislativo Regional que consiste na implementação do Programa ECO.AP Açores, mas não fez o trabalho de casa sobre o Programa Nacional que vai copiar.

Apontámos algumas observações a ter em conta sobre o Programa, observações essas que constam do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas à Eficiência Energética em Edifícios Públicos ou do Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima.

Numa atitude construtiva e no sentido da melhoria das medidas com vista à implementação de um Programa de Eficiência Energética na Administração Pública e nos Açores mais ambicioso e mais consistente, voltamos a apontar algumas lacunas e bem assim melhorias a realizar na sua concessão.

**Deputado Francisco César (PS):** Está a discutir o diploma e não a matéria de facto!

**A Oradora:** No âmbito deste diploma que se reaprecia, pautam duas medidas das três que constam do Programa ECO.AP nacional, nomeadamente a celebração de Contratos de Gestão de Eficiência Energética e a implementação de um Plano de Ação de Eficiência Energética.

Estas são duas medidas que consideramos que deveriam ser contempladas de forma adaptada na Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O PSD no seu melhor!

**A Oradora:** Continuamos também a considerar que as dúvidas em relação ao funcionamento e à operacionalidade do Barómetro ECO.AP vêm também colocar em causa o acompanhamento da execução do próprio Programa e de outras ações e medidas que dele necessitam como instrumentos de monitorização e de apuramento da efetiva redução dos consumos.

Julgamos, portanto, imperativo, um reforço daquilo que se propõe, não podendo a eficiência energética continuar a ser o parente pobre das políticas energéticas. Sobre a sobrevalorização da eficiência energética, a verdade é que o PSD-Açores tem continuamente chamado a atenção para essa questão na Região. Neste aspeto, voltamos a condenar o amadorismo que caracteriza o próprio Relatório dos Consumos Energéticos nos Edifícios Públicos na Região, cujo conteúdo dá uma nota evidente da subvalorização crónica de que enferma a eficiência energética nos Açores dando-nos completa razão nas considerações efetuadas.

Ainda assim, o PSD-Açores continuará a defender, como sempre defendeu, as questões de eficiência energética por considerar que são fundamentais para a prossecução dos objetivos inadiáveis e incontornáveis naquela que é uma agenda obrigatória para a sustentabilidade, seja ao nível do combate às alterações climáticas, seja ao nível da suficiência energética.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui, de facto, a fazer a reapreciação de um diploma que foi apresentado pelo Partido Socialista nesta Casa, que teve ao longo do seu processo legislativo e que cumpriu os trâmites todos nesta Assembleia, seja na Comissão, seja aqui no plenário, e também gostava de dizer que eu, como é óbvio, assumo o lapso e a incoerência legislativa que foi colocada no artigo n.º 2, que mereceu essa mesma nota por parte do Representante da República. Não sendo nada arrogante e sendo muito humilde em reconhecer quando nós humanos erramos,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... tivemos aqui uma pequena falha e, de facto, sobre a coerência da segunda parte do artigo 2.º, apesar de no artigo 1.º e essa primeira parte do artigo 2.º dizerem muito bem qual é o âmbito da aplicação deste mesmo diploma que é o Programa da Eficiência Energética na Administração Pública Regional.

Este pedido de reapreciação foi levado novamente à Comissão, à CAPAT, onde o Partido Socialista apresentou uma nova proposta de redação para esse mesmo artigo que mereceu menção da parte do Representante da República, e aquilo que foi feito foi assumido também por todos os deputados, por todos os partidos dessa mesma Comissão, como sendo uma proposta de alteração da própria Comissão, que foi já distribuída por todos os Srs. Deputados nesta Casa.

Neste sentido, Sra. Presidente, acho que da parte do Partido Socialista estão criadas as condições para que se possa passar para a votação, temos um bom diploma, continuamos a dizer que cumprimos aquilo com que nos comprometemos nesta casa, de garantir um novo Programa de Eficiência

Energética para a Administração Pública Regional e esperemos que agora, depois da sua publicação, seja devidamente implementado e que os resultados sejam positivos para bem dos Açores.

Uma última nota tem de ser necessária: nós não podemos achar que só somos bons alunos por fazer algumas chamadas de atenção. Nesta Casa, todos os partidos da oposição e também o Partido Socialista, tem poder para fazer as propostas de alteração que considerem pertinentes e importantes...

**Deputada Graça Silva (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... para melhorar o diploma para bem dos Açores.

Infelizmente, alguns partidos optaram por não apresentar essas propostas de alteração de melhoria deste próprio diploma e preferem ficar só com a retórica que aqui acabamos de assistir.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Já agora aproveitar para saudar e congratular a nova Sra. Secretária Regional da Saúde e restantes membros do Governo.

Estamos aqui hoje a debater aquela que é uma reapreciação de um Decreto Legislativo Regional que foi aprovado e teve origem naquele que foi um Projeto de Decreto Legislativo Regional que aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública e estamos aqui, hoje, a reapreciar, este, agora Decreto Legislativo Regional, por força do cumprimento do que podemos

dizer de um mero formalismo por parte do Representante da República que entendeu que este diploma enformava, sobretudo no seu 2.º artigo, daquele que é um erro técnico-jurídico e não só técnico-jurídico mas também na relação de poderes e tutelas entre a Região, o Estado e as Universidades.

Não foi, e devo assumir também, por falta de aviso, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, ao proponente que esse erro não foi de certa forma corrigido em sede própria. Poderia ter sido aqui nesta Assembleia e assim evitar esta devolução a esta câmara através do Representante da República, mas também é verdade, e o Sr. Deputado André Rodrigues também o disse, que o Grupo Parlamentar do PSD poderia ter sido mais consequente e poderia ter apresentado...

**Deputado Carlos Silva (PS):** As estatísticas são boas!

**O Orador:** ... uma proposta de alteração.

É claro que não é possível viajar no tempo, mas seria um exercício interessante ver se voltando ao passado, e a altura que discutíamos e votávamos o então Projeto de Decreto Legislativo Regional, se o Grupo Parlamentar do PSD tivesse apresentado uma proposta de alteração, verificar se o Grupo Parlamentar do PS iria aprovar essa mesma proposta e assim corrigir o seu erro atempadamente.

E digo que este é o cumprimento de um mero formalismo de um órgão que, por vezes (a verdade é que não por demasiadas vezes), interfere de forma muito significativa na governação e ainda mais naquele que é um exercício das nossas competências autonómicas.

Devo recordar, e penso que não é necessário estar aqui a recordar, porque penso que os Srs. e as Sras. Deputadas devem, de certo, recordar, aquele triste episódio que, salvo erro, nos obrigou, penso que em finais de dezembro de 2011, a vir de forma extraordinária a esta câmara votar e confirmar aquela que foi uma devolução de um diploma por parte do Representante da República a

esta mesma casa no exercício daquele que não foi um mero formalismo, mas naquele que foi o exercício de um veto político de algo que no entendimento do Representante da República não poderia ser exercício por esta Assembleia e pelo Governo Regional que seria a introdução, naquele caso, da remuneração compensatória, como uma forma de debelar aquelas que foram as medidas de austeridade introduzidas pelo Governo da República de então.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** Não se trata disso. Trata-se do cumprimento de um mero formalismo e só podemos expressar que se o papel do Representante da República se confinar à correção de meros formalismos técnico-jurídicos e da relação de poderes e de tutelas entre os vários órgãos, pensamos que então isso será bom para a nossa Autonomia, porque então aí teremos condições para, de facto, ou dispensar o Representante da República ou remetê-lo para um papel quase simbólico e sem grandes poderes, como por exemplo, aquele poder que foi exercido em 2011 no veto político.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver. Vamos então vota a confirmação do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O diploma, na generalidade, foi confirmado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

A Mesa recebeu, e já foi distribuída por todos, a proposta de alteração que emanou da reapreciação deste diploma na Comissão, na CAPAT, neste caso.

Pergunto se há alguma inscrição? Julgo não haver. Vamos então votar o artigo 2.º do diploma.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O artigo anunciado foi confirmado por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Concluimos o ponto 2 da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos, nomeadamente com o ponto 3: **Proposta de Resolução n.º 14/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019”**, apresentada pela Mesa desta Assembleia.

Rege esta matéria o artigo 145.º do nosso Regimento. O Orçamento Suplementar tal como o Orçamento desta Assembleia é elaborado pelos serviços, aprovado pelo Conselho Administrativo e submetido à Mesa e à CAPAT que ambas emitiram parecer favorável.

Pergunto se há alguma inscrição? Julgo não haver. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o ponto 4 da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 10/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2017”**.

O debate e a votação da Conta da Região regem-se pelo artigo 168.º do Regimento e os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2017, doravante designada apenas por Conta de 2017, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional do Tribunal de Contas, bem como os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa dos Açores.

Em relação à análise na especialidade a Comissão apresenta as seguintes considerações e notas:

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional em 2017, atingiu o valor de 1.538,8 milhões de euros.

As Receitas Próprias apresentaram aumentaram de 5%, face ao ano anterior, com as receitas fiscais a atingir os 639,4 milhões de euros.

Por sua vez, as transferências diminuíram 5%, tendo atingido os 331,4 milhões de euros, dos quais 77% resultantes do Orçamento de Estado e 23% da União Europeia.

Relativamente à despesa, a despesa global consolidada do sector público administrativo regional, atingiu o valor de 1.541,7 milhões de euros, sendo 65% de despesas correntes, e 35% de despesas de capital.

Nas despesas correntes, destacam-se os 495,5 milhões de euros de despesas com pessoal, e os 303,6 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços.

As Despesas de Capital, os passivos financeiros atingiram os 284 milhões de euros e as transferências rondaram os 129 milhões de euros.

Na análise das Despesas por Funções, as funções sociais, representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a

Saúde e a Educação. A Saúde e Educação no seu conjunto representaram cerca de 84% das verbas afetas às funções sociais. As Despesas de Funcionamento tiveram uma taxa de execução de 99%.

No que concerne ao Plano de Investimentos, o valor global do Investimento Público realizado em 2017, ascendeu a 374 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 72,2%, taxa essa que é superior à verificada no ano anterior.

Acresce que no final de 2017 a Dívida Global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas, apresentada pelo Tribunal de Contas, ascendia a 1.806,1 milhões de euros.

No entanto, de acordo com os dados publicados pelo INE e pela EUROSAT o valor do défice da Região foi de 1,26% do PIB de 2017, com a Dívida Bruta da Administração Pública a atingir o rácio de 40,9% do PIB.

Em relação Património, o Património Não Financeiro da Região Autónoma dos Açores é constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, e o seu valor líquido, no final de 2017, atingiu o valor 445,3 milhões de euros.

Além disso, os ativos financeiros da Região, são constituídos por participações financeiras e por créditos resultantes de empresas concedidas a entidades do SPER e demais entidades controladas pela Região.

Por isso, no final de 2017, as participações no capital social das entidades do SPER e entidades controladas, estavam avaliadas em 308,8 milhões de euros, Neste sentido, o ativo era superior ao passivo, o que significa que o capital próprio global era positivo em mais de 101 milhões de euros.

Os resultados líquidos globais de 2017 foram negativos em 56,6 milhões de euros e, no seu conjunto, as entidades do SPER e as entidades controladas pela Região representaram em 2017 cerca de 6,26 da população empregada na Região Autónoma dos Açores.

Relativamente às recomendações do Tribunal de Contas, o Coletivo do Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de cumprimento do conjunto de recomendações formuladas anteriormente, tendo emitido 20 recomendações relativamente à Conta de 2017, que se encontram em anexo a este relatório.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após a análise da Conta de 2017, dos pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, a Comissão de Economia entendeu, por maioria, com os votos a favor do PS e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PSD, CDS e BE, que a Conta da Região de 2017 está em condições de ser aprovada por esta Assembleia.

Refira-se ainda que este relatório foi aprovado por unanimidade.

Muito obrigado.

*(Para aceder ao relatório consultar o link:*  
[http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XICPpR010\\_2.pdf](http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XICPpR010_2.pdf)*)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O que dizer nesta apreciação, discussão e aprovação da Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2017? O que dizer que não tenha sido já dito sempre que sobe ao Plenário a apreciação das contas da Região?

Diria, Sras. e Srs. Deputados, que o processo teve a sua génese de forma inquinada, ou seja, a proposta de Orçamento que foi apresentada pelo Governo

Regional para o ano de 2017 chegou a esta Assembleia incompleta e sem enquadramento plurianual de programação orçamental.

Quem o afirma não é a Representação Parlamentar do PCP, quem faz estas afirmações é o Tribunal de Contas (TC), e cito:

“A elaboração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017 não teve subjacente um quadro plurianual de programação orçamental, elaborado de acordo com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, abrangendo, designadamente, o conjunto do sector público administrativo regional e estabelecendo limites de despesa por programas ou agrupamento de programas.

A proposta de Orçamento foi apresentada pelo Governo Regional à Assembleia Legislativa dentro do prazo legal. Contudo, a proposta estava incompleta, não tendo sido acompanhada de um conjunto de anexos informativos legalmente exigidos.”

Mas se o documento financeiro que esta Câmara discute e aprova aqui chega com as insuficiências que atrás referimos, não nos podemos esquecer que ao longo da execução orçamental de 2017 foram feitas um sem número de alterações orçamentais, sem o conhecimento e autorização do órgão que o aprovou. O que não é, de todo, aceitável pois, o que hoje aqui avaliamos não foi aquilo que em devido tempo esta Assembleia aprovou.

O Governo Regional tem de prestar contas à Assembleia e, em bom rigor, o que se verifica com esta prática, em nossa opinião ética e politicamente reprovável, é o seu contrário.

A apresentação do Orçamento e a sua execução forma um processo opaco que tem como objetivo subtrair informação e conhecimento ao órgão político que tem o poder para a sua aprovação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Chegados aqui importa lembrar, uma vez mais, a necessidade de esta Câmara poder ser dotada de uma unidade técnica de apoio orçamental, à semelhança do que acontece com a Assembleia da República, para que todos nós possamos aceder a informação fiável e despida de apreciações e leituras enviesadas, e isto Sras. e Srs. Deputados apenas com o objetivo de os deputados poderem exercer cabalmente o seu mandato popular.

Não nos esqueçamos de que na anterior legislatura foi feita uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PSD, uma proposta cujo objeto era a criação desse serviço de apoio parlamentar.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas veja-se só, o Governo Regional do PS Açores, o virtual paladino da democracia e da autonomia, através do seu inerte Grupo Parlamentar reprovou a iniciativa.

E sim, Sras. e Srs. Deputados, esta era uma iniciativa que contribuía para que a autonomia do órgão legislativo se aprofundasse e que a democracia açoriana ficasse dotada de um instrumento capaz de contribuir para a transparência da alocação dos dinheiros públicos e, sobretudo da sua aplicação.

Mas assim não quis o PS Açores e a sua asfixiante maioria absoluta. É tempo de o Povo Açoriano pôr fim a esta velha e gasta maioria parlamentar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, e em abono da verdade, tem sido melhorada a apresentação das contas públicas e acolhidas algumas recomendações do Tribunal de Contas, mas Sras. e Srs. Deputados, estamos ainda longe, muito longe, do que seria desejável após mais de quatro décadas de autonomia regional.

Urge, assim, que sejam retomadas iniciativas legislativas que, por um lado dotem esta Assembleia dos mecanismos que lhe permitam acompanhar e

fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos e, por outro que obriguem o Governo Regional trazer a esta Câmara a informação e as propostas de alteração orçamental que são efetuadas durante o período da sua execução. Ou seja, para que a conta que aqui é apresentada corresponda ao Orçamento aprovado e a todas as alterações orçamentais que são feitas à margem do órgão político a quem cabe a sua aprovação.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor ainda agora disse que não!

**O Orador:** Não podemos continuar, Sras. e Srs. Deputados, a aprovar um documento orçamental e passados dois anos estar a discutir e a aprovar uma conta que não resulta do Orçamento aprovado, mas sim de uma conta que se refere a um Orçamento desvirtuado por centenas de alterações orçamentais feitas à revelia desta Assembleia.

Este é um processo pouco transparente e que não abona em favor das teses do PS Açores.

O desafio fica feito ao Grupo Parlamentar do PS Açores para que, quando vier a Plenário uma iniciativa, tenha ela origem no PS, no Governo, ou em qualquer dos quadrantes políticos e partidários aqui representados que seja demonstrada a abertura para se construírem soluções que aprofundem a autonomia deste órgão e a democracia açoriana.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para terminar deixo apenas uma referência às receitas fiscais, diretas e indiretas, e à distribuição dos dinheiros públicos.

Quanto às receitas fiscais diretas chamo a atenção para a contribuição do IRS para o valor total, ou seja, com a cobrança do IRS a Região arrecada 25% da sua receita fiscal, sendo que a contribuição do IRC se fica pelos 7,25%. No que concerne às receitas fiscais indiretas é o IVA que maior contributo dá para a

receita fiscal da Região, cerca de 45%, seguindo-se o imposto sobre o tabaco com 7,11%.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O IRS também?

**O Orador:** Não deixam de ser significativos estes valores, ou seja, os impostos pagos em sede de IRC são sensivelmente os mesmos que a Região arrecada como o imposto sobre o tabaco. Que aliás tem vindo a crescer por via do seu aumento em sede do Orçamento de Estado e que tem contado com o apoio do PCP, afinal trata-se de uma questão de saúde pública.

Mas como se pode constatar, também por via, do valor arrecadado em sede de IVA um imposto cego e que, independentemente do rendimento dos cidadãos, é cobrado a todos quer ganhem o salário mínimo ou o salário de administrador.

Ou seja, quem mais contribui para a receita fiscal da Região são os cidadãos que trabalham por conta de outrem, no setor público e no setor privado.

Se por via da receita fiscal, nos parece claro que a maior contribuição...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Havia mais algum outro?

**O Orador:** ... é cobrada aos trabalhadores, vejamos agora quais as opções políticas do PS Açores e do seu Governo na redistribuição da receita.

Como sabemos para o Governo Regional do PS Açores as opções orçamentais no que diz respeito à alocação de dinheiros públicos são prioritariamente de alocar financiamento público ao setor privado através de um conjunto de programas e programinhas às empresas. Empresas que depois pouco contribuem para a receita fiscal direta e continuam a manter salários baixos e por vezes em atraso, elevada precariedade laboral, isto é, a demonstração da falência de programas de criação de emprego, de combate à precariedade e de distribuição equitativa de rendimentos.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O Sr. Deputado também quer acabar com as empresas, é?

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



Não insistam mais no erro e, sobretudo, não fiquem à espera de que o mercado tudo resolva.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quer trabalhadores onde? Se não for nas empresas ...

**O Orador:** Não resolve.

A existência de órgãos de Governo Próprio exige que os desígnios autonómicos sejam cumpridos e, na verdade Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, na verdade não o estão a ser.

Sim. Falo de coesão social e territorial, sim falo de pobreza e de exclusão, sim falo de precariedade e baixos rendimentos, sim falo de transportes marítimos e aéreos,...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Só não fala é da vergonha!

**O Orador:** ... sim falo da fragilidade da nossa economia. Sim falo da falência das vossas opções políticas.

Sim, falo da necessidade de pôr fim à velha e gasta maioria absoluta do Partido Socialista.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Mas o senhor aprovou o Plano e Orçamento!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Era só isso?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado. Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Conta da Região do ano de 2017 e que aqui é hoje analisada é uma Conta que do ponto de vista do Orçamento da Região registou um total de despesa direta de 1.005 milhões, o que representa uma execução, o que representa uma execução global de 87%, e se tivermos em conta as operações extra-orçamental, esse valor subiu para 90% da execução, o que representa 1.234 milhões de

euros. Em termos de Orçamento Direto da Região a grande relevância vai para o crescimento de 32 milhões das receitas próprias da Região, que associadas a um crescimento de 2 milhões das transferências do Orçamento de Estado permitiram financiar um acréscimo de 9 milhões de euros das transferências para o Serviço Regional de Saúde, um acréscimo de 7 milhões de euros das despesas com o pessoal no âmbito da reposição dos rendimentos e das remunerações que anteriormente tinham sido retiradas e um acréscimo de investimento do Plano que teve um taxa de execução nesse ano de 72.7%.

Em termos consolidados de todo o Setor Público Empresarial, consolidando Fundos e Serviços Autónomos, Administração Direta e Indireta e as Empresas Públicas reclassificadas, o montante total da despesa foi de 1.541 milhões de euros.

Gostaria de destacar neste âmbito, que esta abordagem global, na ótica da execução orçamental, depois reflete-se naquilo que é o mecanismo de quantificação e de comparação da Região, em termos de execução orçamental, com as normas internacionais, e é dada pelo princípio da contabilidade nacional definido no âmbito do Sistema Contabilístico Europeu, atualmente de acordo com as regras do SEC 2010, e que define efetivamente o apuramento global no perímetro de toda a Administração Pública Regional e do défice da dívida pública.

Neste contexto, em 2017, e como é referenciado na Conta, o défice total da Região foi de apenas 1,2% do nosso Produto Interno Bruto, tendo baixado e sido reduzido face ao ano anterior que era de 1,7% do PIB, representando um valor de apenas 51,8 milhões de euros de acordo com o Sistema Contabilístico Europeu, SEC 2010, e tendo baixado 11 milhões de euros face ao ano anterior.

Em termos de dívida pública, o montante total da dívida pública apurada, também no âmbito desse sistema, de Contabilidade Nacional do Sistema, manteve-se a dívida pública em 40,9% do Produto Interno Bruto, integrando a

Administração Direta, Indireta e todas as empresas públicas que estão classificadas como Administração Pública, tendo em 2017 a dívida pública global se mantido nos 40% do PIB, tendo em conta que em 2016 esse valor representava 40,3% do PIB e em 2017 passou para 40,9, o que representa um montante total e global de 1.694 milhões de euros, o que tem essa variação de 0,6 pontos percentuais face ao ano anterior, o que representa 94 milhões de euros.

Inclui neste montante aquilo que são os financiamentos de curto prazo, os financiamentos de médio e longo prazo da administração direta e indireta e das empresas públicas classificadas no âmbito deste perímetro.

Por outro lado, importa analisar também, na outra ótica, na ótica do sistema orçamental, que se chama a Contabilidade Pública, que que é definida numa ótica de caixa, de fluxos financeiros entre receitas e despesas, onde o saldo final consolidado de toda a Administração e todas as entidades públicas foi de menos de 68 milhões de euros, menos 9 milhões daquilo que estava previsto no orçamento aprovado nesta Assembleia Regional e que é também para nós particularmente relevante.

O ano de 2017, foi um ano onde se refletiu um crescimento significativo do nosso Produto Interno Bruto, num processo de convergência que alargou os últimos quatro anos com a média de produção de rendimento da produção União Europeia e também de uma redução acentuada neste âmbito do desemprego e do crescimento do emprego.

Nesta medida eu penso que, como balanço para os objetivos macroeconómicos da Conta de 2017 e que debatemos aqui aquando do Orçamento da Região de 2017, temos condições para dizer que cumprimos esse objetivo.

Resumidamente nós tivemos um défice e uma necessidade líquida de financiamento mais baixo do que aquela que o ano anterior, mais baixo do que aquela que inclusivamente tínhamos orçamentado em todo o perímetro, tivemos

um crescimento económico assinalável, tivemos redução do desemprego e particularmente também tivemos algum incremento ao nível do investimento público e daquilo que são as nossas componentes estruturantes da nossa despesa, nomeadamente o financiamento do Serviço Regional de Saúde e as transferências também para outras entidades.

Porque é sempre importante aqui analisar a abordagem que é feita no âmbito do relatório anexo à Conta do Tribunal de Contas a esse mesmo relatório, e porque as recomendações do Tribunal de Contas são sempre um tema de debate neste âmbito, apesar de não ser a Conta, não ser uma informação sobre a Conta, eu gostaria de destacar que o ano de 2017 foi, desde há muitos anos, o ano onde se verificou um maior acatamento por parte da Região das recomendações do Tribunal de Contas dos anos anteriores.

É bom lembrar que foram acatadas total, ou parcialmente, 11 recomendações, ou seja, metade daquilo que eram as recomendações do ano anterior.

Nunca houve um ano onde fosse feito um esforço tão grande, tão vasto e tão intenso para acolher essas mesmas recomendações. Permitam-me por isso também referir que esse trabalho não é um trabalho apenas do Governo, é um trabalho de dezenas e dezenas de pessoas que elaboram todo o processo da Conta e que trabalham arduamente para isso nesse ano, atribuir esse mérito a esses funcionários e a esses dirigentes que conseguiram efetivamente uma melhoria muito significativa nessas componentes e conseguiram efetivamente dar resposta em apenas um ano a cerca de metade das recomendações que o Tribunal de Contas tinha feito sobre a Conta da Região.

Posso, por exemplo, dizer que esse facto fez reduzir o número de recomendações para o ano seguinte. Como referimos, haviam 23 recomendações do ano anterior, nós acolhemos 11 recomendações, totalmente seis, parcialmente cinco. Portanto, aquilo que ficou para o ano seguinte foi

cerca de metade e foi num ano reduzido para metade esse nível de recomendações.

Nunca tinha havido um ano onde fossem efetivamente concretizadas tantas recomendações e feito um aperfeiçoamento, um melhoramento e melhoria do rigor e da transparência do documento como aquele que foi feito no ano de 2017 e isso deve ser registado pelo mesmo com a mesma intensidade que foi registado quando havia recomendações que não tinham sido ainda acatadas.

Uma palavra seguinte para vos dizer que entre estas matérias, e porque são matérias que foram discutidas aqui na Assembleia durante vários anos, foram acolhidas em 2017, situações que antes tinham sido colocadas, como por exemplo, foi incluída a primeira revisão orçamental do saldo do ano findo que nunca tinha sido, foi distribuído o financiamento dos empréstimos pelas ações cofinanciadas e esse registo devidamente feito, passou a incluir no Orçamento revisto todo o perímetro de consolidação na Conta, passou a incluir os saldos orçamentais separados do que é que eram operações orçamentais e operações extraorçamentais naquilo que diz respeito às empresas públicas e aos Fundos e Serviços Autónomos reforçando assim a transparência e o conhecimento nessas matérias, passou a incluir também na Conta os movimentos e as operações extraorçamentais discriminados por código de Conta, passou a ter o saldo efetivo e o saldo global devidamente separado e identificado na Conta, passou a ser elaborada a reconciliação bancária a 31 de dezembro das Contas Centrais da Direção Regional do Orçamento e Tesouro e é assinalada uma melhoria da informação sobre a totalidade das responsabilidades financeiras futuras, quer encontrados protocolos, acordos ARAAL com todas as entidades públicas e privadas e há melhoria clara e inventariação patrimonial e passou a incluir no Orçamento a dotação orçamental todas as entidades de perímetro por classificação económica da despesa.

Estas foram as 11 recomendações e aperfeiçoamentos que conseguimos operar neste âmbito.

Além destas, e como é referido no próprio relatório, existem algumas recomendações que visavam ser executadas em 2018 e 2019 e para as quais também, de acordo com a conta que já foi entregue na Assembleia, de 2018, como poderão verificar, foram cumpridas no ano que era de referência, como seja a divisão por projeto e ação da receita de fundos participados, a provisão das receitas ter um nível de execução próximo dos 100% naquelas classificações que ainda não estavam, o aperfeiçoamento claro, a diferença de consolidação da receita e despesa do SPER com o Sistema de Contabilidade Orçamental e por último, como foi falado no início pelo Sr. Deputado do Partido Comunista e que se deve ter esquecido, a apresentação na Assembleia do Quadro Plurianual do Planeamento que foi apresentado nesta Assembleia a 31 de maio de 2018, conforme estava previsto.

Isto para vos dizer que para nós, no âmbito desta Conta, há dois aspetos que são muito importantes: são importantes os aspetos qualitativos dos resultados, por termos atingido os objetivos do ponto de vista do défice. Nós tivemos um défice foi mais baixo, até então o melhor défice que o país tinha registado em 42 anos de democracia e temos mantido uma dívida pública que é um terço em termos de Produto Interno Bruto daquilo que é do país e que é menos metade do que aquilo que é a exigência da União Europeia e tendo no ano, em todo o perímetro da administração, mantido a dívida nos 40% do Produto Interno Bruto e termos com isso também assegurado o crescimento económico, o aumento do emprego e a redução do desemprego.

Uma nota final para seis aspetos que são fundamentais também no âmbito do relatório do Tribunal e que tem a ver com a componente que se refere às questões das reservas em relação à mesma Conta.

As reservas apontadas têm, a primeira a referir, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental. Estamos a referir-nos a 2017. Esse quadro foi apresentado em 2018 e aprovado em 2018. Portanto, é uma reserva que já não se coloca.

Por outro lado, há um segundo aspeto que foi aqui origem de debate ao longo de vários anos, que é uma reserva em relação ao período complementar da receita que pode ser inscrita, nomeadamente a receita que tem a ver com fundos comunitários. Nós temos a interpretação, através de Resolução, que deve corresponder, até ao final de março, tendo em conta que é que uma receita proveniente de despesas que foram feitas anteriormente e para refletir o princípio da anualidade é esse o melhor entendimento.

Não é assim o entendimento do Tribunal de Contas que refere que em 2019 não deve ser assim. Posso também aqui dizer que em 2019 vamos cumprir como está previsto, essa norma, anulando e não existindo esse período complementar para a receita de fundos comunitários do período de fevereiro e de março, cumprindo também assim essa reserva e essa recomendação no ano em que foi referido, que é o atual ano de 2019.

Em terceiro lugar, as matérias correlacionadas com o registo da receita. Há aqui duas componentes que importa abordar. A primeira componente é como é que se classifica a receita (não tem a ver com o montante da receita, tem a ver se a receita é de correntes, se é de capital) das transferências do Orçamento de Estado?

Nós temos classificado exatamente como receitas correntes, como a Madeira o faz e como a República o faz, no que concerne às transferências para a Região, e fazemos isso com base num artigo do Estatuto Político-Administrativo da Região que considera, nomeadamente no artigo 12.º, que essas receitas devem ser utilizadas para compensar a Região dos desequilíbrios da insularidade ao nível da saúde, da segurança social e da educação.

É entendimento do Tribunal que deve ser como receitas de capital, mas a verdade é que a classificação que nós fazemos é a mesma que o Estado faz e que a Madeira faz.

Por outro lado, houve outros dois aspetos, um em relação à ADSE de classificação como receita. A verdade é que até 2017 tínhamos a receita da ADSE, porque também tínhamos as despesas da ADSE, porque assumíamos a ADSE regional.

A partir do momento que a ADSE passou a ser toda nacional, evidentemente que essa questão, que também é uma análise, uma recomendação e uma reserva, deixou de existir e esse problema foi também cumprido, assim como matérias ligadas à classificação do reencaminhamento.

Por outro lado, em termos de registo de tesouraria, é outra reserva que estava colocada em 2017 e que neste momento, na Conta de 2018, já está resolvida tendo em conta que foi feita uma alteração orgânica na própria Direção Regional do Orçamento e Tesouro. A questão que se colocava é que atualmente, face à evolução da modernidade, as tesourarias só recebem 4,5% da receita, sendo que 95,5% da receita é transferida por transferência bancária, portanto, não ficam à conta do tesoureiro e por isso mesmo foi criada, em 2018, uma alteração funcional e orgânica passando à criação de uma entidade contabilística regional da Região que regista toda a receita e depois é também uma reserva que estava em 2017, uma situação que foi ultrapassada em 2018 pelo cumprimento dessa norma.

O mesmo se passa com aquilo que é a certificação da dívida da Administração Direta, que tem a ver com alguns bancos que não emitem, não dão essa resposta dessa certidão, nomeadamente aqueles bancos que foram responsáveis por empréstimos pelos acionistas a quem os proprietários dessas obrigações são externas aos bancos e que também é uma matéria que foi devidamente clarificada.



Agora entramos no aspeto final que também tem a ver com o conjunto das últimas duas reservas e que são reservas que só foram aqui colocadas e em anos anteriores foi dado um enfase às mesmas, mas é bom lembrar e explicar essas matérias a que é que dizem respeito.

Eu vou citar o Presidente do Tribunal de Contas, Vitor Caldeira:

“O sistema contabilístico em Portugal tinha cinco sistemas contabilísticos separados, ou seja, um Sistema Contabilístico da Administração Pública, um Sistema Contabilístico da Educação, um Sistema Contabilístico da Segurança Social, um Sistema Contabilístico da Saúde e o Sistema Contabilístico das Entidades Públicas.”

Foi implementado o SNC-AP – isso parece muito técnico, mas é a essência da questão – que veio criar um Sistema Contabilístico Único, que só com um Sistema Contabilístico Único é que permite a consolidação, porque os Orçamentos passaram a ser consolidados: a administração direta, a administração indireta e as empresas públicas, sendo que essas entidades não tinham sistemas compatíveis que permitiam essa consolidação.

Posso aqui dizer que nós concluímos, devemos ser a primeira parte do país, em 2018, a implementação do SNC-AP em toda a Administração Pública e temos, a partir de agora, um Sistema Contabilístico único e uniforme que permite criar aquilo que era uma exigência que, como o Presidente do Tribunal de Contas o referiu, o resto do país ainda não o conseguiu fazer e que é fundamental para que todas as entidades públicas passem a ter um sistema de contabilidade orçamental e com isso corrigir as insuficiências e limitações de informações que decorrem apenas deste aspeto.

Uma nota final, reforçando precisamente essa preocupação, a transparência e o rigor nas contas.

Posso dizer que para a segunda componente deste aspeto, que é a consolidação das demonstrações financeiras de todo o perímetro da Administração Regional

serem consolidadas, nós fizemos um protocolo que está em execução com o Ministério das Finanças, nomeadamente como unidade nacional de implementação da Lei de Execução Orçamental que irá permitir, disponibilizando a essa entidade, o Ministério das Finanças, toda a informação prestada pelos Serviços Centrais de Contabilidade e Contas Públicas através do novo sistema de contabilidade, e assim vamos garantir que será o Estado a receber a informação, a fazer automaticamente as demonstrações financeiras consolidadas, que conclui esta profunda reforma no Sistema de Contabilidade da Administração Pública Regional, que tem a convicção de que agora está do lado da entidade do Estado, mas para a qual disponibilizamos toda a informação para que os Açores seja se calhar a primeira região do país onde, esta referência que o Tribunal de Contas faz a todas as entidades do país, possa ser a primeira a tê-la em pleno funcionamento.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O juízo sobre a conta de 2017 constante do Parecer do Tribunal de Contas, tal como em 2016, menciona e citamos “*que o Tribunal considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2017 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes*”

De pouco nos serve que, quanto à Conta Geral do Estado o Parecer do Tribunal de Contas contenha um juízo idêntico, nem tão pouco que relativamente à

Conta da Região Autónoma da Madeira, o juízo seja de “globalmente favorável”.

Esta valorização negativa do Tribunal de Contas, em dois anos consecutivos, merece apreensão, sobretudo porque apesar de melhorias pontuais, o número de recomendações mantém-se elevado, sendo muitas delas reiteradas.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** No Relatório e Parecer sobre a Conta de 2016 foram formuladas 23 recomendações, 15 das quais reiteradas.

Na Conta de 2017, apenas foram acolhidas 5 daquelas recomendações e 4 foram acolhidas parcialmente, mantendo-se 12 sem cumprimento, das quais 8 reiteradas.

No presente Parecer são formuladas 20 recomendações.

Existe uma linha comum na generalidade daquelas 20 recomendações: a falta de informação e de transparência na Conta da Região.

Por outro lado, tal como no Parecer referente à Conta de 2016, existe novamente uma recomendação dirigida a este Parlamento, para que tome providências legislativas adequadas para que a fixação do período complementar de execução orçamental seja compatível com a regra da anualidade.

A prática do Governo de prolongar aquele período até 31 de março não tem paralelo na administração central.

O Tribunal entende que as justificações apresentadas pelo Governo designadamente as relacionadas com o “sistema de cobrança de receitas fiscais” e com o “trabalho complementar de transferências de fundos comunitários” não justificam o incumprimento.

Na verdade, o que se passa é o recurso abusivo e discricionário do período complementar de execução orçamental – que deveria ser meramente residual –,

permitindo, potencialmente, a sua utilização em função de interesses de cosmética da conta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A dívida global do sector público regional, abrangendo as entidades do sector público administrativo e restantes entidades do sector público não incluídas no perímetro orçamental (nomeadamente as empresas não classificadas com a dívida de 414,4 me), com exceção da EDA, no final de 2017 atingia 2.220 milhões de euros, quase mais 120 milhões de euros do que no ano anterior.

Mas na verdade as responsabilidades totais da Região são superiores se adicionarmos as responsabilidades das parcerias público privados no valor 635 me e dívida flutuante liquidada no período complementar no valor de 73,5 me.

Esse total no final de 2017 era de 2.923 milhões de euros, ou seja, 70% do PIB de 2017.

A interpretação do Governo Regional limita o conceito de dívida pública apenas ao critério do INE e do Eurostat, e nesse contexto está correto, mas esquece a realidade em concreto dos Açores.

É nosso entendimento que deve ser considerada e equacionada, pelo menos no sentido de prudência na avaliação das finanças públicas, que para além da Dívida Pública tal como consta do critério do INE, também a dívida não financeira e ainda todas as restantes responsabilidades cujo pagamento/reembolso será de uma maneira ou de outra, encargo dos orçamentos regionais presente e futuros.

Por conseguinte, quer as responsabilidades futuras decorrentes das parcerias público privadas, quer as dívidas das empresas públicas não incluídas no perímetro orçamental, devem ser consideradas como responsabilidades da Região em sentido lato.

Tanto mais, e sobretudo, porque a maioria dessas empresas apresentam capitais próprios negativos ou o seu financiamento depende quase exclusivamente do

orçamento regional, para além de que, muitos dos seus empréstimos bancários tem o aval do governo ou são suportados por cartas conforto.

Existe um sério risco – nalguns casos – e inevitavelmente noutros, de que essas responsabilidades venham a ser suportadas no futuro pela RAA, nem que seja pelo reforço dos recursos orçamentais a afetar a essas empresas anualmente para que possam cumprir com o seu serviço da dívida.

Veja-se a primeira notificação do défice de 2018 que considerou um empréstimo obrigacionista da SATA como dívida pública, nesse sentido contando para o défice da Região.

O discurso das boas finanças públicas regionais é uma afronta a muitas centenas de empresas privadas e instituições sociais de interesse público da Região.

As dívidas a fornecedores do conjunto do sector público regional, excluindo as empresas fora do perímetro orçamental, em 2017 atingiram 180 milhões de euros.

Se adicionarmos as dívidas a fornecedores das empresas não incluídas no perímetro orçamental, designadamente os Grupos SATA e LOTAÇOR e a Portos dos Açores e SINAGA, acrescem mais 60 milhões de euros, totalizando umas e outras 240 milhões de euros.

Este valor representa quase 6% do PIB e 38% das receitas fiscais da Região.

São meios financeiros que são retirados da economia privada diminuindo a competitividade das empresas.

Acrescem ainda as dívidas da Região a muitas instituições de interesse público, resultantes de protocolos por serviços prestados ou por comparticipação de investimentos realizados que são contabilizadas na sua maioria no momento do pagamento, pelo que não constam do “rol” das dívidas inscritas na Conta.

São valores que desconhecemos.

No seu conjunto, são dezenas de milhões de euros omitidos e que prejudicam o bom e saudável funcionamento daquelas Instituições, comprometendo muitas vezes a qualidade dos serviços prestados às populações.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Importa igualmente referir que o valor dos juros suportados pela Região, incluindo as empresas fora do perímetro orçamental, em 2017, atingiram 67,9 milhões de euros. Contudo, não nos podemos esquecer que as taxas de juro se situam em níveis historicamente baixos e a tendência será infelizmente de agravamento, seguindo a ordem natural dos ciclos económicos. Este valor representa quase 45% do IRS pago pelos açorianos em 2017. Mas se adicionarmos as rendas das PPP, significa que em cada 4 euros pagos de IRS pelos açorianos, 3 euros destinaram-se a juros e a rendas das PPP.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O agravamento da situação do Setor Público Empresarial tem sido crescente, quer nas empresas reclassificadas, quer nas que se encontram fora do perímetro orçamental.

Os sucessivos prejuízos destas empresas e o seu agravamento, constituem claramente uma das causas da situação das finanças públicas regionais.

Estamos perante um setor público empresarial em que algumas empresas não tem qualquer sentido económico e encontram-se em falência técnica, sendo que apenas tardiamente o Governo reconheceu esta situação, apresentando propostas já em 2018 para a extinção e alienação de empresas do SPER.

Na legislatura que terminou em 2017 a execução do Plano ficou-se pelos 72%, correspondendo a 145 milhões de euros não realizados.

As baixas taxas de execução são inaceitáveis ocorrendo repetidamente e revelando que se têm utilizado os momentos da aprovação dos Planos como oportunidades de propaganda com promessas que não se cumprem.

Por outro lado, estão inscritas no Plano de Investimentos despesas que manifestamente tem natureza corrente e defendemos que nesta matéria o Tribunal de Contas deveria reforçar o seu controlo.

Concluindo, dizemos que os Açores apesar de no início do século terem a sua dívida pública quase reduzida a zero pela República, a situação é agora preocupante, comprometendo potencialmente – pela via financeira – a autonomia política.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O ciclo de agravamento da dívida pública e das responsabilidades financeiras dos Açores, sem que seja invertido, poderá levar a uma situação de extrema gravidade, caso as condições atuais excepcionalmente favoráveis do mercado financeiro se alterem, tal como aconteceu durante os anos 2011-2014.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Muitos dos sinais estão aí e os alertas chegam de vários quadrantes. Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Relatório e Parecer do Tribunal de Contas visa emitir um juízo sobre a legalidade e a correção financeira das operações da Conta da Região.

A Conta da Região Autónoma dos Açores continua, ano após ano, a merecer reparos por parte do Tribunal de Contas e o Relatório relativo ao ano económico de 2017 vem confirmar este facto.

De acordo com o Parecer do Tribunal de Contas, não foi cumprida a obrigação legal de prestação de contas pela Tesouraria da Região.

Foi também impossível a certificação dos valores apresentados na Conta relativos à execução Orçamental das entidades públicas reclassificadas estando em causa receitas na ordem dos 550 milhões de euros e despesas no valor de cerca de 544,5 milhões de euros.

Não foi ainda observada a regra do equilíbrio orçamental, uma vez que o saldo global da Conta teve um resultado negativo de 75,8 milhões de euros, o que representa um agravamento de 28,3 milhões de euros face a 2016.

O limite da dívida regional previsto na Lei das Finanças da Regiões Autónomas, também não foi respeitado, uma vez que o saldo decorrente, deduzido das amortizações médias de empréstimos, foi negativo em 494,8 milhões de euros, o que excedeu em 455,6 milhões de euros o limite anual de 5% da receita líquida cobrada.

Ainda de acordo com o Tribunal de Contas, a Conta de Região não proporciona uma verdadeira imagem e apropriada das operações relativas aos Fundos Comunitários, devido a discussões materialmente relevantes na expressão da receita e da despesa contabilizada.

Sras. e Srs. Deputados:

O CDS defende a responsabilidade nas políticas públicas e entende que a gestão dos recursos públicos regionais deve consubstanciar-se no rigor das Contas Públicas e na observância da Lei. Assim sendo, há muito para fazer e neste parecer o Tribunal de Contas apresenta 23 recomendações para conformação procedimental e legal da Conta da Região das quais três só poderão ser



confirmadas na Conta de 2019, portanto, destas 20 recomendações restantes, 12 não foram acolhidas, o que significa o não acatamento de 60% destas propostas. E não desfazendo, no que disse, o esforço feito pela equipa, como disse o Sr. Vice-Presidente, para acatar o máximo de recomendações possíveis no espaço de um ano, a verdade é que, segundo o Relatório do Tribunal de Contas, destas 20 recomendações foram acolhidas cinco recomendações todas elas reiteradas, não é no espaço de um ano, e as outras quatro, duas delas também reiteradas. A verdade é que não é feito num ano.

Entendemos por isso que o Governo Regional, como órgão superior da Administração Pública Regional deve providenciar esforços no sentido de corresponder às recomendações efetuadas pelo Tribunal de Contas de forma a garantir consequentemente a conformação técnica bem como a legalidade e a transparência da Conta da Região.

A subordinação das finanças públicas regionais aos princípios e regras orçamentais estabelecidas, em particular em sede da Conta da Região, permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, mas também uma maior capacidade de controlo que se deve promover por parte dos órgãos de fiscalização, nomeadamente o Tribunal de Contas e a Assembleia Regional.

Para o CDS, só com rigor na observância dos princípios e regras orçamentais se garante a transparência necessária e fundamental para que seja possível o efetivo controlo das Contas Públicas e é esse o caminho que a Administração Pública Regional deve prosseguir e cabe ao Governo Regional, como órgão superior da Administração Pública Regional, garantir que assim seja.

Relativamente ao Estado das nossas finanças públicas, a Conta de 2017 demonstra que a dívida continua em trajetória de crescimento aumentando 4,5 pontos percentuais, fixando-se em cerca de 1,8 mil milhões de euros.

A dívida total do setor público administrativo regional excedeu, em cerca de 354,6 milhões de euros, o limite fixado para o efeito, ou seja, 25,1%.

As contas das entidades sobre o controlo da Região demonstram uma deterioração significativa com agravamentos ao nível da descapitalização e ao nível do endividamento.

A dívidas das entidades públicas fora do perímetro orçamental prosseguiu uma trajetória de crescimento já evidenciada nos anos anteriores, fixando-se em 414,4 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 39 milhões de euros face a 2016.

Sras. e Srs. Deputados:

O CDS tem afirmado ao longo desta legislatura a necessidade de novas políticas públicas e práticas de gestão objetivas, que permitam uma utilização responsável e racional dos recursos públicos regionais.

Os trabalhos da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial e o presente parecer relativo à Conta de Região de 2017, apresentado pelo Tribunal de Contas, constitui uma evidente demonstração da importância de novas políticas públicas e práticas de gestão que torna impossível a necessária reversão do contexto do endividamento galopante da Administração Pública Regional.

A integração da dívida das entidades públicas regionais, internalizadas na sequência da reestruturação do Setor Público Empresarial iniciada em 2018, refletirá nos próximos exercícios ainda mais essa necessidade e a sua importância estratégica para o equilíbrio das contas públicas regionais.

Para o CDS é essencial o novo paradigma de políticas públicas, consubstanciadas no rigor e na transparência.

Para o CDS é fundamental que sejam cumpridas pela Administração Pública Regional as obrigações emergentes dos instrumentos legais definidos ao nível da gestão e da fiscalização do setor público, de forma a que seja possível a necessária aferição do mérito técnico e político do exercício da atividade

pública em nome do equilíbrio económico e financeiro do conjunto da Administração Pública Regional.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise da Conta da Região, em conjunto com o Parecer do Tribunal de Contas, não é apenas uma formalidade de cumprimento obrigatório. Ela representa o exercício de fiscalização democrática da atuação do Governo Regional que deve ter, para além do necessário carácter técnico, uma faceta fundamentalmente política.

A Conta, tal como o Orçamento, reflete as opções políticas do Governo, mas dela é possível também averiguar se várias dessas opções se concretizaram ou não passaram de promessas.

Este debate é assim e sem dúvida importante para a avaliação política da governação.

A Conta da Região, a sua análise pela Assembleia que hoje se debate, com o auxílio do Parecer do Tribunal de Contas, são ainda instrumentos de transparência das contas públicas.

E sobre transparência uma nota para os alertas reiterados do Tribunal de Contas que variadíssimas vezes aponta falta de informação na Conta.

Mas a Conta da Região conta muitas histórias, histórias sobre várias áreas da governação, da saúde, passando pela educação, pelos transportes, pela agricultura entre tantas outras.

Cabe, pois, neste debate uma análise que para além de averiguar se foram cumpridas normas legais e contabilísticas, deve aguçar sobre o investimento, a receita e a despesa realizada pelo Governo em cada uma das áreas.

As prioridades do Governo Regional refletem-se na Conta da Região tanto quanto nos orçamentos.

Na saúde, por exemplo, o Governo Regional tem prosseguido uma política de contínua suborçamentação que tem prejudicado o acesso a esse serviço público essencial.

Como é sabido, esta prática de suborçamentação apresenta custos elevados, custos financeiros, mas acima de tudo a incapacidade de responder às necessidades dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

O Serviço Regional de Saúde tem vindo por isso a degradar-se. São sintomas dessa degradação as listas de espera cirúrgicas, cujos dados mais recentes se aguardam há mais de um ano, por publicação, as listas de espera para consultas de especialidade, a falta de médicos e enfermeiros e a falta de restante pessoal médico e não médico.

Esta degradação mede-se também pela falta de especialistas e pelo drama dos doentes das ilhas sem hospital às quais falta uma resposta pronta para as suas necessidades.

Ora, a verdade é que não há uma verdadeira inversão deste problema na Região, como bem prova a tradução que os números fazem desta realidade.

No que respeita ao investimento do plano em saúde apenas foram executados 57,9% do previsto.

Na totalidade, para o ano de 2017, o Orçamento para a saúde atingiu os 326 milhões de euros, mas só foram executados 315.

Simultaneamente, a dívida do setor da saúde aumentou cerca de 6 milhões de euros relativamente a 2016.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta que se impõe é esta:

Vai o Governo Regional do Partido Socialista acabar com a política de suborçamentação na saúde para garantir um Serviço Regional de Saúde que corresponda às necessidades das pessoas?

Não é este o Partido Socialista que ainda no mês passado afirmou que os Açores são a Região com as melhores contas do país?

Sendo assim, então a suborçamentação deve-se a uma pura opção política.

A falta de recursos tem como consequência a incapacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde a todas essas situações. Essa falta de resposta é clara também nas contas dos hospitais que são, como sabem, empresas públicas. Por exemplo, a tendência crescente para convencionar-se com privados cada vez mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica é cristalina no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada.

Se em 2015 gastava-se 4.7 milhões de euros contratualizando com privados esses serviços, em 2017 já se gastaram 7,6 milhões de euros, quase o dobro.

Há cerca de um ano o Bloco de Esquerda questionou o Secretário da Saúde sobre os valores gastos com convenções na saúde. Até hoje não obtivemos resposta. Vamos por isso questionar o Governo, por escrito, sobre esta matéria para que se faça luz sobre estes dados, que tudo indica representam muitos milhões no Serviço Regional de Saúde.

A falta de recursos financeiros nos hospitais da Região foi gritante tendo os resultados negativos dos três hospitais atingido quase os 20 milhões de euros em 2017, 14,5% dos quais no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada e 3 milhões de euros no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Mas para além da falta de recursos financeiros que se refletem na falta de resposta às populações, há também denúncias públicas de abusos que a confirmarem-se são graves e que prejudica muito o Serviço Regional de Saúde e o erário público.

Afirmou na passada sexta-feira um Diretor de Serviços do Hospital do Divino Espírito Santo e antigo Diretor Clínico deste Hospital, no fórum do Serviço Regional de Saúde, para toda a gente ouvir, inclusive o anterior Secretário Regional da Saúde (e passo a citar), que “há médicos que vão picar ao ponto do hospital, nem desligam o carro, e voltam a sair”.

Esta gravíssima acusação foi feita na presença do Governo Regional que ao tomar da palavra, na pessoa do antigo Secretário Regional da Saúde, não refutou a acusação, nem assumiu a responsabilidade pela sua averiguação.

Hoje, não podemos pedir responsabilidades políticas perante estas situações, pois o Sr. Secretário já deixou o cargo, mas consideramos, no entanto, que estas acusações não podem ficar sem resposta, nem investigação.

A falta de recursos para as obrigações dos hospitais é claríssima e é descrita de forma absolutamente clara no Relatório e Contas do Hospital do Divino Espírito Santo que passo a citar:

“O setor público e em particular as entidades envolvidas no setor da saúde, têm pautado a sua atividade sobre pressão significativa ao nível do financiamento disponível por razões relacionadas com as condições adversas do país e com aspetos ainda não totalmente resolvidos sobre os níveis de financiamento da política orçamental que se confronta com exigências financeiras crescentes.

Nesta perspetiva, cabe ao acionista canalizar todos os recursos financeiros disponíveis para que a gestão operacional do hospital possa ser desenvolvida dentro dos níveis e metas programadas através de contratos programas plurianuais e outras orientações emanadas pelos responsáveis da política de saúde.

Até à presente data não temos conhecimento de quaisquer situações que possam ter efeito materialmente significativo no desenvolvimento da atividade e no seu suporte financeiro e como tal continuaremos a pautar a nossa atividade dentro dos limites orçamentais estabelecidos pela Região Autónoma dos Açores”, fim

de citação e esta é uma citação do Relatório e Contas do Hospital de Ponta Delgada.

Ou seja, numa situação de restrições orçamentais impostas pelo Governo Regional, por opção política, sobre um setor essencial para as pessoas, a atividade do hospital será desenvolvida dentro dos apertados limites, ou seja, de forma que não corresponde às necessidades das populações.

A Conta da Região conta muitas histórias e a história da falta de recursos na saúde é apenas uma delas, mas é sem dúvida uma das mais importantes e preocupantes.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O debate sobre a Conta da Região de 2017 é um assunto recorrente nesta Assembleia e ao longo dos anos, pelo menos desde a Conta de 2015, que acompanho com os restantes Deputados da Comissão de Economia. É verdade e é justo reconhecer que a prestação de contas que tem sido praticada e a informação que tem sido prestada pelo Governo Regional tem sido cada vez melhor, o que não significa que não haja, como é óbvio, aspetos a melhorar e a aperfeiçoar, mas é justo reconhecer.

O bom exemplo disso foi a explicação exhaustiva que foi feita aqui pelo Sr. Vice-Presidente sobre as reservas, sobre as recomendações e sobre os demais aspetos que são referidos pelo Tribunal de Contas e que foram abordados.

Portanto, sobre o assunto, mais uma vez de forma transparente e disponível para o diálogo, o Partido Socialista e o Governo Regional, estão aqui presentes para discutir aquilo que for necessário.

Também é importante realçar e reconhecer uma vez mais que o Governo cumpre com algumas das recomendações que foram efetuadas, há outras recomendações que é o próprio Tribunal de Contas que refere que não seria possível acatá-las em 2017, mas que só teriam efeito em 2018 e 2019. Portanto, também isso deve ser aqui referido e realçado.

Mas o Partido Socialista, como é óbvio, entende que o Governo deve tentar aperfeiçoar e melhorar as recomendações que são feitas, cumpri-las e prestar contas de forma cada vez mais fiáveis e credíveis. Isso é sempre a finalidade e isso tem vindo a acontecer ao longo dos anos.

O que foi aqui feito por alguns partidos da oposição, focaram-se apenas em exclusivo em algumas das reservas e recomendações que são feitas, que são legítimas, mas a verdade é que isso ficou bem patente relativamente à Conta de 2016 que nem sempre aquilo que o Tribunal de Contas recomenda, recomenda de forma igual para os Açores, para a Madeira e para o Estado.

Portanto, também é normal que haja algumas divergências, o que não significa que haja o incumprimento da lei.

Sobre este assunto também deve realçar-se que o relatório elaborado pela Comissão de Economia foi aprovado por unanimidade e nenhum dos partidos que aqui hoje faz acusações ao Governo pediu qualquer esclarecimento ou pediu qualquer audição, quer do Membro do Governo, quer até do próprio Tribunal de Contas, tal como tinha sido feito em 2016. Se havia assim tanto assunto por explicar faria todo o sentido que tivesse sido feito esse pedido de requerimento, eventualmente.

Mas em relação às contas, o Partido Socialista gostaria aqui de destacar alguns indicadores que, para além daqueles que já foram aqui apresentados, merecem a nossa atenção.

Em relação às receitas próprias há um crescimento de 5%. Falamos essencialmente de receitas fiscal e isso reflete a dinâmica da economia regional,



reflete a criação de emprego, o que tem um impacto positivo nas contas públicas ao nível das receitas arrecadadas e isso é bem demonstrativo do crescimento do PIB da Região Autónoma dos Açores que em 2017 ultrapassou os 4.128 milhões de euros, o valor mais alto da nossa história até à referida data.

Em 2018, os indicadores que foram apresentados já superam este valor.

Além disso, e também foi aqui objeto de discussão e de debate nesta Assembleia, o PSD sensivelmente há alguns meses atrás trouxe aqui a debate o valor do investimento público, porque entendia que era demasiado baixo e que a execução era demasiada baixa.

A verdade é que na Conta de 2017 o valor do investimento público executado aumentou para 374 milhões de euros, um dos valores mais elevados àquela data, com uma taxa de execução de 72,2% e de acordo com os dados que foram divulgados recentemente a verdade é que o investimento público de 2018 (é verdade que a Conta é de 2017, mas os dados já são públicos) voltou a bater recordes e atingiu os 425 milhões de euros com uma taxa de execução de 84%. Portanto, para aqueles partidos que agendaram um debate de urgência por o investimento ter sido baixo, a taxa de execução ter sido baixa, esperamos também que agendem um debate de urgência para discutir a taxa de execução do investimento de 2018, porque entendemos que é bem justo e deve ser feito sem qualquer demagogia.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem! Bem lembrado!

**O Orador:** Termina esta primeira intervenção realçando que, para infelicidade do PSD e de alguns partidos da oposição, a verdade é que o INE certifica aqueles que são os valores da dívida da Região e a verdade é que o rácio da dívida face ao PIB é de apenas 40,9% do PIB.

Eu bem sei que isso não vos deixa satisfeitos e é necessário somar com as responsabilidades e mais alguns encargos, mas esse é o critério que é definido pelo INE, pelo EUROSTAT e, portanto, a Região cumpre na íntegra aqueles que são os indicadores e os requisitos do INE e esse indicador é muito favorável e o que nos diz é que a Região Autónoma dos Açores permanece com um rácio de dívida que é praticamente um terço do país e metade da média da União Europeia. Isso é favorável e nós devemos realçar.

Muito mais haveria a dizer, mas a verdade, e o Sr. Deputado António Lima falou aqui da prioridade do Partido Socialista, se há área em que o Partido Socialista tem propriedade em falar é na saúde, e a verdade é que nos últimos 10 anos, sensivelmente, o valor das transferências para o Serviço Regional de Saúde, aumentaram cerca de 100 milhões de euros e isso demonstra bem aquela que é a nossa prioridade e aquela que é a nossa visão sobre o setor que necessariamente é exigente, e isso foi reconhecido no fórum em que o Sr. Deputado esteve presente como orador, foi reconhecido pela maioria dos oradores que há um progresso notável no Serviço Regional de Saúde e também foi dito por uma das pessoas que citou que não basta (entre aspas) “despejar” dinheiro no sistema. Portanto, também ficaria bem da sua parte vir aqui reconhecer isso.

Que há problemas, é óbvio que há problemas, mas o Governo está aqui e o Partido Socialista para ajudar a ser parte da solução e ajudar a resolver.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

<sup>(\*)</sup> **Vice-Presidente do Governo dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três notas apenas. A primeira para dizer que efetivamente o número de recomendações acolhidas em 2017 foi 11, seis integralmente e cinco parcialmente.

O relatório do Tribunal fala em nove, mas se for ao anexo I e vir uma a uma (houve aí um engano, provavelmente de redação) vai ver que são seis acolhidas totalmente e cinco acolhidas parcialmente. Portanto, foram 11 efetivamente as recomendações acolhidas, o que representa metade do total de recomendações do ano anterior, o que temos que reconhecer que é um esforço muito significativo para melhoria da qualidade de informação do relatório e nunca foi conseguido um esforço tão grande para que isso tenha acontecido, e da mesma maneira que com certeza no passado criticaram por isso não ter acontecido, também é justo reconhecer que esse esforço foi efetivamente efetuado com essa dimensão e com essa realidade.

Por outro lado, também, as recomendações que ainda existem são remetidas a sua execução para 2018 e 2019. Em 2018 e 2019, as de 2018, uma parte significativa, já foi concretizada e podem ver no Relatório da Conta da Região de 2018 que penso que já deu entrada aqui na Assembleia, e as de 2019 que era uma, também assumi aqui, antes da intervenção do Sr. Deputado António Vasco, do período complementar, que é uma discussão que discutimos muito o ano passado, em que assumi aqui e reassumo, que em 2019, de acordo com o que está proposto pelo Tribunal de Contas não haverá prolongamento do período complementar em termos de resolução para os Fundos Comunitários. No entanto, o período complementar será apenas que está definido no Decreto Regulamentar Regional com fim em janeiro e é um compromisso que o Governo assume na sequência desse compromisso.

Uma nota final para o montante da dívida pública. O montante da dívida pública de todo o perímetro é claro, definitivo, é a única validade do Banco de Portugal para o EUROSTAT, por todas as entidades.

Nós temos uma dívida pública que representa 40,9% da nossa produção. No ano anterior representava também 43,3%, ou seja, mantemo-nos no padrão dos 40%. É necessário, em termos práticos, quatro meses do ano de produção para pagar a totalidade da nossa produção, para pagar a totalidade da nossa dívida pública, enquanto que na Madeira é superior a 100, no país são 120%. Portanto, do ponto de vista da dívida pública, da responsabilidade e da sustentabilidade futura da Região, não temos dúvidas nenhuma que hoje estamos claramente melhor...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... em termos de confiança de gerações futuras do que aquilo que acontece com a Madeira, do que aquilo que acontece com o Continente, do que aquilo que acontece com a média da União Europeia.

Nós temos uma dívida pública face ao nosso Produto Interno Bruto, que é menos de metade (repito: menos de metade!) daquela que se verifica na média a União Europeia e essa é a maior garantia e o maior legado que podemos dar às gerações futuras.

Aquilo que tem de responsabilidades dos investimentos feitos representa menos de metade face ao que produzimos do que aquilo que acontece na média da União Europeia.

Outro aspeto fundamental em termos de défice, o nosso défice é extremamente baixo. Em 2017 ainda é mais relevante, é apenas 1,27% daquilo que nós produzimos, enquanto o objetivo da União Europeia é 3% e o país festejou, e bem, quando baixou esse patamar e nós progressiva e sustentadamente temos um valor mais baixo e em 2017 desceu também esse valor do défice.

Agora uma nota final para nós clarificarmos as questões, em relação ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

Quando se tiram as frases às vezes fora de contexto, não resulta bem.

O Sr. Deputado disse que não foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental. Sr. Deputado, a regra do equilíbrio orçamental, de acordo com o que está na lei de enquadramento do Orçamento, queria dizer que a receita era igual à despesa, ou seja, nós assumimos que não apresentámos um orçamento com a receita igual à despesa.

O senhor votou favoravelmente um Orçamento que não tinha a receita igual à despesa. O senhor não pode vir agora criticar...

*(Aparte inaudível do Deputado Alonso Miguel)*

Mas tem que tirar do enquadramento e não há violação da Lei do Enquadramento Orçamental, porque a Lei de Enquadramento Orçamental o que diz no artigo 4.º, n.º 2, é que as receitas efetivas devem ser efetivamente iguais às despesas efetivas, salvo se a conjuntura do período a que refere o Orçamento o justifique e o possa permitir.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** *É ipsis verbis* do que está aqui!

**O Orador:** Deixe-me falar.

Essa justificação é dada pelo Orçamento de Estado. O Orçamento de Estado autoriza a Região a contrair financiamentos para comparticipação das obras de fundos comunitários e essa autorização é a autorização para a não existência do mito do princípio do equilíbrio orçamental, de forma excecional, para financiar as obras de fundos comunitários nos termos que estão no Orçamento de Estado. É isso que aprovamos no Orçamento, com o consenso de todos os partidos, e é isso que executamos.

Portanto, não vejo a surpresa por nós termos executado até abaixo, como o diz o relatório, aquilo que foi aprovado no orçamento da Região, que não pode invocar a Lei do Equilíbrio Orçamental quando este orçamento, o Orçamento de 2017, não foi feito com base nessa Lei, foi feito com base nos termos aprovados na Lei do Orçamento de Estado que permite excecionalmente essa tipologia de investimento, enquanto a nossa dívida pública for inferior a 50% do Produto Interno Bruto, que é o que acontece, é o que nós fazemos, e é exatamente o mesmo que os senhores aprovam em sede de Orçamento da Região e que concordam.

Portanto, se concordam com isso, também têm que concordar com a execução disso, aliás, ainda mais, sendo a execução mais baixa do que aquilo que estava previsto.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** E já disse isso ao Tribunal de Contas!?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez esta é uma discussão que se repete todos os anos e basicamente tem a seguinte premissa:

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional vem aqui dizer que a situação não é ótima, mas podia ser pior.

É evidente que da nossa perspetiva este não é o discurso correto, porque não há uma melhoria efetiva das nossas contas, das nossas perspetivas para o futuro. O que nós vemos todos os anos é uma degradação progressiva da nossa situação financeira, da nossa situação orçamental.

A pergunta que podemos colocar é, as coisas estão a melhorar? Não, não estão! Estão cada vez piores.

Todos os anos a Região apresenta resultados piores e o que há aqui também, e se constata com facilidade, analisando até a perspectiva e o Parecer do Tribunal de Contas a respeito desta Conta, é que o Governo (o Tribunal de Contas esteve quase, quase, quase tentado a escrever isto, mas não escreveu esteve muito próximo de escrever o seguinte)...

**Deputado Francisco César (PS):** Entrámos numa nova fase do debate parlamentar!

**O Orador:** ... está a “empurrar com a barriga” as responsabilidades para depois das eleições de 2020. Isto já se fez em 2016, como se fez em 2017, como se fez em 2018, porque vejam bem, eu vou dar-vos alguns exemplos:

Quando eu disse que o Tribunal de Contas estava tentado a dizer isto, veja-se o seguinte: “o perfil do reembolso da dívida continua a caracterizar-se por uma elevada concentração temporal das amortizações”.

E depois diz o seguinte, há um número do Tribunal de Contas para que isto não pareçam palavras que o vento possa levar. Vou dar-vos um número, que é um número que o Tribunal de Contas refere: “as necessidades de financiamento para o período 2018/2022 estimam-se em 1.328 milhões”, ou seja, uma enorme concentração como o Tribunal refere e que diz que isto é um perigo tremendo.

Mas esta concentração, como nós sabemos, aumentou. Portanto, não foi em 2018 que nós resolvemos este problema, pelo contrário, também em relação à dívida, o Tribunal de Contas faz aqui várias referências no sentido de que temos um grande conjunto de responsabilidades a curto prazo e que essas responsabilidades a curto prazo até estão a incrementar-se.

Portanto, isto não sou eu que o digo, é o Tribunal de Contas que o refere.

Em relação às parcerias público-privadas, o Tribunal de Contas faz a referência de sempre. Há aqui um aumento significativo, nomeadamente até dá os exemplos, no que diz respeito à SCUT na Ilha de São Miguel, com um agravamento de 14,8 milhões de euros, a mesma coisa em relação ao Hospital

da Terceira, e também nesta matéria o Tribunal de Contas mostra a sua preocupação.

Depois em relação à dívida total das entidades públicas fora do perímetro orçamental, o Tribunal de Contas também refere a sua enorme preocupação com esta matéria, que é uma matéria que se tem vindo a agravar muito significativamente.

O ponto de partida da análise do Tribunal de Contas é o seguinte (eles colocam estes títulos do lado esquerdo que são muito interessantes): baixo grau de autonomia financeira. Diz o seguinte: “o setor público administrativo regional apresentou uma significativa dependência dos recursos financeiros provenientes de transferências e de passivos financeiros, dado que as suas receitas próprias, sendo passivos financeiros, apenas permitem financiar 48% da despesa total, situação que se mantém inalterada comparativamente a 2016”.

Depois, o Tribunal de Contas faz um conjunto de análises em relação ao Setor Público Empresarial Regional em que só lhe falta dizer que isto é uma absoluta desgraça. É uma situação... Vejam bem: nós já sabemos o que é que aconteceu em 2018 e vamos verificar, quando analisarmos a conta, que há um agravamento da situação pelo qual o Tribunal de Contas já se mostra extremamente preocupado em relação às Contas de 2017, nomeadamente em relação à SATA que merece várias referências no âmbito do parecer e eles ainda não sabiam o que é que nos iria acontecer em 2018 e ainda não sabiam o que nos está a acontecer em 2019.

Portanto, há aqui um conjunto de dados que são bastante negativos. Por exemplo, em relação às transferências para as autarquias, há aqui uma referência em que apenas duas autarquias absorvem metade das verbas que são transferidas. A parte de “leão” é para o município da Praia da Vitória.

Eu devo dizer que nesta matéria estes resultados não são surpreendentes. Mostram uma tendência de endividamento, de agravamento da nossa situação



financeira, da nossa situação orçamental. É algo que o Tribunal Constitucional refere como algo que o Governo não tem conseguido inverter, pelo contrário, é uma situação que se agrava todos os anos e que o Governo está a empurrar para 2020, para que o eleitorado açoriano ainda não sinta o reequilíbrio que vai ser necessário fazer. Portanto, o Governo está a empurrar estas questões, estes enormíssimos desequilíbrios para 2020.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Pelo amor de Deus!

**O Orador:** O que nós temos aqui e as referências todas que eu fiz são referências sustentadas numa entidade independente que é o Tribunal de Contas.

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Isso não é verdade!

**O Orador:** Para já eu penso que esta é a perspetiva. Vou novamente fazer referência a algo que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional refere constantemente todos os anos. Ele sabe perfeitamente que é uma referência que não está correta que é comparar-se com os Estados, é comparar-se com o desempenho dos Estados da União Europeia; é comparar uma Região que recebe e que está fortemente dependente do exterior do ponto de vista orçamental e depois compara a nossa perspetiva do ponto de vista económico, a nossa independência do ponto de vista económico, compara os nossos números, com Estados independentes, com Estados soberanos que não têm o grau de dependência que obviamente tem uma Região como a nossa, porque evidentemente tendo as receitas próprias que nós temos o nosso grau de dependência em relação aos desequilíbrios provocados em relação aos buracos provocados pelo Governo, é evidente que é muitíssimo superior e essa dependência, esses perigos, são assinalados pelo Tribunal de Contas.

Mas o que o Sr. Vice-Presidente faz aqui é todos os anos apresenta o mesmo truque, compara-se com a Finlândia, com a Alemanha, compara-se com países

que têm obviamente a sua soberania do ponto de vista orçamental e não tem uma dependência orçamental como tem a nossa e uma limitação em relação às receitas próprias como tem a nossa.

Só para dar aqui um exemplo, os prejuízos dos últimos dois anos da SATA representam praticamente um quinto das nossas receitas próprias. Só isto mostra bem o enorme impacto, o impacto devastador dos desequilíbrios que se estão a gerar no Setor Público Empresarial Regional em relação à economia regional, porque nós o que temos que contar é com aquilo que efetivamente a Região tem em termos de receitas próprias e a dependência, a nossa vulnerabilidade no quadro geral de uma Região fortemente dependente e não compararmos com Estados que têm obviamente outra soberania do ponto de vista orçamental e outros recursos muitíssimos mais vastos.

Para já é esta a perspetiva, ou seja, muito preocupado, tal como o Tribunal de Contas, em relação a esta questão. Muito preocupado com esta situação e sem qualquer tipo de esperança em relação ao futuro, porque sei que não vamos resolver nada em 2019 também, eu sei que as contas para pagar vão aparecer, mas vão aparecer depois das eleições de 2020.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva não resistiu em falar da taxa de execução do Plano de 2018. Não está aqui em discussão, mas tem todo o direito de o falar.

Não vamos discutir a taxa de execução de 2018. É evidente que aumentou, mas é bom que se diga o seguinte:

A receita de IVA que é por capitação, em 2018, aumentou 40 milhões de euros e as receitas fiscais próprias das Região, à conta da arrecadação do IVA,

aumentaram 35 milhões de euros. É evidente que essa verba foi, e bem, afeta à execução do investimento. Estamos todos de acordo.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quem é que paga? Nós!

**Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** É o país!

**O Orador:** Há aqui duas questões que são essenciais.

Outra questão, e agora, Sr. Vice-Presidente, começo pela parte que estamos de acordo:

É evidente que há recomendações. Eu só li o que está no texto principal, portanto admito que possa haver um lapso e aceito perfeitamente essa questão.

Também mostro satisfação pela questão da execução orçamental em 2019, cumprindo o prazo de execução orçamental. Também é uma boa notícia.

Também há recomendações que o Tribunal faz que eu próprio não concordo com elas. Aquela que falou das receitas correntes ou das receitas de capitais, o Tribunal teria razão se o critério era aplicado pelo Governo da República se mantivesse. Foi alterado há três anos. Portanto, são questões formais. Não vamos valorizar demasiado essas.

Agora a questão da dívida e dos critérios da dívida, o senhor sabe perfeitamente que é redutora. Esconde-se num critério que é legal, é aquele que a Região está obrigada, mas numa atitude de prudência, de quem gere finanças públicas, não pode esquecer aquilo que são responsabilidades que não estão no perímetro orçamental.

Não pode esquecer as responsabilidades de empresas públicas que não estão no perímetro, mas todos sabemos que são pagas a partir do orçamento da Região, ou seja, serão pagas pelas receitas próprias da Região, serão pagas pelas transferências que a Região recebe do exterior, porque são empresas ou que prestam serviço público ou que os seus passivos não permitem que as receitas próprias possam, no futuro, garantir o serviço da dívida.

Portanto, numa atitude de prudência, é evidente que devem ser consideradas, não entram para o critério do EUROSTAT, não entram para o critério do INE, mas são questões que devem preocupar os responsáveis das finanças públicas, concretamente o Sr. Vice-Presidente.

A questão das parcerias público-privadas também tem essa leitura, ou seja, nós temos um serviço que é gratuito, que é financiado pelo Orçamento da Região e, portanto, a responsabilidade desse pagamento cabe à Região. Se está quantificado o valor futuro dessas responsabilidades, devem ser tidos em conta e não se deve refugiar num simples critério que se aplica, e como disse e muito bem, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a países, que têm outras funções de soberania que nós não temos.

Portanto, tudo isso deve ser tido em conta e não fixar meramente naquilo que são os critérios formais.

Depois há a questão das empresas públicas que não estão no perímetro orçamental, cujas responsabilidades efetivamente caem, e caem no futuro. O Sr. Vice-Presidente teve o exemplo da SATA, do empréstimo obrigacionista, contra as suas expectativas e as nossas também, foi considerado...

**Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** E é!

**O Orador:** ... e foi considerado com um critério que é discricionário das entidades, porque avaliam a situação da SATA, avaliam os riscos, e consideram que de uma forma prudente tem que ser considerado e não há garantia nenhuma que amanhã – oxalá que não – a dívida avalizada à SINAGA, à LOTAÇOR, não venha o INE também, em 2019, em 2020, ter a mesma leitura.

Poderemos ter surpresas em cada um dos anos relativamente a situações semelhantes à da SATA, nem tão pouco o Sr. Vice-Presidente tem a garantia de que a SATA, com o empréstimo obrigacionista que teve em 2018, consegue sobreviver em 2019, e, portanto, não haverá necessidade de mais um

empréstimo em 2019 ou mais empréstimos. São questões e são riscos que estão presentes.

Quanto aos fornecedores, é chocante quando se diz que a Região está de saúde financeira, e que 6% do PIB, ou o equivalente a 6% do PIB são dívidas da administração pública direta, das empresas no perímetro e das empresas fora do perímetro, dívidas a fornecedores, 240 milhões de euros. Isso representa 38% das receitas fiscais de 2017.

Portanto, isto é um dado que não entra no critério do INE, mas é evidente que é grave e tem que ser considerado. São empresas, muito delas, que já pagaram o IVA dessa faturação à Região, não viram o dinheiro e, portanto, sofrem as dificuldades e isso é uma situação que deve ser considerada e tem que haver um esforço da administração em cumprir essas situações.

Eu não sei se dirá que em 2018 a situação melhorou. Nós não temos os dados.

A Conta não estava publicitada na Direção Regional do Orçamento e Tesouro até hoje, já deu entrada na Assembleia, portanto estamos em cima do prazo. Por aí não há problema nenhum.

Mas essas questões são importantes e o Governo e o Sr. Vice-Presidente não se podem refugiar num critério que é redutor e que esconde uma parte significativa da realidade.

Portanto essa questão fica em aberto, tem sido recorrente em cada um dos anos e deve ser de uma forma prudente analisada e considerada e devem ser tomadas medidas em muitos aspetos, porque é a economia que está a ser prejudicada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, Sr. Vice-Presidente, referir, em relação à sua intervenção, em relação às recomendações, eu também li o que está aqui. Poderá efetivamente a contabilização não estar bem-feita.

Agora, em relação ao restante, eu não sou economista, mas também sei ler e o que eu disse na minha intervenção foi que ainda não foi observada a regra do equilíbrio orçamental. E disse isso porquê? Porque no Relatório do Tribunal de Contas, nos ênfases, diz exatamente isso: “a regra do equilíbrio orçamental, calculada de acordo com o critério definido no n.º 2, do artigo 4.º, da Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, não foi observada na medida...”

**Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** O que é que diz o artigo?

**O Orador:** É o que diz aqui.

“... em que o saldo global ou efetivo foi negativo atingindo, em termos provisionais menos 84,7 milhões de euros em termos da execução e menos 75,8 milhões de euros”. Isso é o que diz aqui.

**Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** Mas o que é que diz o artigo?

**O Orador:** Repare...

**Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** Mas o que é que diz o n.º 2, do artigo 4.º?

**O Orador:** Se o incómodo que o Sr. Vice-Presidente tem em relação a isto, a pergunta é se já foi transmitido ao Tribunal de Contas? Porque o que está aqui escrito é exatamente isto, *ipsis verbis*. Eu não adivinhei, eu não inventei. Está aqui escrito.

Portanto, se tem um entendimento diferente e se há uma excecionalidade para a Região, que seja comunicado ao Tribunal de Contas.

Em relação a retirar frases do contexto, não tenho por hábito fazê-lo, mas se o quisesse fazer era muito fácil: basta uma pequena análise a este Relatório do Tribunal de Contas para encontrar frases como “contrariando o exigido pela lei”, “incumprimento das regras”, “limitações informativas”, classificações deficientes”, “incorreta quantificação”, “estrutura orçamental desequilibrada”, impossibilidade de certificar”, “falta de demonstração”.

Portanto, frases fora de contexto consegui encontrar bastantes. Optei por não o fazer, porque achei que não trazia nada a este debate.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e demais Membros do Governo:

Uma breve intervenção para responder àquilo que o Partido Socialista, na voz do Deputado Carlos Silva, referiu na sua intervenção.

Referiu o Sr. Deputado Carlos Silva uma afirmação que fez lembrar outros tempos. Disse o Deputado que não basta atirar dinheiro para cima dos problemas.

Esta argumentação que pelos vistos é partilhada pelo Partido Socialista segue a mesma lógica de outro tipo de argumentação que ouvíamos muito há alguns anos atrás, como “temos de fazer mais com menos”, ou, “vivemos acima das nossas possibilidades”.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A citação não é do Sr. Deputado!

**O Orador:** E outras mais como “se fossemos atrás de aventuras tínhamos um país com uma mão à frente e outra atrás”. Esta é verdade, e foi dita pelo Presidente do Partido Socialista.

Esse é o discurso da banca rota que aos poucos vai fazendo caminho no Partido Socialista e que chega também aos poucos a esta Casa e pelos visto ao Governo Regional.

O Governo Regional e o Partido Socialista, ao mesmo tempo que festejam os números positivos do défice e da dívida, não são capazes de dotar os serviços públicos, neste caso a saúde, como apontei, com os recursos necessários, e para isto basta ver e basta ler os relatórios e contas dos hospitais públicos, como exemplo, que são claros, claríssimos, relativamente à dificuldade que têm no seu trabalho diário e no seu financiamento.

O que precisamos é dos recursos necessários, não é atirar dinheiro para cima dos problemas. É dos recursos necessários para que os serviços funcionem e respondam às necessidades das pessoas.

Se há desperdícios no sistema, corrija-se; se há fraudes, investiguem-se. Agora, é preciso que os serviços tenham efetivamente os recursos necessários...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mais cem milhões de euros!

**O Orador:** ... e o discurso da banca rota não resolve problemas, nunca resolveu, como está demonstrado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para referir que em relação ao Sr. Deputado António Lima, o senhor foi politicamente desonesto, porque eu não disse isso. Eu citei o que alguém disse no fórum e o senhor estava lá e tem a responsabilidade de saber o que foi dito.

Portanto, sobre esse assunto estamos conversados e o Bloco de Esquerda já nos habituou à sua incoerência habitual.



**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Ao mesmo tempo que pede a redução de impostos, também pede menos dívida e mais financiamento em setores como a saúde. Em relação a esse assunto estamos conversados.

Em relação ao Deputado António Vasco só para referir e elogiar a sua postura, também é importante referir. O Sr. Deputado elogiou a taxa de execução do investimento de 2018 que foi de 84%, realço essa postura e também realço aquilo que disse, que nem sempre concorda com tudo o que diz o Tribunal de Contas. Nós também! Já o dissemos a ano passado na audição ao Tribunal de Contas e também valorizo aqui a postura do PSD sobre esse assunto.

Para terminar, sobre as responsabilidades e sobre a dívida, o PSD e alguns partidos aqui presentes falam das responsabilidades com as SCUT e com outras obrigações, como se elas não fossem relatadas e estivessem presentes no relatório sobre a Conta da Região de 2017.

Sr. Deputado, entre a página 41 e 58, está cá tudo sobre a dívida sobre os avales, sobre as parcerias público-privadas, sobre as Cartas de Conforto, e todas as informações relacionadas.

Portanto, a informação existe, é transparente. O Governo cumpre com a lei. Portanto, não há nada a esconder. Os indicadores estão lá.

Agora se o indicador do INE é de 40,9% do PIB, que a dívida representa 40,9% do PIB, é o que é e nós devemos realçar, porque é um indicador que é importante, que é relevante e que garante a sustentabilidade das finanças públicas.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma matéria que é uma matéria de debate estrutural, Sr. Deputado António Lima.

Evidentemente que tudo é uma questão de opções. Nós temos um défice muito baixo, de 1,2% do PIB. Obviamente nós temos que decidir, se queremos um défice de 1,2% do PIB, ou termos um défice de 3%, por exemplo, de PIB e isso representar mais recursos para “n” financiamentos de “n” áreas, recursos eles que amanhã vão ter que ser liquidados.

O que o Governo dos Açores não entra é em facilitismo. Eu acho que o que nós demos como principal marca ao país foi o rigor em termos de contas públicas.

Fomos a única região do país que passámos da crise internacional sem qualquer plano de resgate ou de reajustamento, por isso não tivemos que abdicar daquilo que tínhamos em nome da incapacidade de não continuar a ter, e esse património e essa lição que aprendemos, que para nós foi um grande mérito da Região no período de 2011, 2012 e 2013, acho que devemos sempre manter no futuro, apesar da conjuntura agora ser muito mais favorável.

Portanto, não somos favoráveis a agora termos um défice muito baixo, termos uma dívida pública muito baixa, e ir para além daquilo que nós consideramos que garante a estabilidade financeira, porque amanhã – seria bonito hoje, seria simpático hoje – poderia ter um custo o qual não podíamos pagar. Esse caminho nós não queremos seguir.

Uma questão técnica, Sr. Deputado, a Lei de Enquadramento Orçamental que o senhor se referiu, faltou o “salvo as situações de exceção”.

Portanto, se tem “as situações de exceção”, se as situações de exceção são definidas e definidas no Orçamento de Estado e se se cumpre, cumpre-se por essa via, mas não é isso que eu estou a discutir consigo. O que eu estou a

discutir é que o senhor não pode dizer que não se cumpre a Lei de Enquadramento Orçamental, quando o que este “conta” corresponde à execução plena do Orçamento, aliás com valores ainda melhores do que os que estavam no Orçamento, e nessa altura do Orçamento o senhor concordou e aprovou esse enquadramento Orçamental.

É apenas essa questão.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

**O Orador:** Só uma questão final para os critérios. Não há dúvida: o critério sobre o valor da dívida só há um, é este. É o critério que não é o critério do INE ou do EUROSTAT, é aquilo que se chama Sistema Contabilístico Europeu, SEC-2010, que define as regras de contabilização para toda a Europa, países (Sr. Deputado Paulo Estêvão), Regiões, Autarquias, todas as entidades.

As regras são as mesmas, o sistema é o mesmo, as contas são as mesmas e as regras são exatamente as mesmas para todas.

Quando o défice é baixo e a dívida é baixa as regras não prestam; quando o défice é alto e a dívida é alta as regras prestam. Não. São iguais para todas as entidades públicas.

É um enorme documento, o SEC, e, portanto, são as regras que se aplicam a todos, e, como muito bem disse o Sr. Deputado António Vasco, tem também questões subjetivas que por vezes têm que ser interpretadas por via dessas entidades.

Uma nota só final sobre a questão:

É assim, pode-se sempre assumir e contabilizar responsabilidades que haja para o futuro. As rendas das SCUTs é uma responsabilidade que haverá todos os anos. Todos os anos existe, todos os anos é paga, liquidada integralmente no futuro. Como por exemplo, se assim se quiser noutro critério mais baixo, a partir do momento que um funcionário público entra para o quadro da Administração Regional estamos a gerar uma responsabilidade para o futuro. Se

for assim vamos também contabilizar a responsabilidade futura resultante de todos os funcionários que estão no quadro.

Portanto há sempre possibilidade de outras classificações e de somar outras partes. Esta é aquela que é definida na Lei, como o Sistema Contabilístico Europeu, para todas as entidades e tem as regras muito claras, muito rigorosas e nessa matéria, comparativamente com o país, com outras regiões, os Açores tem uma dívida pública substancialmente mais baixa em termos de Produto Interno Bruto e tem um défice suficientemente mais baixo que o nosso nível de riqueza e são dois aspetos que devemos valorizar sempre com aperfeiçoamentos que têm que ser feitos, como temos feito, sempre com recomendações a serem corrigidas como estamos permanentemente a corrigir e sempre com aperfeiçoamentos que são necessários.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Carlos Silva, eu disse que a taxa de execução em 2018 melhorou relativamente a 2017. É evidente que 83 é melhor que 72. Não disse que era muito boa. Disse que melhorou só e nem analisei, até porque a avaliação em concreto tem que ser vista por parte de cada um dos vários capítulos. Portanto, não é matéria para discutir hoje, mas fica o esclarecimento.

Relativamente à informação que está no relatório e no parecer, o valor das parcerias, é evidente que essa informação está toda. Se não tivesse também não estávamos aqui a discutir absolutamente nada.

Portanto, tudo o que está no relatório é informação que está na conta e é informação que está no Parecer do Tribunal de Contas. Aí também não há novidade nenhuma.

Relativamente à explicação do Sr. Vice-Presidente, mantém a sua explicação.

A questão aqui e aquilo que se coloca é, uma Região que não tenha 16% do seu PIB em parcerias público-privadas em termos de responsabilidades é uma Região diferente do que uma que tenha 16%...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Imagine a Madeira!

**O Orador:** ... do seu PIB em responsabilidades. A questão é essa.

Uma Região que não tenha dívidas a fornecedores que representam 7% do PIB é uma Região diferente de uma que tenha 7%.

Portanto, o que está aqui e o que falamos aqui é dessa questão. Portanto, os critérios do INE são corretos para determinadas realidades.

Depois há ajustamentos que têm que ser feitos em função daquilo que é o caso em concreto. Não é mais do que isso.

Sr. Vice-Presidente refugia-se nos critérios e nós entendemos que tem que haver uma visão mais lata de modo a que a Região não viva estrangulada, como disse o Sr. Deputado António Lima no caso da saúde, como vivem empresas públicas que tiveram que diferir os pagamentos dos seus ordenados.

Portanto, há aqui um conjunto de situações que são sentidas no dia-a-dia que não podem ser escondidas e para isso é preciso avaliar...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... a globalidade daquilo que são as responsabilidades do Governo e aquilo que é a globalidade das responsabilidades que serão pagas pelo Orçamento da Região no futuro.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria com 30 votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda, PCP e PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 34 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 11 minutos.*

*(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa substitui o Deputado Jorge Jorge na Mesa)*

Vamos entrar agora no ponto cinco da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 123/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias de habitabilidade nos bairros “Nascer do Sol” e “Beira-Mar” para os incluir nas atuais respostas de habitação social e no mercado de arrendamento”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Chamo a atenção à câmara que foi entregue agora mesmo uma proposta de substituição integral e será sobre ela que iremos debater e fazer este debate, mas

julgo que ela está mesmo, mesmo já a ser distribuída, por isso penso que não há necessidade de fazermos nenhuma interrupção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes para apresentar a iniciativa.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros dos Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Direito à Habitação é um preceito constitucional à semelhança da saúde e da educação, mas ainda mais longe de ser cumprido, pois o caminho ainda nem começou a ser percorrido.

Sabemos que se esta iniciativa for aprovada não resolverá determinadamente os problemas de acesso à habitação na Região, nem mesmo na Ilha Terceira ou até mesmo no concelho da Praia da Vitória, mas de certo contribuirá para dar início à mudança do paradigma que preside às políticas de habitação.

A Região possui 450 habitações repartidas por dois bairros nas imediações da Base das Lajes, depois destas terem sido cedidas pelos norte-americanos a Estado Português.

Esta é uma oportunidade para fazer algo de diferente em medidas promotoras de acesso à habitação.

Propomos que parte destas habitações dos bairros “Nascer do Sol” e “Beira-Mar”, depois de objeto de obras de requalificação, possam ter dois destinos possíveis: ou habitação de cariz social, à semelhança da oferta disponibilizada atualmente para quem cumpre os critérios de acesso, ou a integração no mercado de arrendamento com rendas de valor inferior à média praticada na Ilha Terceira, sem opção de compra para os arrendatários.

É nesta segunda modalidade que reside o aspeto inovador na Região em termos de política de habitação.

A integração de habitações propriedade da Região no mercado de arrendamento não é um sistema de renda apoiada, não é um apoio à aquisição de habitação, nem mesmo a custos controlados.

É um sistema novo, o qual passa por ter casas, propriedade da Região, para que esta as rentabilize através de rendas acessíveis e com contratos de longa duração.

Esta modalidade procura dar resposta a um extrato da população que se encontra num limbo, são famílias que não cumprem os critérios para aceder à habitação social, mas também não têm rendimentos suficientes para aceder ao crédito habitação, nem suportar os preços praticados pelo mercado de arrendamento privado, com a adjuvante de proporcionar uma intervenção direta da Região no mercado de arrendamento, porque a prática de rendas de valor inferior à média contribuirá para reduzir os valores praticados no mercado.

Entregámos uma substituição integral ao nosso Projeto de Resolução inicial com o intuito de clarificar e conformar o objeto resolutivo à exposição de motivos no que toca à compatibilização entre as nossas pretensões e a viabilização do projeto “Terceira Tech Island”, atualmente em curso.

Com a atual redação dada ao objeto resolutivo fica clara a pretensão de compatibilizar os recursos necessários à consecução do “Terceira Tech Island” e o aproveitamento de recursos habitacionais remanescentes para cumprir o propósito a atingir com este Projeto de Resolução.

Desde já, e dadas as incertezas sobre o alcance e magnitude em termos de recursos afetos ou a afetar a estes dois bairros pelo “Terceira Tech Island”, queremos ser possível integrar 20 das cercas de 450 habitações para integrarem as modalidades habitacionais propostas: habitação social e integração no mercado de arrendamento com valores inferiores à média praticada pelo mercado.

É igualmente mais do que razoável prever que a partir de 2020 sejam destinadas habitações de acordo com as necessidades habitacionais e consoante a evolução do projeto “Terceira Tech Island”.



Com este Projeto de Resolução procuramos igualmente dar cumprimento ao PREIT, nomeadamente no que diz respeito ao Eixo 3 – Programa de Apoio ao Mercado Imobiliário Dependente da Base das Lajes, da responsabilidade do Governo Regional, com vista a solucionar as necessidades de habitação social na Ilha Terceira através da aquisição de imóveis fora da Base das Lajes que fiquem disponíveis e o Eixo 10 – Habitação, da responsabilidade das Câmaras Municipais, neste caso com especial e particular incidência no concelho da Praia da Vitória.

É precisamente atendendo ao cumprimento deste eixo que procuramos mais uma vez apoiar a Câmara Municipal da Praia da Vitória para possibilitar uma maior diversificação das ofertas habitacionais, principalmente, no que concerne ao arrendamento.

Reafirmamos o nosso reconhecimento da existência de mecanismos de apoio no acesso à habitação da iniciativa da Região, quer ao nível de realojamento, quer ao nível do apoio ao arrendamento, quer ainda no âmbito da recuperação de habitações degradadas. Aliás, muito recentemente aprovámos o Programa Casa Renovada, Casa Arrendada, um contributo ao nível da reabilitação do edificado e para a promoção do arrendamento, mas destinado exclusivamente aos atuais sistemas de renda participada.

A proposta que hoje trazemos a debate e votação procura introduzir uma forma de intervenção direta no mercado de arrendamento com vista à sua regulação e por conseguinte dar início a um caminho até alcançar uma solução pública para habitação não exclusivamente de cariz social, tal e qual como conhecemos, porque, recordando Sérgio Godinho “só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação”.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução agora em análise corresponde a uma segunda substituição integral do Projeto de Resolução apresentado inicialmente pelo Bloco de Esquerda, mantendo, no entanto, os seus considerandos iniciais. Ou seja, no entender do Bloco de Esquerda existe um conjunto de famílias açorianas, e neste caso concreto terceirenses, que não têm recursos económicos para aceder às rendas do atual mercado de arrendamento, um pouco até empolado devido à reconversão de algumas habitações para o turismo, para o alojamento local, que não têm também capacidade para aceder ao crédito bancário para construção ou compra de habitação permanente, mas que simultaneamente também não reúnem as condições para serem abrangidos pela habitação social por disporem de rendimentos superiores àqueles que são definidos nos respetivos critérios.

Definido o problema, o que o Bloco de Esquerda propõe e defendia inicialmente era a criação de uma espécie de bolsa pública de arrendamento em que após a requalificação das casas dos bairros “Nascer do Sol” e “Beira Mar” o Governo Regional disponibilizaria um quarto das habitações para habitação social e colocaria as restantes casas no mercado de arrendamento da Ilha Terceira com rendas inferiores àquelas que são as médias praticadas e sem opção de compra para os arrendatários.

Ora, nesse caso nós estaríamos a falar de colocar no mercado de arrendamento da Ilha Terceira e mais concreto do concelho da Praia, centenas de casas. Convenhamos que esta proposta inicial traria consigo alguns problemas, nomeadamente por colidir de uma forma evidente com o projeto “Terceira Tech Island” e depois traria outros problemas como a desregulação do mercado de arrendamento, prejuízos para o mercado da construção civil ou até mesmo o

indesejável fomento da deslocalização de famílias das freguesias rurais para o meio urbano.

A nova versão deste Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda e que agora está em análise é bastante mais comedida, propondo que sejam apenas disponibilizadas 20 habitações destes dois bairros, tanto para a habitação social como para arrendamento a preços mais baixos, disponibilizando, a partir de 2020, mais algumas habitações para esse efeito de acordo com as necessidades e com a evolução do projeto “Terceira Tech Island”.

Ora, se é verdade que esta nova proposta, tendo em conta um número muito mais reduzido de habitações a disponibilizar por parte do Governo Regional, não acarreta os problemas anteriormente referidos, nomeadamente ao nível da desregulação do mercado de arrendamento e também dos impactos nefastos no setor da construção civil, a verdade é que também nem de perto nem de longe será suficiente para resolver este problema definido pelo Bloco de Esquerda, aliás, como reconhecido na apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Ou seja, não é certamente com apenas 20 casas que se resolve um problema das famílias que nem têm capacidade de aceder ao crédito para compra ou para construção de casas, que também não têm capacidade de arrendar neste mercado de arrendamento, mas que também não reúnem as condições para habitação social.

No entender do CDS a solução é bastante mais complexa. Passa pela implementação de um conjunto de políticas e de medidas que contribuam para uma melhoria dos rendimentos disponíveis, para uma maior capacidade de compra, para uma maior estabilidade profissional, para uma capacidade de emancipação mais madrugadora dos jovens, para a criação de emprego qualificado e não ser feita espontaneamente desta forma.

Por isso mesmo nós olhamos para esta proposta não como uma resposta ao problema de fundo definido e identificado pelo Bloco de Esquerda, mas como um eventual contributo para as respostas sociais que já existem e por via do aumento do edificado disponível para esse efeito e também aproveitando um património que já existe e que foi cedido pela República à Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(\*) **Deputado César Toste (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda põe em discussão um condomínio fechado, com muros e gradeamentos e moradias amplas com jardim e vista para o mar, tipicamente americanas: grande cozinha, lavandaria no primeiro andar, ventoinhas no teto em todos as divisões, tomadas elétricas de 110 volts em vez de 220 portugueses.

T2, T3 e T4, dimensões que eram atribuídas de acordo com a patente militar, com rede de esgotos e água norte-americanas e sem licenciamento camarário. Era uma *little America* ou como dizia, e agora, são bairros fantasma; o elefante branco, resultado do *downsizing* dos americanos da Base das Lajes.

De todas as perguntas, no âmbito da Comissão, que foram colocadas ao Sr. Vice-Presidente e da pesquisa que foi feita pelo PSD, desde que houve o pedido do Governo Regional da cedência das casas, entretanto aceitou-as e houve uma auto-entrega no final do ano passado, fez-se anúncios de lançamento de obras. Eu pergunto: o bairro “Beira Mar” já foi cedido pelo Governo República, uma vez que no auto da entrega só se refere ao “Nascer do Sol” e ao complexo da escola?

Eu pesquisei isto tanto no Gabinete de Comunicação Social do Governo e a nível dos jornais, mas só fala do “Nascer do Sol”. Pedia essa clarificação.

O concurso de reabilitação das casas já foi lançado, uma vez que também em notícias do GaCS existe três concursos que supostamente iriam ser lançados,...

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor esteve na comissão!

**O Orador:** ... um para o Lote 1 do “Beira Mar”, com 80 habitações, outro para o Lote 2 com 58 habitações, e também para a escola americana. Quanto custará esta fase de 138 casas que vão ser reabilitadas e quais as projeções de execução do Governo Regional?

Por agora é só. Obrigado.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

(\*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução n.º 123, apresentado pelo Bloco de Esquerda, que faz com que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional que quando desenvolver as obras de requalificação necessárias à habitabilidade das infraestruturas residenciais, integradas nos bairros “Nascer do Sol” e “Beira Mar”, destine 20 habitações para integrarem a resposta de habitação de cariz social e ao mercado de arrendamento com rendas e valor inferior à média praticada na Ilha Terceira, sem opção de compra para os arrendatários, e também a partir do ano de 2020 sejam destinadas habitações com a finalidade prevista no n.º 1 de acordo com as necessidades habitacionais consoante a evolução do Projeto “Terceira Tech Island”, é uma boa medida e vem contribuir para colmatar as carências habitacionais e disponibilizar habitação a custos suportáveis, sobretudo para os jovens casais, correspondendo à política que a Câmara da Praia da Vitória já vem desenvolvendo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de habitação nos Açores é falar sobre um tema muito caro aos açorianos. Faço notar que caro, é caro no seu sentido literal.

Talvez não fosse necessário, mas devo lembrar e fazer notar que a Constituição da República define a habitação como um direito. Mas nesta como noutras matérias, as palavras precisam fazer sentido. De ter reflexo. De ter ação prática. Recordemos que, de acordo com a Iniciativa Europeia para a Habitação, Portugal está no grupo de países da Europa onde a percentagem de casas que são propriedade do Estado é absolutamente residual, apenas 3,3%. Assim, é fundamental que se tenha coragem para que as entidades governativas regionais se assumam como agentes ativos e com a capacidade de intervir verdadeiramente na garantia do direito à habitação.

A habitação é um bem especial para a satisfação de uma necessidade absolutamente básica, portanto um bem socialmente estratégico. Mas o direito constitucionalmente consagrado a uma habitação condigna para todos, está condicionado pelos interesses dominantes. É muito importante que esta situação possa ser alterada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos uma medida bastante positiva a disponibilização dos Bairros “Beira Mar” e “Nascer do Sol”, no concelho da Praia da Vitória, para a habitação social e para o mercado de arrendamento. A sua inutilização ou abandono atual constitui um prejuízo para a Região por tratar-se de um património com valor significativo.

O protejo de Resolução do BE merece a nossa concordância, porque existem situações sociais no que diz respeito à habitação no concelho da Praia da Vitória que requerem uma intervenção da Câmara e do Governo Regional.

Esta Resolução levanta um problema que é real, nomeadamente a situação de famílias sem condições para recorrer à banca, sem condições para pagar as rendas que são exigidas e por não serem abrangidas pela dita habitação social por terem rendimentos superiores aos determinados pelo atual regime.

Neste sentido é importante perceber em que moldes as pessoas irão poder candidatar-se a essas casas. Esperamos que a atribuição das casas seja efetuada de forma transparente e socialmente justa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, entre a primeira proposta e a segunda proposta há um mundo de diferenças, ou melhor, há um mundo de 420 casas de diferença.

Eu acho que o Bloco não sabe negociar as coisas. Suportaram o Governo do Partido Socialista lá fora e agora são renegados, não mandam. Os senhores aqui não mandam, o Bloco de Esquerda agora é afastado com uma violência tremenda pelo Presidente Honorário do Partido Socialista dos Açores.

Agora neste diploma acho que vos aconteceu um bocadinho a mesma coisa. “É uma entrada de leão”, é tudo nosso! E depois, vamos ver aqui a proposta... Afinal, são 20 casas!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** “Saída de sendeiro!”

**O Orador:** Vinte casas!... Ou seja, é uma negociação um bocadinho problemática. Os senhores, com 20 casas, como aqui já foi referenciado, não resolvem problema nenhum.

E mais. Condicionam a vossa iniciativa, do ponto de vista político, à aceitação por parte do Governo. O Vice-Presidente do Governo foi logo avisando: não, não! Reescrevam isso! O Vice-Presidente do Governo dizia logo: não, não! Comecem a rever isso.

Os senhores fizeram-lhe a vontade: nós vamos realmente reescrever.

Agora, isto é uma alteração tremenda. Isto é uma coisa... Depois de terem inventariado 450 (o Sr. Vice-Presidente diz que são 440) ficam-se nas 20 casas e têm a iniciativa aprovada. Parece que é assim.

Eu acho que, do ponto de vista político, isto tem muitos problemas, porque todo o vosso enunciado dos problemas, que eu concordo que existem, não fica resolvido com estas condições, porque isto não são condições mínimas. São muito, muito, muito abaixo do mínimo.

Portanto, eu considero que da forma como está é uma negação do vosso próprio discurso.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** São condições de aprovação!

**O Orador:** É uma negação do vosso próprio discurso.

Eu, em iguais circunstâncias, perante um ultimato do Vice-Presidente do Governo Regional, no sentido (é um ultimato; um ultimato não é uma palavra ofensiva, é uma palavra até que se utiliza na diplomacia internacional) de dizer, “não, não são as 4 centenas, são 20”, teria que lhe ter dito, não, porque isso não corresponde à nossa perspetiva,...

**Deputado António Lima (BE):** Quer vir para a nossa bancada?

**O Orador:** ... à nossa realidade e à nossa ambição e a ambição de quem nós representamos, porque os senhores não podem chegar agora às pessoas com quem se comprometeram resolver este problema e dizer-lhes: temos aqui... Já estou a ver! O Bloco chega agora aos bairros e diz “está aqui a vitória, a vitória sobre o Governo! Está aqui! Foi aprovado!”

Alguém vos pode perguntar: precisamente, o quê?

Hã!... Vinte casas!

Vinte!... Já não são 440, são 20!

Acho que há um problema nesta vitória. É uma vitória... Eu ia dizer de Pirro, mas nem isso. É um bocadinho abaixo disso. Por isso, obviamente eu acho que



existem negociações políticas, existem cedências, para que os textos possam ser aprovados, mas este texto da forma como está, a alteração profundíssima que V. Exas. fizeram, sem qualquer género de garantia, na minha perspetiva é uma negação do vosso próprio discurso em relação a esta matéria, porque, no fundo, é dizer: olhe melhor qualquer coisinha do que nada!

Eu não concordo com esta perspetiva do discurso do coitadinho. Não é assim!... Há aquilo que é justo e nós devemos insistir naquilo que é justo.

Eu posso dar-vos a minha própria experiência: aquilo que é justo eu vou até ao fim, seja o que for. Em todas as circunstâncias vou até ao fim. Se acho que é justo, levo a iniciativa até ao fim, pressiono, faço aquilo que tenho que fazer.

Agora, isto assim é a política das cedências, para os ultimatoss e é obedecer no fundo a um texto que vos foi apresentado pelo Vice-Presidente do Governo Regional. Disse: olhe, 20! E pronto! Os senhores aceitam. Isso é uma negação do problema.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Desde o início que devem ter notado, aliás em comissão isso foi bastante evidente, que a exposição de motivos não era propriamente coerente com aquele que era o objeto resolutivo. E porquê? Porque nós, de facto, apontávamos não propriamente para as 450 habitações, mas para as casas remanescentes daquela que seria a implementação do projeto “Terceira Tech Island” no terreno.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas ele já diz aqui!

**O Orador:** Mas também em comissão ficou claro que nós, como é óbvio, desconhecemos qual será o impacto futuro do projeto “Terceira Tech Island”, e

por isso também não conseguimos prever o número de casas remanescentes, nem o Sr. Vice-Presidente que, à época, também assumiu mais ou menos que o Governo Regional não sabia muito bem qual seria o impacto futuro do projeto “Terceira Tech Island” no que toca à utilização destas habitações, e daí termos mudado o objeto resolutivo, não só para conformar a nossa exposição de motivos, e quando digo aqui exposição de motivos é uma compatibilização entre a implementação do projeto “Terceira Tech Island” e esta solução habitacional que nós defendemos e também tentar de alguma forma arranjar aqui um objeto resolutivo que atendesse àquela que era uma incerteza acerca da evolução futura do projeto “Terceira Tech Island”, até porque pode parecer que de imediato só estão garantidas 20 casas. É verdade!... Mas também é verdade que o n.º 2 desta Resolução também nos deixa descansados quanto à evolução futura. Isto porquê?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Podem ser 4, podem ser 10...

**O Orador:** Até podem der 200 ou 300. Nós não sabemos. O problema é esse. É que nós ainda desconhecemos qual será o futuro impacto do projeto “Terceira Tech Island” no que toca à ocupação destas 450 habitações. Essa é uma incerteza.

Quanto aos motivos, para além desta compatibilização que nós pretendíamos garantir, e pretendemos garantir, entre a viabilização do projeto “Terceira Tech Island” e aquela que é a nossa pretensão em termos de políticas de habitação, além dessa compatibilização nós também traçámos um diagnóstico, um diagnóstico que não é, aliás, único da Região. É um diagnóstico que se pode aplicar ao todo nacional.

Há quem queira também concluir ou aduzir que é um problema somente do continente, que não é um problema que ocorre na Região. Tem a ver com o peso que a habitação tem naquela que é a despesa atual das famílias açorianas.

Devo lembrar que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, para o período de 2010/2011, os Açores, ou melhor, as famílias açorianas eram, de todas as regiões, aquelas que suportavam uma maior despesa percentual, total, com habitação.

Em 2010/2011, essa despesa correspondia a 34,6%. Em 2015/2016 essa despesa aumentou para 37,2% e nós continuávamos em primeiro lugar no todo nacional quanto à percentagem de famílias que tinha uma maior despesa relativa com habitação.

É claro que esta despesa com habitação não se limita ao pagamento de renda ou até mesmo de crédito de habitação. Também inclui aqui pagamento de outras despesas correntes numa família, como o pagamento de água, de eletricidade, do gás e por aí fora.

Mas também podemos, e aliás são dados recentes, demonstrar que a despesa com habitação na Região não é propriamente também (e quando digo habitação, digo aqui o crédito à habitação é à renda) uma coisa de somenos importância.

Tivemos notícia que o INE apurou que no primeiro trimestre deste ano (é verdade) houve um aumento de casas vendidas nos Açores, na ordem dos 22,6% de aumento, que é notório, por exemplo, muito acima daquela que é a realidade nacional em que se registou um aumento de 12,9%.

Mas, por outro lado, o preço das habitações aumentou exponencialmente na Região. Esse preço das habitações aumentou na ordem dos 45,9%, comparativamente à realidade nacional que era 7,6%. Ou seja, no que diz respeito àquele que é o mercado de compra e venda de habitação nos Açores estamos perante um mercado completamente desregulado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas aí teria grande impacto!

**O Orador:** Um mercado desregulado, porquê? Porque tem a ver, em primeiro lugar, com a pressão do setor do turismo no setor do imobiliário e da habitação, e não é por acaso que hoje em dia, quando vemos os imóveis dispersos por estas

várias ilhas da Região, principalmente no que toca à realidade da Ilha Terceira e Ilha de São Miguel, hoje em dia as casas já não servem tanto para habitar, mas são mais perspeticadas como meios para alojar turistas, e é claro que isso tem consequência na procura de habitação por parte das pessoas, quer para arrendamento, quer até para a aquisição de habitação.

Esta solução que nós aqui propomos, e eu disse daquela bancada, é inédita. É inédita numa das suas vertentes e tem a ver com o facto da Região ficar com casas com as quais irá constituir aquela que será uma bolsa de arrendamento a custos controlados para todas aquelas pessoas que neste momento não têm condições, quer para aceder a habitação social (ainda bem que assim é, quer dizer que tem mais algum poder compra), mas mesmo assim não reúnem condições para aceder ao crédito habitação, nem mesmo a rendas no mercado de arrendamento normal e privado.

Disse que era uma solução inovadora neste sentido, ou seja, a Região passa a ser senhoria de algumas destas casas, e numa solução muito semelhante àquela que foi adotada nos Arrifes, em que a Região não é proprietária de 75 habitações, de 75 apartamentos T1, T2 e T3, mas sim é propriedade de um investidor privado e é a Região que gere esse arrendamento e que será um arrendamento de longa duração.

Portanto, é uma solução com contornos semelhantes ao que se encontra nos Arrifes com a diferença que neste caso a Região será proprietária de algumas destas casas.

Para quem pense que o diagnóstico não está bem feito e que nós estamos aqui a inventar um problema, e que é um problema que só existe no Continente, devemos dizer que, no que toca a rendas subjetivas (e este é um estudo feito pela Universidade dos Açores, e que apresenta estes resultados que são interessantes), que são, digamos, um valor que é calculado para aquelas pessoas que ainda estão dependentes do seu agregado familiar (digo aqui, pessoas de

maior de idade, que muitas vezes já terminaram os seus estudos, portanto são jovens) que não tendo possibilidade de condições quer para aceder ao mercado de arrendamento privado, quer para contrair um empréstimo bancário para aceder à habitação, acabam por viver em casa dos seus pais. Isso constitui pelo menos grande parte do que se entendem ser rendas subjetivas.

Em 2010/2011, na Região (aliás, a Região Açores mais uma vez estava colocada, em primeiro lugar, no todo nacional), essa percentagem de rendas subjetivas atingia os 23,7%, para em 2015/2016 essa percentagem passar para os 25,2%. Portanto, aumentou e são cada vez mais os casos... Aliás, calcula-se que metade dos jovens que já deixaram a escola vive com pelo menos um dos progenitores.

Portanto, há aqui um problema detetado, um problema que existe na Região e que deve ser resolvido.

Se esta nossa proposta vai resolver todo este problema? Não, não vai resolver, mas é um contributo, como disse daquela bancada. É um contributo que acaba por introduzir um paradigma importante aqui na Região, que é a Região ser proprietária de imóveis, que por sua vez vai arrendar a custos controlados a quem deles precise.

Aliás não é uma medida, apesar de ser inédita na Região, inédita na Europa, e não é propriamente uma medida que se encontre, ou se encontrasse, somente na União Soviética ou em Cuba. Há países nórdicos, até mesmo a Alemanha, que utiliza este sistema, em que a maior parte dos imóveis, ou uma grande parte dos imóveis, acabam por ser propriedade do Estado que por sua vez arrenda esses imóveis aos seus cidadãos.

Portanto, se existe um problema na Região, no mercado de arrendamento e no mercado mesmo de compra e venda de habitação, é um problema de desregulação.

Isto de ter receio que mesmo que 200 ou 300 habitações fossem disponibilizadas no concelho da Praia para serem arrendadas a custos controlados pudesse de alguma forma desregular o mercado, na realidade nós já estamos num mercado desregulado, completamente desregulado por via desses fatores.

Por isso há que impor condições para que as pessoas possam aceder àquele que é um direito essencial, que é o direito à habitação.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado,

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A passagem do bairro “Nascer do Sol” e do bairro “Beira Mar” para o património da Região, foi uma medida da maior importância para a nossa Região Autónoma e eu queria começar por sublinhar este aspeto.

Só foi possível nós termos a transferência desse património do Estado para as Regiões Autónomas graças à influência nacional do Governo Regional dos Açores e também graças à compreensão e à perceção de plenitude nacional que o Primeiro-Ministro António Costa tem sobre as Regiões Autónomas. Aliás, ele é uma pessoa que recorrentemente valoriza o Portugal Atlântico, valoriza a estratégia e a profundidade estratégica do país e valoriza esses ativos como um dos grandes recursos para construir o futuro do nosso país.

Portanto, é com muita satisfação que o Partido Socialista Açores regista o cumprimento de mais uma promessa eleitoral, de mais um compromisso eleitoral. Um compromisso eleitoral que é obtido graças à influência política do Governo Regional dos Açores, graças ao espírito e também à abertura do Governo da República e à sensibilidade do Primeiro-Ministro, mas que foi feita essa transferência em prol dos Açores e em prol dos açorianos.

Este diploma, esta Proposta de Resolução, é bem a prova de que estas questões que muitas vezes parecem ser tratadas apenas no plano político, elas traduzem-se em aspetos concretos que vão ao encontro da melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Esta proposta é uma proposta que foi negociada e trabalhada com o Grupo Parlamentar do PS. Nós achamos que chegámos a uma situação de equilíbrio e aquilo que o Bloco de Esquerda fez é digno de registo, porque de facto teve que ceder muito, mas o PS também cedeu (a verdade é essa!).

Assim, Sr. Deputado Paulo Estêvão é que se fazem negociações com abertura, com disponibilidade para o diálogo, com vontade de dinamizar consensos. Assim é que se avança.

Os senhores podem estar aí a rir-se, mas a verdade é que 20 famílias na Ilha Terceira vão ter o seu problema de habitação resolvido, graças a um acordo entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E o Bloco de Esquerda vai ter um problema com as 400 que vão ficar de fora!

**O Orador:** Por isso é que nós dizemos e reafirmamos várias vezes que independentemente da origem das propostas, o que nós fazemos neste Grupo Parlamentar é uma análise e uma ponderação sobre o mérito e sobre o juízo de oportunidade destas medidas.

Isso foi feito com todo o cuidado na Comissão de Política Geral e foi também feito nestas últimas horas aqui no plenário, como também acontece, mas eu quero deixar aqui bem claro que este trabalho é um trabalho que deu frutos em benefício de mais 20 famílias, isto para começar, porque o segundo ponto da proposta também permite que no futuro possa haver ainda melhorias.

Querem minorizar isso, querem achar que isto foi uma derrota ou que não é assim que se negocia, isto é uma concessão completamente errada.

Nós achamos que esta proposta é uma proposta equilibrada, é uma proposta meritória, é uma proposta que tem em consideração as necessidades futuras do “Terceira Tech Island”, outro projeto de grande sucesso que os senhores começavam a tratar de uma forma jocosa e indigna (várias vezes dissemos aqui na Assembleia) e agora já não fazem isso. Aliás, já vão fazer visitas de estudo ao “Terceira Tech Island” para ver se aprendem alguma coisa. Fazem muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quando se faz visitas os senhores criticam; quando não se visita os senhores criticam!

**O Orador:** Os meus parabéns ao Grupo Parlamentar do PSD. Fazem muito bem, é um bom caminho,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah, estava a falar connosco!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**O Orador:** Estava a falar convosco, com certeza que sim.

Por isso eu terminaria salientando os méritos dessa proposta, os aspetos concretos destas medidas que nós aqui aprovamos em benefício de concidadãos nossos.

Isto é também mais um exemplo da maioria do PS nesta Assembleia, uma maioria positiva, uma maioria reformista, uma maioria dialogante, uma maioria que procura colher contributos de todos os partidos para nós conseguirmos melhorar a vida dos nossos concidadãos.

É esse esforço que nós vamos continuar a fazer; é esse o nosso compromisso, um compromisso de humildade democrática e de abertura para os diálogos para



conseguirmos gerar consensos, dinamizar consensos e obter resultados concretos e palpáveis para os açorianos...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E o senhor consegue dizer isso!

**O Orador:** ... neste caso em particular com uma preciosa ajuda do Governo da República do PS, liderado por António Costa.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Levantou-se o Sr. Deputado Paulo Mendes a defender a sua proposta e a dizer o seguinte...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sua proposta?!

**O Orador:** A sua! A do Bloco!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Será?!

**O Orador:** Foi entretanto muito alterada e muito transfigurada,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Parasitada!

**O Orador:** ... mas continua a ter aqui o símbolo do Bloco.

Devo dizer o seguinte: Sr. Deputado Paulo Mendes, pensei que viesse dizer-me, na resposta, alguma novidade.

“A nossa proposta não resolve o problema”. O senhor descreve aí um oceano de dificuldades, depois apresenta-se com um “baldinho de areia” a dizer, “eu não consigo mudar o oceano por este buraquinho e não consigo resolver este

problema; 20 casas não resolve a discrição dramática do mercado de arrendamento e das dificuldades das famílias na Ilha Terceira.”

Ah, pois não!... Não resolve!... Não, não resolve!... E o vosso objetivo era resolver, era dar um contributo; 20 casas não é um contributo; 20 casas é uma cedência de V. Exa. em relação a essa matéria.

V. Exa. o que vai levar para estas pessoas, para este coletivo é um conjunto, é uma expectativa que não foi correspondida. Em algum momento da conversa V. Exa. vai ter que dizer: o que nós conseguimos foi 20 casas.

E o que é que V. Exa. deu em troca?

O que V. Exa. deu em troca foi que este assunto, pelo menos da parte do Bloco de Esquerda, já está acordado e já está ali em “banho maria” até 2020, 21, 22.

V. Exa. cedeu a iniciativa política, deixa de ter iniciativa política com uma trocadinha de 20 casas. Aí é que está o problema.

V. Exa. perdeu iniciativa política nesta matéria, porque em 2020 ou 2021, se V. Exa. quiser trazer este assunto aqui outra vez, o Partido Socialista vai dizer-lhe o seguinte: não, não!... Já chegámos a um acordo e V. Exas. ficaram contentes na altura. Já chegámos a um acordo.

V. Exa. aqui, nesta matéria, perdeu iniciativa política, comprometeu a iniciativa política por nada.

**Deputado José San-Bento (PS):** Por nada! São 20 casas!

**O Orador:** Aquilo que conseguiu é nada.

É evidente que este discurso dá muito jeito ao novo líder da bancada do Partido Socialista, que deu aí uma entrevista a dizer que para ganhar eleições é preciso ter um grande espírito de diálogo. Já verificámos qual a dimensão do diálogo do Sr. Deputado Francisco César nestas matérias.

Finalmente, V. Exa. diz: isto é uma inovação, porque a Região nunca teve casas e vamos passar a ter casas.

Errado! Já tivemos muitas casas. O que a Região tem é casas a mais, como eu demonstrei através de um requerimento, e muito caras.

Temos casas, sempre tivemos casas. Também já temos fábricas de conserva, temos campos de golfe, temos fábricas de açúcar, temos demasiadas coisas.

Podemos ter outras coisas; devemos exercer outras funções.

Portanto, da minha parte vou dizer-lhe o seguinte:

Eu não vou votar favoravelmente a vossa iniciativa. Era muito fácil aparecer ao vosso lado na fotografia dos vencedores das 20 casas que se apresentam às pessoas. Era muito fácil. Mas eu não vou para essa fotografia demagógica, porque o problema não ficou resolvido.

O que existiu aqui foi que o Bloco de Esquerda claudicou neste assunto, por nada e por isso eu prefiro não estar nessa fotografia do vencedor das 20 casas, prefiro ficar com o compromisso político da minha parte, que é continuar a lutar, mas lutar como deve ser para resolver este problema e não claudicar com uma proposta que não resolve coisa nenhuma.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Vinte casas é nada, é?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só duas questões.

Primeira: eu acho que esta solução que se conseguiu é uma solução muito proveitosa; uma solução sem excessos e sem exageros de qualquer uma das partes para permitir aproveitar e rentabilizar um património, conciliando, sem pôr em causa nenhum dos objetivos, uma componente de disponibilização de recursos para famílias dentro de um determinado enquadramento, sem desequilibrar o mercado e sem criar situações injustas para quem investe também na habitação, mas podendo responder a situações específicas, de

carência da habitação e, por outro lado, sem pôr em causa, nem condicionar, o desenvolvimento do Projeto “Terceira Tech Island” na sua globalidade e naquilo que poderá ser o seu crescimento e a sua evolução futura.

Eu acho que por isso, essa solução, que não acho que não é uma cedência de ninguém, é a procura de encontrar uma solução que à data de hoje possa ser realista no futuro sem comprometer outras componentes que também são essenciais, foi um sinal de enorme maturidade política por parte de quem acordou entre as partes com o objetivo de diversificar o enquadramento dessas infraestruturas.

Respondendo em relação ao Sr. Deputado César Toste, que colocou questões em relação à formalização da cedência em termos do património e do registo, no dia 2 de novembro de 2018 foi assinado o auto de entrega e aceitação do bairro “Nascer do Sol” e da escola, portanto, a propriedade já está registada em nome da Região.

Em relação ao bairro “Beira Mar” isso ainda não aconteceu, porque há questões de registos de partes de parcelas que estão a ser desenvolvidas no âmbito do Governo da República e dos correspondentes ministérios para isso poder ser feito, apesar de já ter o Governo da República emitido uma declaração de autorização para a realização das obras nessas mesmas componentes.

No entanto, agora, o ponto de situação dos projetos, o projeto da escola está a ser revisto, o projeto do bairro “Nascer do Sol” está concluído, mas nós estamos agora a articular junto das entidades americanas, porque há componentes de investimento que só serão feitas se efetivamente não puderem ser utilizadas as infraestruturas americanas e se puderem ser partilhadas as infraestruturas americanas o novo volume do investimento será substancialmente mais baixo do que aquele que é construir ao lado infraestruturas novas que poderão não ser necessárias se houver um acordo de partilha dessas mesmas infraestruturas.

Portanto, é nesse ponto que o processo está.

Aproveito para dizer outro aspeto relevante que contribuiu muito para a evolução deste projeto.

Neste momento, o centro da Praia da Vitória tem uma vitalidade, em termos de emprego e de atividade, muito grande. Esta semana foram mais 11 e nestas semanas têm sido cada vez mais pessoas a trabalhar no centro da Praia, derivadas do “Terceira Tech Island”.

Está a criar uma dinâmica (dinâmica é uma redundância), mas uma dinamização clara do centro da Praia, como pode reconhecer perfeitamente, não só ao nível das empresas, mas ao nível também da fixação de pessoas.

Há também (é bom discutir, deixar isso em cima da mesa) muitas pessoas que dizem, no centro da Praia, que, provisoriamente e durante mais algum tempo, aquelas empresas e aquelas pessoas deviam manter-se nesta zona e não ir estas instalações para cima. É uma questão que está em discussão, que deve ser ponderada. Evidentemente que o centro da Praia não irá conseguir albergar a dimensão que pretendemos que o “Terceira Tech Island” tenha a médio e a longo prazo, mas nesta fase e no horizonte de 2019, e se calhar uma parte de 2020, ou durante mais algum tempo, a dinâmica que se está a conseguir ter e que está a contribuir para a dinamização do centro histórico da Praia da Vitória, não sei se devemos ponderar manter durante mais algum tempo as empresas e as pessoas que trabalham nos espaços no centro da Praia.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(\*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Obrigado pelos esclarecimentos, Sr. Vice-Presidente.

Realmente, constatando os documentos que estão disponíveis na internet há aqui também uma situação que, com os esclarecimentos que faz, consegue perceber-se o desenvolvimento de toda esta situação.

Quando faço estas questões não faço questão de ser integrista, mas quem conhece o espaço e nomeadamente as diferenças entre o “Nascer do Sol” e o “Beira Mar”, nomeadamente a nível das infraestruturas, suscita uma questão: quem é que vai manter aquele espaço? O espaço do “Beira Mar” é um espaço com uma envolvente enorme. Tem parques infantis como o “Nascer do Sol”. Isto também é importante, uma vez que um dos incentivos do “Terceira Tech Island” é oferta das habitações, mas tem que se prover também que é que vai manter todo aquele espaço, uma vez que não é uma simples casa, é todo um espaço envolvente. Também pergunto esta questão, como também coloco outra questão. Aqui, no Jornal Oficial fala nos bens que são transmitidos para a SDEA, nomeadamente depois do auto da entrega, fala aqui no Centro de Juventude. Eu pergunto se este Centro de Juventude é algum local que estava anexo à escola, uma vez que ninguém, das fontes que eu tentei ir buscar, me consegue dizer?

Para terminar, relativamente à opinião do PSD no que se refere à proposta do Bloco de Esquerda, nós somos a favor. Acho que temos que ser prudentes perante o desenvolvimento que neste momento a Praia da Vitória está a passar e temos que ter critérios bem definidos relativamente às famílias que vão ser integradas nestas casas, uma vez que se trata de espaços relativamente especiais, ficam totalmente deslocados da zona central da Praia da Vitória, ficam próximos e nomeadamente a nível de instalações americanas.

Portanto, é todo um conjunto de critérios que tem que ser, acho eu, definido, nomeadamente para que a sua integração não torne este bairro “Nascer do Sol” nem o bairro “Beira Mar” na questão de um bairro social. Não é isto que se pretende.

A ideia que se pretende aqui é realmente, como o Bloco de Esquerda está a dizer, algo que favoreça o desenvolvimento das famílias e que torne aqui alguma responsabilização perante o futuro.

Obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Naquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão vou concentrar-me num único aspeto que eu entendo que deve ser clarificado e tem a ver com o aspeto inovador desta proposta e tem a ver com a nova modalidade de arrendamento.

É verdade, a Região é proprietária de imóveis. No entanto, não é proprietária de imóveis com vista ao arrendamento a pessoas que não habitação social. Esse é o aspeto inovador.

Quanto ao resto que o Sr. Deputado Paulo Estêvão proferiu, parece-me que é um discurso característico de quem simplesmente não tem nada para dizer ou pouco tem para acrescentar, até porque estamos fartos de assistir aqui, nesta câmara, a quem viabiliza o que está viabilizado matematicamente, quando vota favoravelmente orçamentos suportados por uma maioria absolutíssima.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo dos Açores (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado César Toste, para além do bairro “Nascer do Sol” e das escolas, há duas referências a dois outros edifícios, o edifício dos escuteiros e o centro de juventude.

Eu penso que são aqueles dois edifícios que estão ali à volta da escola, um mais acima na zona do Parque Desportivo, e outro à entrada que era, segundo constava, uma antiga sede dos escuteiros americanos, que estão também abandonados e incluídos neste processo, mas o Sr. Deputado sobre essas áreas deve saber isso melhor do que eu, mas são aqueles outros edifícios que estão ali incluídos para não ficarem isolados sobre a ilha, no fundo.

Na prática, aquilo que da estrada separa para o lado direito, quem desce, são aqueles espaços que ali estão.

Mas eu também aproveito a ocasião, porque gostaria de ouvir a opinião do Sr. Deputado sobre a outra questão que coloquei, fazendo a pergunta ao contrário, sobre se tiveram impacto e se devemos manter, no centro Praia da Vitória, durante mais algum tempo, as empresas e essa dinâmica antes de deslocalizar para os nossos espaços, tendo em conta o impacto muito positivo que está a ter na dinamização do centro da Praia da Vitória?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu peço-lhe desculpa. V. Exa. terminaria esta tarde a achar que tinha descoberto a pólvora e que pela primeira vez o Governo Regional iria adquirir casas para arrendamento, diz-me V. Exa.

Onde é que V. Exa. tem andado?

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Como é que é, Sra. Presidente?

*(Risos da Câmara)*

Não ouvi, não ouvi. Peço desculpa.



**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Ah, termino já.

É só para esclarecer V. Exa. que isso já existe, não é nenhuma inovação. V. Exa. deveria estudar melhor os dossiers.

Ah, já percebi. Então o Bloco votou a favor porque é uma inovação.

A Região passa a ter casas que disponibiliza para o arrendamento.

Então se foi por isso que fez acordo, este péssimo acordo com o Governo, tenho uma novidade para lhe dar, é que há centenas de casas disponibilizadas para isso, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Não para arrendamento sem ser para habitação social!

**O Orador:** Portanto, o Sr. Deputado está muito mal informado e a negociação que fez se é nesse pressuposto, se é nesse pressuposto que inaugurou aqui uma ideia nova que a Região passe a ter pela primeira vez casas para a arrendamento, V. Exa. está profundamente enganado, e só demonstra realmente a impreparação com que V. Exas. chegaram a este acordo com o Governo, que é um acordo lamentável.

Termino, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Só dizer que V. Exa. perde iniciativa política nesta matéria a troco de nada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reforçar, como disse inicialmente, que para o CDS a única forma de olhar para esta proposta é como um complemento às respostas sociais que já existem. O problema é que vem o Sr. Deputado Paulo Mendes e volta a traçar todo um diagnóstico com o qual eu concordo, de problemas de habitabilidade, de falta de capacidade e de rendimentos disponíveis. Nós concordamos. Esta é uma forma, eventualmente um contributo para as respostas sociais e de aproveitar um edificado que existe, sem perturbar o mercado, sem perturbar o projeto “Terceira Tech Island”, agora nunca será uma forma de resolver este problema que foi identificado, que é o problema daquelas famílias que nem têm capacidade para comprar casa, ou construir casa, ou pagar as rendas que existem neste momento, mas que também não têm capacidade e não reúnem as condições para ter habitação social.

Se formos olhar para esse prisma, então aí tendemos a concordar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão e dizer que de facto é pouco. O volume de casas não soluciona esse problema, com uma agravante, é que na proposta que tinham inicialmente havia uma divisão de um quarto das casas para habitação social e das restantes casas para arrendamento a preços mais baixos. Neste momento as 20 casas são postas de forma indistinta para as duas coisas.

Portanto, até podem ser 14 casas, ou 15 casas, para habitação social e só restarem 5 casas para arrendamento a preços mais baixos. Por aí a proposta a fica a perder.

Depois, também na versão anterior contavam com a garantia de mais quatro casas por ano. Ao fim de 10 anos já dava 40 casas, é algo significativo. Neste momento não têm garantia absolutamente de nada. Têm a garantia das 20 casas e, de acordo com a evolução do projeto “Tech Island”, podem ou não ter mais casas. Quer dizer, há aqui também uma perda.

Portanto, na opinião do CDS e no nosso entendimento, a forma de olhar para esta proposta é como um contributo às respostas sociais que já existem.

Qualquer outra análise que nós façamos, o nosso entendimento é que não resolve o problema que está definido. É um contributo que não vale a pena estar a minimizar para as respostas sociais. Para resolver o problema definido, volto a dizer, porque voltou o Sr. Deputado Paulo Mendes a traçar o cenário e a identificar o problema, não resolve esse problema.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver. O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é para transmitir a esta câmara e a V. Exa., e solicitar-lhe, que faça distribuir ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (o documento que eu estou à espera ainda não chegou, mas deve chegar dentro de segundos) o elenco de todas as casas de que o Governo é proprietário. Todas as casas de que o Governo é proprietário e que estão arrendadas.

Portanto, é para esclarecimento do Bloco de Esquerda em relação a esta matéria.

**Presidente:** Quando o documento chegar...

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Estou à espera.

**Presidente:** Não se incomode, Sr. Deputado. Dá tempo no final dos trabalhos.

O Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para se inscrever no debate?

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, só para lhe dar conta que pretendo entregar na Mesa, para distribuição a todas as Sras. e Srs. Deputados, uma resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em que a informação que consta, em resposta a esse requerimento, é exatamente contrária às alegações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, e são exatamente, creio eu, salvo erro, e aqui posso estar errado por uma ou duas casas, mas creio que são neste momento quatro casas em toda a Região.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Quando a mesa receber o documento também irá distribuí-lo por todos.

A Mesa de momento não tem inscrições para o debate. Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Resolução foi aprovado com os votos a favor do Partido Socialista, do PSD, do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e do PCP e a abstenção do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental. Considerando o nosso horário vamos também encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10h00.

*Eram 19 horas e 12 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador.

*Deputados que entraram durante a sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Domingos** Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

*Partido Popular (CDS-PP)*

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

*Deputados que faltaram à sessão:*

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**

**Mónica** Reis Simões **Seidi**

## **Documentos entrados**

### **Listagem da correspondência**

#### **1 - Propostas de Lei:**

**Assunto:** Altera o regime da estruturação fundiária – n.º 203/XIII(GOV) –  
n.º 251/XI

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 06 – 25.

## 2 – Projetos de Decreto-Lei:

**Assunto:** Altera o Sistema de Registo da Propriedade Automóvel, o Regulamento do Registo de Automóveis e o documento único automóvel – **MJ** – (Reg. DL 492/2018) – n.º 120/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 07;

**Assunto:** Altera os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional - MATE - (Reg. DL 91/2019) – n.º 121/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 07;

**Assunto:** Simplifica e harmoniza os procedimentos que os comerciantes devem cumprir sempre que comunicam à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica que pretendem realizar vendas em saldo ou em liquidação – MAEC – (Reg. DL 388/2018) – n.º 122/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 10;

**Assunto:** Aprova o novo Regulamento de Instalação e de Funcionamento de Recipientes sob Pressão Simples e de Equipamentos sob Pressão - MAEC - (Reg. DL 219/2019) – n.º 123/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 15;

**Assunto:** Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 2017/852, relativo ao mercúrio - MATE - (Reg. DL 119/2019) – n.º 124/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 15.

### **3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário - com pedido de urgência – n.º 36/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [Regime Jurídico da Atividade de Polícia Florestal da Região Autónoma dos Açores – n.º 37/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 14

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 08 – 02;

**Assunto:** [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho – Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores\) – n.º 38/XI](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 08 – 02;

**Assunto:** [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2010/A, de 4 de janeiro – n.º 39/XI](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 31.

#### **4 - Projetos de Resolução:**



**Assunto:** [Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores – n.º 147/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 24

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 06 – 25;

**Assunto:** [Recomendar ao Governo Regional que preserve o pavimento da Ladeira do Maranhão, na Vila do Corvo, que constitui um dos últimos troços preservados da calçada tradicional da respetiva ilha – com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - n.º 148/XI](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 08;

**Assunto:** [Carreira especial de polícia florestal da Região Autónoma dos Açores – n.º 149/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 14

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 18;

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional a eliminação da valorização energética por incineração na ilha de São Miguel na próxima revisão do PEPGRA – n.º 150/XI](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 17;

**Assunto:** [Que o Governo Regional, através das entidades por ele tuteladas, assumas todas as responsabilidades logísticas e financeiras relacionadas com a construção, reparação e manutenção dos reservatórios agrícolas na ilha do Corvo – n.º 151/XI](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 18;

**Assunto:** [Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória – n.º 152/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 18;

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias, junto do Governo da República, no sentido de operacionalizar o regresso daquela transportadora à efetivação da ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como entre a ilha do Pico e Lisboa - n.º 153/XI](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 19

**Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;**

**Assunto:** [Pelo reforço dos meios da Inspeção Regional do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção – n.º 154/XI](#)

**Proveniência:** PCP

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 21

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 22;

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que transfira para o espólio do Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois exemplares empalhadas do boi-raça anã da ilha do Corvo que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado – n.º 155/XI](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 25;

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que crie, no âmbito do Ecomuseu da Ilha do Corvo, uma Casa Etnográfica dotada de uma coleção de bens culturais móveis representativas da cultura tradicional e popular da ilha do Corvo – n.º 156/XI](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 07 – 25.

## **5 - Proposta de Resolução:**

**Assunto:** [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019 – n.º 14/XI](#)

**Proveniência:** MESA

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 06 – 27.

## **6 – Deliberação:**

**Assunto:** Suspensão da data para entrega do Relatório Final da CEIRCCIRAA  
– n.º 4/XI

**Proveniência:** PS, PSD, CDS-PP e BE

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05

**Foi agendado para a sessão plenária de junho.**

## **7 - Requerimentos:**

**Assunto:** [Realização de provas da Universidade Aberta fora da ilha de residência](#)

**Autores:** João Bruto da Costa, Bruno Belo e Jorge Jorge (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04

**Referência:** 54.03.00 – N.º 650/XI;

**Assunto:** [Orla Costeira do Pocinho, da Barca e das Lajes do Pico](#)

**Autores:** Marco Costa, Jorge Jorge e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04

**Referência:** 54.03.06 – N.º 651/XI;

**Assunto:** [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes, no Centro de Recolha Oficial da Lagoa](#)

**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05

**Referência:** 54.06.02 – N.º 652/XI;

**Assunto:** [Demolição das habitações devolutas no bairro da Terra Chã, ilha Terceira](#)

**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.06.03 – N.º 653/XI;

**Assunto:** [Fábrica da COFACO de Rabo de Peixe](#)

**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.06.02 – N.º 654/XI;

**Assunto:** [Falta de manutenção das gruas nos portos de São Jorge](#)

**Autor:** Jorge Paiva (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.01.05 – N.º 655/XI;

**Assunto:** [Reservatórios agrícolas da ilha do Corvo](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Referência:** 54.07.08 – N.º 656/XI;

**Assunto:** [Montante arrecadado no âmbito da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18

**Referência:** 54.07.00 – N.º 657/XI;

**Assunto:** [Pagamentos de reembolsos de deslocação de doentes](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 21

**Referência:** 54.04.00 – N.º 658/XI;

**Assunto:** [Falta de condições na Casa do Mato, sito Rochão do Junco](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 21

**Referência:** 54.04.08 – N.º 659/XI;

**Assunto:** [Manutenção para os trilhos classificados na ilha de S. Jorge](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 21

**Referência:** 54.04.05 – N.º 660/XI;

**Assunto:** [Responsabilidade legal da Administração Regional no âmbito da empreitada do "Reestruturação das Calçadas do Conjunto Classificado e Interesse Público - Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo"](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.07.09 – N.º 661/XI;

**Assunto:** [Implementação do projeto do Ecomuseu do Corvo](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.07.09 – N.º 662/XI;

**Assunto:** [Mau estado de conservação do pavimento na ER3 que liga a Urzelina ao Norte Grande](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.04.05 – N.º 663/XI;

**Assunto:** [Viagens do barco da Atlânticoline à ilha das Flores](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.04.08 – N.º 664/XI;

**Assunto:** [Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.07.00 – N.º 665/XI;

**Assunto:** [Reabilitação do Caminho do Mato, ilha das Flores](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.04.08 – N.º 666/XI;

**Assunto:** [Temporais e inundações na ilha Terceira](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)  
**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25  
**Referência:** 54.04.03 – N.º 667/XI;

**Assunto:** [Manutenção da orla marítima entre a zona do Porto das Poças e o antigo Campo da Boavista](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)  
**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25  
**Referência:** 54.04.08 – N.º 668/XI;

**Assunto:** [Obras no porto de Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)  
**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25  
**Referência:** 54.04.08 – N.º 669/XI;

**Assunto:** [Antigo Hospital da Terceira](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)  
**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25  
**Referência:** 54.04.03 – N.º 670/XI;

**Assunto:** [Para memória futura: a situação da baía do Porto da Casa representa, nas condições atuais, um grave risco para todas as embarcações que a utilizam](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)  
**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25  
**Referência:** 54.07.09 – N.º 671/XI;

**Assunto:** [Abrangência da Diabetes nos Açores e resultados da implementação do Centro de Tratamento para Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina](#)



**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 27

**Referência:** 54.06.00 – N.º 672/XI;

**Assunto:** [Proteção da orla costeira da Vila das Lajes](#)

**Autores:** Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 27

**Referência:** 54.03.06 – N.º 673/XI;

**Assunto:** [Grua do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores](#)

**Autores:** João Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28

**Referência:** 54.04.08 – N.º 674/XI;

**Assunto:** [Zona costeira envolvente da fábrica Santa Catarina em S. Jorge](#)

**Autores:** João Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28

**Referência:** 54.04.05 – N.º 675/XI;

**Assunto:** [Porto Comercial de Lajes das Flores](#)

**Autores:** João Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28

**Referência:** 54.04.08 – N.º 676/XI;

**Assunto:** [Recolha de bilhas de gás em S. Jorge](#)

**Autores:** João Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28

**Referência:** 54.04.05 – N.º 677/XI;

**Assunto:** [Construção da rampa "ro-ro" no porto das Pipas em Angra do Heroísmo](#)

**Autores:** João Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28

**Referência:** 54.04.03 – N.º 678/XI.

## **8 - Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Campo de Golfe do Faial: como foram salvaguardados os interesses da Região?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 31

**Referência:** 54.03.07 – N.º 598/XI;

**Assunto:** [SINAGA continua a consumir dinheiro dos açorianos](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 31

**Referência:** 54.03.00 – N.º 600/XI;

**Assunto:** [Organizações de Agricultores dos Açores - Financiamentos](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 596/XI;

**Assunto:** [Medicina do trabalho praticada por empresa privada nas instalações do Hospital da Horta](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.03.07 – N.º 589/XI;

**Assunto:** [Creche “A Joanhinha” da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.06.02 – N.º 599/XI;

**Assunto:** [Melhorar as condições do Porto do Comprido como zona balnear e calendário da reparação dos prejuízos causados pelas tempestades \*Diana\* e \*Kyllian\* nos portos do Varadouro, Comprido e Castelo Branco, na ilha do Faial](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.03.07 – N.º 613/XI;

**Assunto:** [Falta de manutenção dos reservatórios de água para a lavoura em São Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12

**Referência:** 54.01.05 – N.º 637/XI;

**Assunto:** [Barco Salva-Vidas para os Bombeiros da Madalena](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 13

**Referência:** 54.03.06 – N.º 628/XI;

**Assunto:** [Para quando a requalificação das estradas interiores do Faial?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Referência:** 54.03.07 – N.º 585/XI;

**Assunto:** [Sobrelotação do parque de estacionamento automóvel do aeródromo de São Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Referência:** 54.01.05 – N.º 630/XI;

**Assunto:** [O Porto de Ponta Delgada nas Flores sem condições de trabalho para os pescadores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17

**Referência:** 54.03.08 – N.º 633/XI;

**Assunto:** [Concurso para concessão das Termas do Carapacho](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18

**Referência:** 54.03.04 – N.º 595/XI;

**Assunto:** [Acordos da cooperação com o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 25

**Referência:** 54.06.02 – N.º 622/XI.

## 9 - Comunicações/Informações:

**Assunto:** Correio eletrónico a remeter o relatório 6/2019 - “Evolução orçamental das Administrações Públicas 2018”

**Proveniência:** Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 30;

**Assunto:** Correio eletrónico a agradecer pelo envio da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

**Proveniência:** Pedro Ramos, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 31;

**Assunto:** Ofício a informar que foi enviado para publicação do DLR n.º 11/2019 - Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019 - Adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Publica à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 33/2010/A, de 18 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 3/2017/A, de 13 de abril

**Proveniência:** António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 05 – 31;

**Assunto:** Ofício a reconhecer e a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor José Soares Nunes

**Proveniência:** Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre, Reitor do Seminário Episcopal de Angra

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** Ofício a agradecer os Votos de Pesar pelo falecimento do Rev. P. José Alves Trigueiro e do Rev. P. Manuel Garcia da Rosa

**Proveniência:** Pe. Jacob Vasconcelos, Secretário Episcopal da Diocese de Angra

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** Ofício XIII-4707/GPAR-ab/brt, de 29/05/2019, a acusar a receção da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

**Proveniência:** Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04;

**Assunto:** Ofício a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Rev. P. Manuel Garcia da Rosa

**Proveniência:** Maria Alice Garcia Fialho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04;

**Assunto:** Ofício 5103/2019, de 04/06/2019, a acusar a receção da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

**Proveniência:** Patrícia Melo e Castro, Assessora do Gabinete do Primeiro-Ministro

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04;

**Assunto:** Ofício 16915/2019, de 31/05/2019, a informar que foram enviados o *Relatório de Atividades e Contas* do Tribunal de Contas e o *Relatório de Atividades* da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativos ao ano de 2018

**Proveniência:** Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 05;

**Assunto:** Ofício 893-ST, de 06/06/2019, enviado por correio eletrónico, com remessa de relatórios de verificações internas de contas de gerência, aprovados pelo Tribunal de Contas, a seguir indicados:

- Relatório n.º 12/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 18-429VIC3) – Fundo Regional do Desporto;
- Relatório n.º 13/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-404VIC3) – Serviços Municipalizados do Município de Angra do Heroísmo;
- Relatório n.º 14/2019 – VIC/SRATC (Ação n.º 18-414VIC3) – Freguesia da Salga.

**Proveniência:** Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 06;

**Assunto:** Ofício da Cúria Diocesana a acusar a receção e agradecer o envio dos Votos de Pesar pelo falecimento de Monsenhor José Soares Nunes e do Reverendo Padre José Alves Trigueiro

**Proveniência:** Cón. Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Vigário Geral

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 07;

**Assunto:** Ofício GP/00362/2019/N-Círculo a acusar a receção do ofício 1688, de 23/05/2019, (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2019), que lhes mereceu a melhor atenção

**Proveniência:** Mariana Freire de Andrade, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 13;

**Assunto:** Carta a agradecer o Voto de Pesar aprovado por unanimidade pela morte do seu irmão, Pe. José Alves Trigueiro

**Proveniência:** Maria da Conceição Alves Trigueiro

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 13;

**Assunto:** Ofício \_A 32 a remeter o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019, devidamente assinado, que foi enviado para publicação em Diário da República, a 3 de junho de 2019

**Proveniência:** António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 13;

**Assunto:** Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019 – “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”



**Proveniência:** Pedro Catarino, Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 14;

**Assunto:** Ofício Gp0962-XI, solicitando o agendamento de uma Interpeação ao Governo Regional, nos termos do artigo 183.º do Regimento da ALRAA, sobre Transportes e Acessibilidades

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 17;

**Assunto:** Correio eletrónico a acusar a receção do of. 1691, de 23 de maio de 2019, acompanhando a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2019, que lhes mereceu a melhor atenção

**Proveniência:** Joana Gomes da Silva, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar Os Verdes

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18;

**Assunto:** Ofício 1425/2019, de 14 de junho de 2019, a enviar cópia da carta dos CTT – Correios de Portugal, S.A. sobre o Voto de Protesto da ALRAA – Serviço prestado pelos CTT nos Açores

**Proveniência:** Pedro Ângelo, em substituição do Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 21;

**Assunto:** Carta de agradecimento remetida a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo Voto de Congratulação aprovado na ALRAA, sob proposta do Partido Socialista, tendo

como motivo a Medalha de Mérito Cultural que lhe foi recentemente atribuída pelo Ministério da Cultura

**Proveniência:** João de Melo

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26;

**Assunto:** Ofício a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís

**Proveniência:** Pelo Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro, Patrícia Melo e Castro - Assessora

**Data de Entrada:** 2019 – 07 – 01;

**Assunto:** Ofício a informar que foi enviado para publicação no DRE o DRR n.º 1/2019, de 1 de julho – Exoneração do Secretário Regional da Saúde – Dr. Rui Duarte Gonçalves Luís

**Proveniência:** António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 07 – 01.

## 10 - Relatórios:

**Assunto:** [Proposta de Resolução n.º 13/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José António Vieira da Silva Contente](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Manuel Gregório de Ávila](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** [Audição n.º 246/XI-AR – Projeto de Lei n.º 1196/XIII \(PS\) que estabelece limitações e regras de publicidade suplementar a nomeações para os gabinetes de apoio aos titulares de cargo políticos](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 12;

**Assunto:** [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João Paulo Ávila](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26;

**Assunto:** [Sobre a Petição n.º 36/XI – Atribuição ao Cagarro \(\*Calonectris Borealis\*\) do Estatuto Simbólico de Ave Regional dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26;

**Assunto:** [Adenda ao Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI \(GOV\) – Programa Regional para as Alterações Climáticas](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 27;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Resolução n.º 14/XI – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 27;

**Assunto:** [Sobre a Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019 – Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XI – Conselho da Diáspora Açoriana](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2019 – 07 – 01;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 07 – 01;

**Assunto:** [Audição n.º 118/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico emergente do pagamento indevido de prestações de segurança social e os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte do regime geral de segurança social - MTSSS - \(Reg. DL 220/2019\)”](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 03;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI - “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Resolução n.º 134/XI - “Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XI - “Alteração ao artigo 107.º do anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, «Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário»”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI - “Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 28;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de julho de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 07 – 01;

**Assunto:** [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI - “Define a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores”](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04;

**Assunto:** [Audição n.º 117/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva de Execução \(UE\) 2018/1581, no que diz respeito aos métodos de cálculo das obrigações de armazenagem, e altera o Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro - MATE - \(Reg. DL 212/2019\)](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 04;

**Assunto:** [Audição n.º 119/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 - MF - \(Reg. DL 232/2019\)](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18;

**Assunto:** [Petição n.º 26/XI – Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda e reformulação das fórmulas – ARRCA Associação Regional dos Revendedores de Combustíveis Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 18;

**Assunto:** [Audição n.º 226/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34.º e seguintes do regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho - MA - \(Reg. DL 140/2016\)](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 20;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Resolução n.º 10/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores do Ano de 2017](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 26;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 06 – 27.

**11 – Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.<sup>os</sup> 90, 91, 92, 93, 94 e 95.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco